

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES
FACULDADE ALMEIDA RODRIGUES – FAR
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO ALMEIDA RODRIGUES - ISEAR

REVISTA CIENTÍFICA DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES

REVISTA CIENTÍFICA DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES

Nº 7 – 2019

APRESENTAÇÃO

A Revista Científica do Centro de Ensino Superior Almeida Rodrigues (ISSN: 2317-7284) é uma Revista Eletrônica com publicação anual, que marca o compromisso da FAR e ISEAR com o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural da sociedade, bem como, com a democratização do conhecimento. Criada em 2013 este periódico tem por objetivo de divulgar artigos, resenhas, entrevistas, traduções, que sejam produções inéditas de pesquisadores nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Educação nas suas mais variadas formas de análise disciplinar, em fluxo contínuo, fomentando o intercâmbio entre pesquisadores de diversas instituições de ensino nacionais e internacionais.

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES
FACULDADE ALMEIDA RODRIGUES – FAR
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO ALMEIDA RODRIGUES – ISEAR

ENDEREÇO

Rua Quinca Honório Leão, 1030, Morada do Sol
Rio Verde – Goiás - CEP: 75909-030
Fone: (64) 3620 4700
www.faculdefar.edu.br

DIAGRAMAÇÃO

Fabiano Melo Moreira
(64) 98107-9606

CAPA

Fabiano Melo Moreira
(64) 98107-9606

CORRESPONDÊNCIA E ENVIO DE ARTIGOS

Coordenação de Pesquisa: Faculdade Almeida Rodrigues - FAR
Email: nucleopesquisa@faculdefar.com.br
Fone: (64) 3620-4704

FICHA CATALOGRÁFICA

Revista Científica do Centro de Ensino Superior Almeida Rodrigues. Rio Verde, FAR/ISEAR,
Ano 7, nº 7, jan. 2019. Anual

ISSN: 2317-7284

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES
FACULDADE ALMEIDA RODRIGUES – FAR
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO ALMEIDA RODRIGUES – ISEAR

DIREÇÃO GERAL

ALBA ALMEIDA RODRIGUES

DIREÇÃO ADMINISTRATIVA / FINANCEIRA

JÚLIO CÉSAR IVO DE RESENDE

COORDENAÇÃO DE CURSOS

DIREITO

Ma. Gecilda F. Cargnin

PEDAGOGIA

Me. Clesio Feliciano da Souza

ADMINISTRAÇÃO

C. SUP. DE TEC. EM AGRONEGÓCIOS

C. SUP. DE TEC. EM GESTÃO DE RH

C. SUP. DE TEC. GESTÃO DE COOPERATIVAS

C. SUP. DE TEC. GESTÃO PÚBLICA

C. SUP. DE TEC. SEGURANÇA DO TRABALHO

Me. Ana Claudia de Oliveira

CONTABILIDADE

Me. Alexandro Leonel Lunas

COORDENAÇÃO PESQUISA

Mauro Guimarães de Oliveira Junior

CONSELHO EDITORIAL

Gecilda Facco Cargnin

Ana Claudia de Oliveira

Clesio Feliciano de Souza

José Marcelo de Oliveira

Mauro Guimarães de Oliveira Junior

Daniela Silva Ataidés

Melicia Ingredi Araujo Gavazza

Alexandro Luna

Renata Ferreira Chavaglia

Jorge Lima Loiola

Fernanda Macedo Oliveira

Alexandro Leonel Lunas

SUMÁRIO

PERÍODO DE CARÊNCIA APÓS REFORMA DA PREVIDÊNCIA: LEI 13.457/17 E OFERIMENTO AO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO SOCIAL

Josiane Dias Antunes

Carlos Alberto Vieira de Gouveia

.....PAG. 08

APOSENTADORIAS E SEUS REFLEXOS DE ACORDO COM A LEI 8.213/91

Douglas Ferreira Magalhães

.....PAG. 18

LOGÍSTICA COMO VANTAGEM COMPETITIVA E SUA RELEVÂNCIA DENTRO DAS ORGANIZAÇÕES

Thyago Naves da Costa

Diego Naves da Costa Benedito

.....PAG. 39

A IMPORTÂNCIA DA LIDERANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO DE EQUIPES

Suzanny Paula Rodrigues

Renata Ferreira Chavaglia

.....PAG. 58

O IMPACTO DO FENÔMENO TRADE DRESS NO BRASIL

Dannyele Sousa Carvalho

Zilaine Daniely Assunção

Rodrigo Moraes Cabral

.....PAG. 71

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA: FATORES AGRAVANTES DOS TRANSTORNOS DE ANSIEDADE EM USUÁRIOS DE REDES SOCIAIS

Patrícia Arantes Moraes Fernandes

Simone Pereira de Oliveira Azambuja

.....PAG. 83

HOMESCHOOLING: ASPECTOS JURÍDICOS E ASPECTOS PEDAGÓGICOS

Michelle Izabelle Dias Cruz

.....PAG. 100

PÓS -VENDA: UMA FERRAMENTA DE FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES

Thyago Naves da Costa

.....PAG. 116

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PARTICIPAÇÃO DE TODOS

Aparecido Francisco da Silva

.....PAG. 131

FATORES QUE PODEM INFLUENCIAR A PRODUTIVIDADE DO MILHO DE SEGUNDA SAFRA NA REGIÃO DE RIO VERDE GOIÁS

Raimundo Nonato Hermenegildo

Aurélio Ferreira Melo

Renata Ferreira Chavaglia

.....PAG. 143

PERDAS NA COLHEITA MECANIZADA DA CANA-DE-AÇÚCAR SOB DIFERENTES VELOCIDADES DE CORTE

Adriana Barros de Oliveira

Lucas Roberto de Carvalho

Antônio Florentino de Lima Junior

Juliano Queiroz Santana Rosa

Roberto Barbuio

Juracy Mendes Moreira

.....PAG. 154

AS DOENÇAS MENTAIS QUE AFETAM O PROFESSOR (A): SÍNDROME DE BURNOUT, O ESTRESSE E A DEPRESSÃO

Luciane Carvalho de Castro Guimarães

.....PAG. 164

PERÍODO DE CARÊNCIA APÓS REFORMA DA PREVIDÊNCIA: LEI 13.457/17 E O FERIMENTO AO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO SOCIAL

Josiane Dias Antunes¹
Carlos Alberto Vieira de Gouveia²

RESUMO: A pesquisa versa sobre a tão falada Reforma da Previdência e, mais especificamente, no que tange ao Período de Carência. Com isso, o período de carência foi recentemente alterado pela referida reforma, causando um considerável impacto para a concessão de alguns benefícios, uma vez que a carência é um dos pressupostos exigidos para que o segurado faça jus ao benefício previdenciário. A problemática se encontra exatamente quando o trabalhador por algum motivo perder sua qualidade de segurado, ou seja, quando deixar de contribuir para a previdência social. Em suma, a nova lei revogou o art. 24, parágrafo único da Lei 8.213/1991, deixando assim regras mais rígidas ao segurado. Dificultar ou negar seu acesso fere o princípio da proteção social, da dignidade da pessoa humana e do princípio da vedação do retrocesso social.

Palavras-chave: Aposentadoria por invalidez. Auxílio doença. Benefício por incapacidade. Carência. Lei 13, 456/17. MP 767/17. Salário-maternidade. Princípio da função social.

ABSTRACT: The research is about Social Security Reform and, more specifically, about the waiting Period. As a result, the waiting period has recently been amended by the reform, causing a considerable impact to the granting of some benefits, since the lack is one of the assumptions required for the insured to justify the social security benefit. The problem is precisely when the worker for some reason loses his status as an insured, that is, when he fails to contribute to social security. In short, the new law repealed art. 24, sole paragraph of Law 8.213 / 1991, leaving stricter rules to the insured. To deny or deny access violates the principle of social protection, the dignity of the human person and the principle of the prohibition of social retrogression.

Palavras-chave: Retirement due to disability. Sickness benefit. Disability benefit. Lack. Law 13456/17. PM 767/17. Maternity wages. Principle of social function.

INTRODUÇÃO

Grandes foram as especulações desde 2014 a respeito da Reforma da Previdência, trazendo inúmeras dúvidas e anseios por parte da população em relação à referida Reforma.

O presente trabalho visa apresentar quais foram os benefícios alcançados com a mudança legislativa, mais especificamente em relação ao período de carência e, precisamente, quando o contribuinte perde sua qualidade de

1 Pós-graduação lato sensu em direito previdenciário

2 Mestre em direito

segurado.

Ainda, busca demonstrar o ferimento ao princípio da proteção social pela dificuldade ao acesso aos benefícios previdenciários, ferindo, assim, os princípios da dignidade da pessoa humana, da proteção social e vedação do retrocesso social.

1 MEDIDA PROVISÓRIA 767/2017 E LEI 13.456/17

A questão da Reforma da Previdência traz um alerta aos operadores e militantes na área do Direito Previdenciário. Com isso, em 2017 a referida reforma trouxe alterações consideráveis no que tange o período de carência da proposta trazidas pela MP 767/ 2017, convertida recentemente na Lei 13.457 de 2017.

2 PERÍODO DE CARÊNCIA E BENEFÍCIOS CONTEMPLADOS PELA MUDANÇA LEGISLATIVA

O período de carência trata-se de um requisito exigido para a concessão de aposentadorias, os chamados benefícios programáveis.

Para esses benefícios são exigidos 180 meses de contribuição, ou se caso o segurado seja filiado em até 24/07/1991, esse poderá utilizar da tabela progressiva prevista na Lei de Benefícios 8.213/1991 em seu Artigo 142.

Frisa-se que para os benefícios programáveis como: aposentadoria por idade, especial e tempo de contribuição não sofreu nenhuma mudança.

Para outros benefícios, como a aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e salário maternidade a Lei 13.457/17 trouxe alterações para esses segurados que por algum motivo tenha perdido sua qualidade de segurado.

Ressalta-se que apenas é considerado segurado aquele que contribui para a previdência mensalmente e no período em que estiver contribuindo estará coberto, ou seja, estará na condição de beneficiário da Previdência Social.

Entretanto, se por algum motivo deixar de contribuir para previdência, por exemplo desemprego involuntário o trabalhador permanecerá coberto pela previdência por um curto pedaço de tempo e, entrará no período de graça e só assim perderá de vez sua qualidade de segurado.

Neste sentido Góes (2008 apud CECHELIA, 2015, p. 28):

Assim, ordinariamente, mantém a qualidade de segurado aquele que permanecer exercendo a atividade remunerada reconhecida pela lei como de filiação obrigatória ao RGPS (se segurado obrigatório), ou seja, enquanto estiver recolhendo regularmente as contribuições previdenciárias (se o segurado facultativo).

Nota-se com a conversão da MP 767/ 2017 na Lei 13.457/17 que houve considerável mudança na Lei de Benefícios 8.213/91 em seu Art. 27 - A em caso de perda da qualidade de segurado para efeito de carência, alterando o art. 24, parágrafo único da Lei 8.213/91.

A alteração legislativa referente à carência é quando por algum motivo o trabalhador perder sua qualidade de segurado e, após passar o período de graça, esse ganhará o direito de contar as contribuições anteriores para voltar a ser segurado da Previdência Social.

Os benéficos que sofreram alteração com a reforma foram: Aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e salário-maternidade.

3 BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE: AUXÍLIO-DOENÇA, AUXÍLIO-ACIDENTE E APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

Os benéficos por incapacidade estão previstos na Lei de Benefícios 8.213/91 no art. 18, inciso I, alíneas “a”, “e” e “h”, artigos 42 a 47, 59 a 63 e 86 da referida Lei de Benefícios (LB), combinado com o Decreto n. 3.048/99 artigos 43 a 50, 71 a 80, e art. 104 que trazem em seu bojo os benefícios por incapacidade, como: Auxílio-doença, auxílio-acidente e aposentadoria por invalidez.

Martins e Barreto (2015, p. 16) defendem que:

Atualmente, existem três benefícios por incapacidade na previdência social, são eles, o auxílio doença, a aposentadoria por invalidez e o auxílio acidente. Embora tais benefícios possuam requisitos distintos para a sua concessão, se assemelham pelo fato de todos participarem do pressuposto que a parte está incapaz, o que diferem é o fato ser a incapacidade temporária ou permanente ou ainda tratar-se de uma redução da capacidade laborativa do autor.

Para os benefícios por incapacidade, no que se refere ao auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, a lei exige 12 meses de carência conforme preceitua o Art. 24 a 27 da Lei de Benefícios.

Existem exceções estabelecidas na LB 8.213/91 no art. 151 e Portaria Interministerial 2998, a qual traz um rol de doenças graves que isenta de carência. Neste sentido Martins e Barreto (2015, p. 17):

De outra vertente, pode-se defender que o rol de doenças graves não deve ser considerado taxativo, ante a impossibilidade de completude do ordenamento jurídico – não cabendo ao legislador aquilo que nem mesmo a Medicina é capaz de fazer – arrolar todas as doenças consideradas graves existentes na atualidade e, ainda, manter essa lista atualizada.

É premente que se deixe claro quando se tratar de Acidente de qualquer natureza, esse compreendido a Doença do Trabalho ou Doença Profissional, foi contemplado com a isenção prevista no art. 26 da Lei 8.23/91.

Vale lembrar que o auxílio-acidente é de natureza indenizatória, pois concede ao segurado um complemento em sua renda, em virtude do acidente do qual fora acometido e que teve sua capacidade laborativa reduzida.

Santos (2013, p. 297) explica que:

O auxílio – acidente de qualquer é benefício previdenciário sui generis, uma vez que não substitui os salários de contribuição ou ganhos habituais do trabalhador que deixa de exercer suas atividades. A lei lhe confere, expressamente, natureza indenizatória (art. 86 do PBPS).

Tal benefício pode ser cumulativo com o salário com renda mensal de 50%, mas poderá ser inferior ao salário mínimo, vez que, é de natureza complementar e indenizatória, sendo que o benefício cessará com a morte do segurado ou com a aposentadoria. O acidente de trabalho está definido no artigo 19 do LBPS – Lei de Benefícios da Previdência Social.

A mudança legislativa, referente ao período de carência ocorreu no artigo 24, § único, da Lei 8.213/91 quando contribuinte por algum motivo perder sua qualidade de segurado.

Salienta-se que a mudança legislativa afetou consideravelmente os benefícios por incapacidade e o salário maternidade e, ainda impende destacar que as regras ficaram mais rígidas em momento de maior vulnerabilidade do trabalhador, por estar doente e com maior dificuldade para retornar ao mercado de trabalho.

Não obstante o art. 27 – A da Lei 8.213/91 o qual alterou o período de carência com conversão da MP 767/ 2017 na Lei 13.457/17. Vejamos:

Conforme se vê a nova redação: Art. 27-A. No caso de perda da qualidade de segurado, para efeito de carência para a concessão dos benefícios de que trata esta Lei, o segurado deverá contar, a partir da nova filiação à Previdência Social, com metade dos períodos previstos nos incisos I e III do caput do art. 25 desta Lei (Incluído pela lei nº 13.457, de 2017) (BRASIL, 2017).

Assim, para os beneficiários de aposentadoria por invalidez e auxílio-doença em caso de perda da qualidade de segurado deverá contar a partir da nova filiação com metade dos dias faltantes para que se computem as contribuições anteriores, para efeito de carência.

A mudança prevê em caso de perda da qualidade de segurado o período exigido de carência será de seis meses a partir da nova filiação, para só assim

ganhar o direito de contar as anteriores.

Nota-se que a lei trouxe regras mais rígidas, antes em caso de perda da qualidade de segurado, antes da nova lei caso voltasse ao trabalho após nova filiação a previdência, bastava comprovar carência de 1/3, ou seja, 4 quatro contribuições.

Frisa-se ainda que, chegaram a cogitar um período de 12 contribuições para fim de carência em caso de perda da qualidade de segurado.

Podemos observar a redação do art. 24, § único da LB a qual teve sua vigência revogada em 2017, conforme se vê abaixo:

Art. 24. Período de carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências.

~~Parágrafo único. Havendo perda da qualidade de segurado, as contribuições anteriores a essa data só serão computadas para efeito de carência depois que o segurado contar, a partir da nova filiação à Previdência Social, com, no mínimo, 1/3 (um terço) do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício a ser requerido. (Vide Medida Provisória nº 242, de 2005) (Revogado pela Medida Provisória nº 739, de 2016) (Vigência encerrada)~~

~~Parágrafo único. Havendo perda da qualidade de segurado, as contribuições anteriores a essa data só serão computadas para efeito de carência depois que o segurado contar, a partir da nova filiação à Previdência Social, com, no mínimo, 1/3 (um terço) do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício a ser requerido. (Vide Medida Provisória nº 242, de 2005) (Revogado pela Medida Provisória nº 767, de 2017) (Revogado pela lei nº 13.457, de 2017) (BRASIL, 1991).~~

A partir disso a mudança legislativa trouxe um retrocesso danoso e cruel ao trabalhador em momento de maior fragilidade qual seja doente e/ou desempregado.

E ao se encontrar nessas condições torna-se ainda mais difícil retornar ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, maior demora em poder voltar a contribuir para com a previdência e assim recuperar sua qualidade de segurado. E por não estar contribuindo ficará impossibilitado de requerer tais benefícios enquanto não readquirir a qualidade de segurado e, caso busque na previdência terá seu pedido indeferido se não cumprir o período de carência exigido em lei, vez que a previdência existe para assegurar meios indispensáveis a sobrevivência apenas para aqueles que contribuem.

Portanto, negar ou dificultar ao acesso a tais benefícios fere o princípio da dignidade da pessoa humana e deixa a previdência de cumprir sua função social.

4 SALÁRIO-MATERNIDADE

O salário-maternidade é um benefício pago às seguradas que acabaram de ter um filho, seja por parto ou adoção, ou aos segurados que adotem uma criança (BRASIL, 2015).

Ainda, a CF de 1988 (art. 7º, XVIII) garante licença à gestante, sem prejuízo do emprego ou do salário, com a duração de 120 dias. E no art. 201, II, está garantida a proteção previdenciária à maternidade, especialmente a gestante (SANTOS, 2013, p.291).

Assim como na aposentadoria invalidez e auxílio-doença a Previdência Social trás alguns requisitos para a concessão para o salário-maternidade.

Veja abaixo:

Para ter direito ao salário-maternidade, o (a) beneficiário (a) deve atender aos seguintes requisitos na data do parto, aborto ou adoção:

Quantidade de meses trabalhados (carência)

10 meses: para a trabalhadora Contribuinte Individual, Facultativa e Segurada Especial.

Isento: para segurada Empregada de Microempresa Individual, Empregada Doméstica e Trabalhadora Avulsa (que estejam em atividade na data do afastamento, parto, adoção ou guarda com a mesma finalidade).

Para as desempregadas: é necessário comprovar a qualidade de segurada do INSS e, conforme o caso, cumprir carência de 10 meses trabalhados.

Caso tenha perdido a qualidade de segurada, deverá realizar, **no mínimo, cinco** contribuições, desde que somadas com as contribuições anteriores, totalizem dez contribuições até a data do parto/evento gerador do benefício (BRASIL, 2015).

Lembrando que qualidade de segurado é a contribuição mensal ao INSS realizado por todo cidadão, conforme se vê demonstrado: "Qualidade de segurado é a condição atribuída a todo cidadão filiado ao INSS que possua uma inscrição e faça pagamentos mensais a título de Previdência Social" (BRASIL, 2015).

Vale frisar que a mudança legislativa está na perda da qualidade de segurado o qual ora apresentado. Porém, a Lei 13.457/17 trouxe em seu bojo alteração no período de carência para o salário maternidade, como já exposto em linhas pretéritas, no caso de perda da qualidade de segurado.

Mas, antes de aprofundarmos ao tema vamos analisar primeiramente o salário maternidade de cada tipo de segurado e, o período de carência exigido para cada um.

No que tange salário maternidade, faz necessário observar com atenção os tipos de seguradas, pois para a segurada empregada, trabalhadora avulsa e empregada doméstica, estas por sua vez estão isentas de carência conforme vaticina a Lei 8.213/91, art. 26, inciso VI.

Já para a segurada especial o período de carência tem previsão legal específica no art. 39, parágrafo único da Lei 8.213/91.

Com relação às contribuintes, facultativa, individual e a segurada especial, essas por sua vez devem comprovar 10 meses para fins de carência exigida e, se porventura tenha antecipação de parto, serão todas beneficiadas com a redução da carência conforme o número de meses em que o parto adiantar.

Aplicando a regra do caso em análise, ao salário maternidade se a segurada contribuinte individual, facultativa e segurada especial caso perca sua qualidade de segurada, para fim de carência exigida, essas deverão após nova filiação ter cinco meses de contribuição, ou seja, metade da carência exigida.

Antes, para recuperar a perda da qualidade de segurada bastava contribuições de 1/3 (um terço). Entretanto, a mudança ocorreu exatamente aqui, pois o art.24, § único da Lei 8.21/91 foi revogado com a vinda da Lei 13.457/17.

Nessa seara podemos afirmar sem receio que isso se trata de um retrocesso social e uma afronta a dignidade da pessoa humana, ainda um ferimento ao princípio da vedação social.

5 PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL, PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA E DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO SOCIAL

A Constituição Federal de 1988 consagrou o princípio da dignidade da pessoa humana como um princípio máximo. Mas não se pode negar que embora tenhamos consagrado na CF o princípio da dignidade da pessoa humana e também os avanços sociais já alcançados grande parte da população continuam sem direitos sociais mínimos para a sua sobrevivência.

O Estado por meio de seus representantes constituídos parece buscar suprimir, direitos garantidos pela própria constituição, como podemos observar no estudo ora em análise.

Pois, com a vinda da Lei 13.457 de 2017 houve um ferimento ao princípio da vedação do retrocesso social e da dignidade da pessoa humana, suprimindo direitos positivados por lei infraconstitucional.

Nas palavras de Alvar (2017, p. 5):

O princípio do não retrocesso social ou aplicação progressiva dos direitos sociais caracteriza-se pela impossibilidade de redução dos direitos sociais amparados na Constituição, ou que tenham sido positivados em normas infraconstitucionais, garantindo aos cidadãos o acúmulo de proteção e perenidade de seu patrimônio jurídico e o avanço na concretude fática do conceito de cidadania.

Ainda continua:

O retrocesso social significa o descumprimento por ato comissivo da imposição ligeferante como imposição de edição de normas que regulamentam as disposições de direitos fundamentais e sociais, bem como, a abstenção do legislador no sentido de edição de normas que revoguem disposições jus fundamentais independente da topologia que essas normas tenham no sistema normativo (ALVAR, 2017, p. 5).

Esse princípio tem por objetivo defender os direitos fundamentais adquiridos pelos cidadãos e se baseia na própria CF/88. Ao trazer a afirmação de que um direito ou benefício concedido, esse não poderá mais ser retirado. Caso contrário seria considerado um retrocesso social.

Pois bem, eis onde queríamos chegar! Retirar direitos já positivados em lei infraconstitucional por mais ínfima que seja, podemos afirmar categoricamente, fere o princípio da vedação do retrocesso social.

Como vimos no presente estudo, foram suprimos direitos previdenciários positivados em lei infraconstitucional, deixando os cidadãos em risco social por se encontrarem em situação de maior vulnerabilidade, seja aposentadoria por invalidez, auxílio-doença ou aquelas (es) que estejam recebendo salário-maternidade.

Portanto, suprimir ou reduzir direitos sociais fere frontalmente o princípio da vedação do retrocesso social e da dignidade da pessoa humana.

Leciona Alvar (2011, p. 5):

Os direitos sociais estão umbilicalmente ligados ao princípio da dignidade da pessoa humana, assim considerá-los em caráter relativo, coloca em risco e na berlinda o principal princípio de um Estado Social e de Direito e o verdadeiro alcance do princípio do não retrocesso trata-se de verdadeira blindagem e proteção dos direitos fundamentais.

Os direitos sociais trazidos pela constituição patrícia e o que garante o mínimo de dignidade humana aos cidadãos.

Nas palavras de Piovezan (2010, p. 49): “a dignidade humana e os direitos fundamentais vêm a constituir os princípios constitucionais que incorporam as exigências de justiça e dos valores éticos, [...]”.

Desta feita, os princípios da dignidade da pessoa humana, princípio da não vedação do retrocesso social e o princípio da função social não passaram pelo crivo da ética e da justiça que deveriam imperar em meio daqueles que legislam nesse país.

CONCLUSÃO

A Previdência Social prevista no art. 201 da CF/88 tem caráter contributivo e obrigatório, ou seja, para ter à proteção da previdência social, é necessário ser segurado, isto é, contribuir mensalmente para o INSS para assim ter cobertura de seus benefícios.

A Seguridade Social prevista no art. 6 da CF, traz direitos sociais os quais visam à redução das desigualdades sociais e, é composta pelo direito à saúde, assistência social e previdência social.

No entanto, a Seguridade Social se difere da previdência social. Está última, como dito, tem caráter contributivo e obrigatório. Enquanto a seguridade compreende a saúde e assistência social, e estas tem requisitos próprios para a sua concessão, mas não tem caráter contributivo.

Por ser a previdência de caráter contributivo vai atender apenas aqueles que sejam filiados, caso contrário não estará coberto.

E a inovação trazida pela Lei 13. 4.../2017, deixa claro em caso de perda de qualidade de segurado apenas ganhará o direito de contar a anteriores quando preencher os requisitos exigidos em lei e, caso contrário não terá a cobertura da previdência.

REFERÊNCIAS

ALVAR, Maria Vitoria Queija. Os direitos fundamentais dos trabalhadores e o princípio do não retrocesso social no Brasil. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV, n. 88, maio 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9212>. Acesso em: 27 jul. 2017.

BRASIL. Lei n. 13.457, de 26 de junho de 2017. Altera as Leis nos. 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória da Carreira de Perito Médico Previdenciário e da Carreira de Supervisor Médico-Pericial; e institui o Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 de junho de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13457.htm>. Acesso em: 12 jul. 2017.

BRASIL. Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da*

União, Brasília, em 24 de julho de 1991.

BRASIL. Previdência Social. Salário Maternidade. set. 2015. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/todos-os-servicos/salario-maternidade/>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

CECHELIA, Mariana Palácios. Aposentadoria especial: comprovação e concessão. 2015. 60f. Monografia (Bacharel em Contabilidade e Legislação Previdência) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/3656/1/Mariana%20Pal%C3%A1cios%20Cechella.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

MARTINS, Tacyany Oliveira; BARRETO, Mariana Dias. A fungibilidade das demandas previdenciárias por incapacidade como concretização do princípio da proteção social. 2015. 26f. TCC (Bacharel em Direito) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2015. Disponível em: <<http://openrit.grupotiradentes.com/xmlui/handle/set/1287>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

PIOVESAN, Flávia. Temas de direitos humanos. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SANTOS, Marisa Ferreira. Direito previdenciário esquematizado: de acordo com a Lei n. 12.618/2012. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

APOSENTADORIAS E SEUS REFLEXOS DE ACORDO COM A LEI 8.213/91

Douglas Ferreira Magalhães¹

RESUMO: A Previdência ou Seguro Social tem por finalidade assegurar meios de manutenção aos segurados e dependentes quando ocorre algum evento que impossibilita o segurado de garantir sua renda normal. O papel da previdência social é garantir o pagamento de benefícios aos seus segurados. O presente trabalho tem como objetivo analisar os direitos e benefícios previdenciários aos quais dispõem os segurados/trabalhadores que contribuem junto a previdência no tocante a aposentadoria apenas.

PALAVRA-CHAVE: Previdência Social – Benefícios – Direito fundamental.

SUMMARY: Social Security or Social Security aims to ensure means of maintenance to policyholders and dependents when an event occurs that makes it impossible for the insured to guarantee their normal income. The role of social security is to ensure the payment of benefits to its policyholders. The objective of this study is to analyze the social security rights and benefits available to the insured / workers who contribute to the pension plan in relation to retirement only.

KEYWORDS: Social Security - Benefits - Fundamental law

1. INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fato já percebido há algumas décadas. Dados estatísticos comprovam essa afirmativa. A partir disso surge a exigência de buscar novas formas de suprir necessidades decorrentes dessa realidade, entre elas, a de o sujeito se preparar para essa etapa de sua vida. Essa preparação equivale, entre outras questões, a uma aceitação por parte deste da realidade inerente a todo o sujeito, ou seja de que, se viver muitos anos, inevitavelmente ficará velho.

De acordo com Beauvoir (1990, p. 12), nesse contexto, temos que “o sentido de nossa vida está em questão no futuro que nos espera. Não sabemos quem somos, se ignorarmos quem seremos”. A autora enfatiza ainda, que precisamos nos reconhecer nos velhos, sendo isso uma condição necessária para podermos assumir em sua totalidade nossa condição humana. Por outro lado, deveríamos aceitar com felicidade a idade avançada, pois é algo que nos diz respeito.

Bruns e Abreu (1997, p.8) apontam a importância de projetos de futuro no ser humano, ou seja: “o homem, ao longo de sua vida, não é apenas o que é, mas o que deseja ser, e é, em particular o trabalho, que lhe permite expressar-se e identificar-se em relação a esses horizontes”. É, no entanto, pela atividade profissional que o ser humano poderá concretizar projetos e sonhos, ou seja, é

1 Docente do curso de bacharelado em Direito pela Faculdade Almeida Rodrigues

pelo trabalho que o homem se organiza perante a sociedade, e, poderá modificar a si próprio, bem como meio em que vive.

2. DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO

A Previdência Social constitui um sistema básico de proteção social, de caráter público, institucional e contributivo, que tem por finalidade segurar de forma limitada os trabalhadores.

A Previdência Social, em sua conformação básica, é um direito fundado na dignidade da pessoa humana, na solidariedade, na cidadania e nos valores sociais do trabalho (CF/88, art. 1º, II, III e IV), bem como nos objetivos da República de construir uma sociedade livre, justa e solidária, avançar na erradicação da pobreza e na redução das desigualdades sociais (CF/88, art. 3º, I e III).

Direito Previdenciário é o ramo do direito público que estuda a organização e o funcionamento da Seguridade Social. Especificamente, no Brasil, a Seguridade Social é tratada na Constituição Federal de 1988 em capítulo próprio, entre os artigos 194 e 204, o que demonstra grande preocupação do constituinte originário quanto à Previdência Social, a Assistência Social e a Saúde.

De acordo com o citado art. 194, a seguridade social consiste em um conjunto de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito à saúde, à previdência social e à assistência social.

Cumprido ressaltar que, dentro da seguridade social, os serviços de saúde e de assistência social não dependem de custeio, ou seja, não demandam que seus usuários efetuem uma contraprestação para que possam usufruir de tais serviços, devendo, tão somente, se encontrarem em situação tal que demande o respectivo serviço.

Em contrapartida, os serviços de previdência social dependem de custeio, de acordo com o que se depreende da leitura do art. 195, caput, da CF. Assim, pode-se entender que, não obstante nossa Carta Magna traga a ideia de vinculação do regime de seguridade social, o que se observa é que a necessidade de custeio prévio da Previdência Social pelo beneficiário rompe com o mencionado ideário, contudo, há a necessidade.

O art. 201 da Constituição Federal estabelece um rol dos riscos que a previdência social atenderá, nos termos da lei. A aposentadoria por tempo de contribuição não está prevista entre os casos tipificados no inciso I desse artigo, quais sejam, doença, invalidez, morte e idade avançada. A aposentadoria por tempo de contribuição não é um benefício tipicamente previdenciário, pois não existe qualquer risco social sendo protegido. Esse benefício não se coaduna com a lógica protetiva, visto que autoriza a aposentação em idades muito

inferiores ao que se pode rotular de idade avançada. (IBRAHIM, 2012).

Ressalte-se que a aposentadoria por tempo de contribuição, independente de idade mínima, tem sido duramente criticada pela doutrina especializada. É que o tempo de contribuição não corresponde a qualquer risco social que deve ser coberto pela previdência social. O fato de o segurado ter contribuído por determinado número de anos não pressupõe, necessariamente, que ele não tenha mais condições de exercer a sua atividade. (KERTZMAN, 2015).

Conforme estabelece Vianna (2013), apenas três países, além do Brasil, não possuem exigência de idade mínima para aposentadoria, são eles o Irã, Equador e Iraque, e dentre esses o Brasil é o único que não condiciona esta ao afastamento da atividade.

3. DA APOSENTADORIAS

Aposentar, segundo Luft (2001), significa “conceder dispensa ou reforma de serviço, com direito aos vencimentos ou a parte deles.”

Conforme Ramos (2001, apud PERES 2007,), “a palavra aposentadoria, tanto em inglês (retired) quanto em francês (retraite), significa retirar-se, ou seja, diz respeito ao direito do trabalhador de desfrutar do tempo livre após uma vida toda dedicada ao trabalho. Direito esse que é dever do Estado garantir”.

A aposentadoria, no entanto, como aponta Rodrigues (2000, apud França et al, 2009, p. 551) “representa um momento de maior liberdade e de desengajamento profissional, trazendo novas oportunidades e realizações”. Por outro lado, [...] pode também ser percebida como um período de desvalia e de diminuição da autoestima – que, por sua vez, leva ao sentimento de perda de status, de referência, do companheirismo entre os colegas de trabalho, ao sentimento de inutilidade e de perda financeira. (FRANÇA et al, 2009,)

Na tomada de decisão, entre se aposentar ou continuar trabalhando, no entanto, segundo França et al, deve-se levar em conta a idade em que o sujeito começa a se questionar sobre o assunto.

Para Adler e Hilber (2009, apud França et al, 2009, p. 552) A decisão de continuar na força de trabalho ou de aposentar-se é tipicamente tomada entre 55 a 64 anos, e é influenciada por muitos fatores, nos quais também se inclui a disponibilidade dos empregos. Entretanto, uma vez que o processo de envelhecimento difere de pessoa para pessoa, é problemático tentar fixar uma idade específica para a aposentadoria.

Segundo Hemingway (1990, apud BEAUVOIR,): “a pior morte para o indivíduo, é perder o que forma o centro de sua vida, e que faz dele o que realmente é”. Segundo ele, aposentadoria é a palavra mais repugnante do

vocabulário. Seja ela uma opção ou necessidade, aposentar-se significa afastar-nos das nossas ocupações, e estas tornam-nos atuantes na sociedade. Não ter mais um trabalho seria equivalente a morrer.

Beauvoir (1990, p. 325) por outro lado aponta que: Quando o trabalho foi escolhido livremente, e constitui uma realização de si mesmo, renunciar a ele equivale, efetivamente, a uma espécie de morte. Quando se caracterizou como uma obrigação, ficar dispensado dele significa uma libertação. Mas na verdade, quase sempre há ambivalência no trabalho, que é ao mesmo tempo uma escravidão, uma fadiga, mas também uma fonte de interesse, um elemento de equilíbrio, um fator de integração à sociedade. Essa ambiguidade reflete-se na aposentadoria, que pode ser encarada como grandes férias, ou como uma marginalização.

Simone de Beauvoir (1990) afirma ainda que, na escolha entre esses dois pontos de vista e a maneira pela qual eles se combinarão depende de inúmeros fatores, sendo o primeiro deles a saúde do indivíduo, pois, um trabalhador fatigado e gasto, não terá as mesmas reações do que aquele que se aposenta em plena forma física e moral. Ela percebe o impacto da aposentadoria no idoso como um tempo de 26 grandes mudanças e, portanto, causa de muito sofrimento psíquico. Traz essa realidade afirmando que: Arrancados ao seu ambiente profissional, os aposentados têm que mudar o emprego do tempo, e todos os seu hábitos. O sentimento de desvalorização, comum à maior parte das pessoas, exacerba-se neles. Com efeito, não somente ganham muito menos dinheiro do que antes, mas a quantia que recebem não é mais ganha através do trabalho.

3.1 APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

A aposentadoria por invalidez é um benefício devido ao trabalhador permanentemente incapaz de exercer qualquer atividade laborativa e que não possa ser reabilitado em outra profissão, de acordo com a perícia médica do INSS, a respeito do benefício discutido leciona o doutrinador Fabio Zambitte as seguintes entrelinhas;

A aposentadoria por invalidez é concedida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz para o trabalho e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nessa condição. O tema é tratado na lei n. 8.213/91, art. 42 a 47, e no RPS, art. 43 a 50. (IBRAHIN, 2015)

O pagamento é efetuado porquanto perdurar a invalidez do segurado que será reavaliado a cada dois anos pela junta médica da previdência (INSS).O

benefício será concedido ao segurado independentemente de estar recebendo o auxílio-doença ou não, que possui os mesmos requisitos da aposentadoria por invalidez.

Os requisitos da aposentadoria por invalidez são os seguintes: 1) ser segurado do RGPS (obrigatório ou facultativo); 2) ter cumprido a carência, se for o caso; e 3) ser considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência.

A concessão do benefício sempre dependerá da condição da incapacidade do segurado, ficando esta condição a cargo do INSS, e o leciona IBRAHIN, vejamos;

A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade, mediante exame médico pericial a cargo da previdência social, podendo o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança. (IBRAHIN, 2015)

Ressalte-se que a aposentadoria por invalidez não precisa ser precedida por um auxílio-doença. Se desde o início a incapacidade é total e permanente para qualquer trabalho, a aposentadoria por invalidez deve ser concedida diretamente.

Com o avanço paulatino da medicina, a capacidade laborativa do segurado pode ser retificada/restaurada, uma vez que provavelmente impossível tal recuperação, nada impede que tal fato ocorra e o segurado retome suas atividades, mesmo que seja reabilitado para uma nova atividade em área distinta da antes atuante, conforme a doutrina de Ibrahin, veja;

Nada impede que o segurado aposentado por invalidez recupere sua capacidade laborativa. Sem dúvidas foi fato imprevisto pela perícia médica, mas, se observável futuramente, determinará o término do benefício, sem prejuízo para o segurado, salvo-má-fé. (IBRAHIN, 2015)

A princípio, é de se estranhar a previsão de recuperação (total ou parcial) de capacidade laborativa do aposentado por invalidez. Entretanto, como a medicina evolui a cada dia, com novos medicamentos e tratamentos mais eficazes, é possível que o segurado, hoje inválido, venha a recuperar alguma capacidade laborativa num futuro próximo. Daí a reversibilidade deste benefício, o que justifica a manutenção das perícias periódicas e tratamento obrigatório mesmo após a aposentadoria.

Sobre a renda mensal inicial, o art. 44 da lei n. 8.213/91 estabelece que o benefício tem o valor correspondente a 100% do salário de benefício. A doutrina majoritária também segue este mesmo entendimento, conforme a doutrina do Prof. Ibrahin, vejamos;

A renda mensal desta prestação é equivalente a 100% do salário-de-benefício, sem a aplicação do fator previdenciário. Pouco importa se a invalidez é decorrente de acidente de trabalho ou não. Desde a lei n. 9.032/95, este benefício é fixado no percentual de 100%. (IBRAHIN, 2015)

A incapacidade para o exercício da profissão ou ocupação habitual do segurado (incapacidade parcial) gera a concessão do auxílio-doença. Se essa incapacidade é temporária, o auxílio-doença deve ser concedido até a recuperação do segurado. Se essa incapacidade é definitiva, o auxílio-doença é devido até que seja feita a reabilitação do segurado para uma nova profissão ou ocupação. Por outro lado, a incapacidade para o exercício de toda e qualquer profissão (incapacidade total), se for temporária, gera o direito ao auxílio-doença. Contudo, se essa incapacidade total for definitiva, ou seja, sem possibilidade de recuperação nem de reabilitação, o segurado então faz jus à aposentadoria por invalidez.

Estando uma vez aposentado por invalidez, o segurado deve se afastar de toda e qualquer atividade remunerada, caso isso não aconteça e este flagrado e confirmada sua labor atividade remunerada, este poderá ter sua aposentadoria cassada, conforme a doutrina de Ibrahin, veja;

Ao se aposentar por invalidez, o segurado o segurado deverá afastar se de toda e qualquer atividade remunerada, sob pena de cassação da aposentadoria, já que o evento determinante (incapacidade permanente para o trabalho) não existiria. (IBRAHIN, 2015)

3.2 APOSENTADORIA POR IDADE

A aposentadoria por idade é o benefício concedido ao segurado que, cumprida a carência, completar 65 anos de idade, se homem e 60 anos de idade, se mulher.

Segundo a lei n. 8.213/91, o período de carência é de 180 meses de contribuição, é o que assevera a Ibrahin, vejamos;

Este benefício comporta carência, que é de 180 contribuições mensais. Na verdade, esta carência somente é exigível para os segurados filiados no RGPS após 24/07/1991, data de promulgação da lei n. 8.213/91, que aumentou este período de 60 para 180 meses. Para os demais segurados, há uma regra de transição prevista no art. 142 desta lei (capítulo 17). (IBRAHIN, 2015)

A aposentadoria por idade é um dos benefícios mais conhecidos – visa a garantia, a manutenção do segurado e de sua família quando a idade avançada não permita a continuidade laborativa. O tema é tratado na lei n. 8.213/91, arts.

48 a 51 e no RPS, arts. 51 a 55.

Os requisitos para solicitação deste benefício são cumulativos, uma vez não cumprido tais requisitos e sendo alterado o regime aplicável antes de cumprir tais requisitos não gera direito adquirido ao segurado, é o entendimento majoritário vigente no país, veja;

O regime legal aplicável ao benefício de aposentadoria por idade é aquele vigente na data em que o segurado completa todos os requisitos legais para a concessão do benefício, ainda que postergue o requerimento no tempo. Regime anterior ao implemento das condições, ainda que mais benéfico, não gera direito adquirido (o segurado tinha simples expectativa de direito). Regime posterior ao implemento das condições, ainda que mais gravoso, não pode alterar a situação, pois na data em que o segurado completa todos os requisitos legais para a concessão do benefício ele já passa a ter direito adquirido à aposentadoria. (IBRAHIN, 2015)

A aposentadoria por idade tem os seguintes requisitos: 1) Ser segurado do RGPS (obrigatório ou facultativo); 2) Ter cumprido a carência; 3) Completar a idade mínima para sua concessão (de acordo com o art. 201, § 7º, II, da CF/88), qual seja: a) 65 anos para homens; ou b) 60 anos para mulheres.

Ibrahin leciona que a renda mensal por idade é equivalente a 70% do salário de benefício sendo computado mais 1% a cada 12 meses de contribuições, chegando ao limite de 100%.

A RMI (renda mensal inicial) da aposentadoria por idade é de 70% do salário de benefício mais 1% para cada grupo de 12 contribuições que ultrapasse a carência, até o máximo de 100% do SB (salário de benefício). (IBRAHIN, 2015)

O segurado que completa a idade legal (65 anos para homens) e tem 30 anos de contribuição (30 grupos de 12 meses = 70% + 30%), vai se aposentar com 100% do SB. O segurado que completa a idade legal (65 anos para homens) e tem 15 anos de contribuição (15 grupos de 12 meses = 70% + 15%), vai se aposentar com 85% do SB.

Desta forma, para que a RMI (renda mensal inicial) chegue a 100% do SB é preciso que o segurado tenha no mínimo 30 anos de contribuição.

Essa regra pode parecer demasiado rigorosa, numa primeira vista, mas em verdade não o é. Ela busca, com propriedade, assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema previdenciário. Caso a RMI fosse sempre de 100% do SB, bastava que uma pessoa começasse a contribuir para o RGPS (regime geral da previdência social) aos 50 anos, se homem (45, se mulher) para se aposentar com 100% da RMI (180 meses de carência + idade mínima). Na verdade, sabemos que o início da vida laboral do ser humano é bem anterior,

talvez por volta de 20 anos (em média), por isso que se justifica plenamente essa regra.

De acordo com esta nova regra, o segurado que tenha trabalhado e contribuído, por exemplo, dos 20 aos 35 anos de idade, já tem assegurada sua aposentadoria por idade, mesmo que não exerça qualquer atividade remunerada entre os 35 e 65 anos de idade.

Todavia, se ficar incapacitado para o trabalho fora do período de graça, não haverá o pagamento de aposentadoria por invalidez ou a concessão de auxílio-doença. Somente restará ao mesmo aguardar atingir a idade, solicitando então o benefício.

Contudo, de acordo com a Resolução INSS 66/2009, os segurados que, a partir de julho de 2009, implementarem a idade e a carência necessária para a aposentadoria por idade, de acordo com os dados constantes do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), serão comunicados sobre a possibilidade de requerimento do benefício por meio de “Aviso para Requerimento de Benefício”, sendo este aviso encaminhado no mês anterior àquele em que o segurado completa a idade mínima exigida para o benefício. (Ibrahin, 2015, pag. 600, curso de direito previdenciário).

3.3 APOSENTADORIA POR IDADE DO TRABALHADOR RURAL

Em razão da precariedade do custeio rural, especialmente antes da lei n. 8.213/91, a qual regulamentou o RGPS após a Constituição de 1988, aos trabalhadores rurais, em regra, carece, tão somente, de demonstrar sua atividade rural, cabendo a comprovação de recolhimento somente após 24/07/91, data da publicação da lei n. 8.213/91.

E virtude disto, o trabalhador rural tem um regime diferenciado de aposentadoria, é o que leciona a doutrina de Ibrahin:

O trabalhador rural possui regime diferenciado de aposentadoria, o qual, como conta no histórico da Previdência Social brasileira, era conhecida como FUNRURAL. O sistema urbano era distinto, havendo uma diferença significativa, referente ao plano de custeio, que era praticamente inexistente na área rural. Com a CRFB/88, as distinções infraconstitucionais entre trabalhadores urbanos e rurais tornam-se sem efeito, embora não seja incomum encontrarmos referências ao extinto FUNRURAL. (IBRAHIN, 2015)

De acordo com o art. 48, § 1º., da Lei n. 8.213/1991, no caso da aposentadoria por idade dos trabalhadores rurais a idade mínima é reduzida em cinco (05) anos, sendo exigido, portanto a idade de: 1) 60 anos para homens; ou 2) 55 anos para mulheres.

A comprovação do segurado no efetivo exercício da atividade rural é feita em conformidade com a lei n. 11.718/08, que assim estabelece a seguinte documentação que podem ser juntadas:

- I – contrato individual de trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- II – contrato de arrendamento, parceria ou comodato rural;
- III – bloco de notas do produtor rural;
- IV – licença de ocupação ou permissão outorgada pelo Incra, dentre outros.

De acordo com o art. 106 da Lei n. 8.213/91, a comprovação do exercício de atividade rural será feita, alternativamente, por meio de: 1) Contrato individual de trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social; 2) Contrato de arrendamento, parceria ou comodato rural; 3) Declaração fundamentada de sindicato que represente o trabalhador rural ou, quando for o caso, de sindicato ou colônia de pescadores, desde que homologada pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 4) Comprovante de cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no caso de produtores em regime de economia familiar; 5) Bloco de notas do produtor rural; 6) Notas fiscais de entrada de mercadorias, de que trata o § 7º do art. 30 da Lei n. 8.212/1991, emitidas pela empresa adquirente da produção, com indicação do nome do segurado como vendedor; 7) Documentos fiscais relativos a entrega de produção rural à cooperativa agrícola, entreposto de pescado ou outros, com indicação do segurado como vendedor ou consignante; 8) Comprovantes de recolhimento de contribuição à previdência social decorrentes da comercialização da produção; 9) Cópia da declaração de imposto de renda, com indicação de renda proveniente da comercialização de produção rural; ou 10) Licença de ocupação ou permissão outorgada pelo Incra.

Estes documentos arrolados no art. 106 da Lei n. 8.213/1991 bastam à comprovação da atividade rural. Ou seja: eles constituem prova plena da atividade rural, e por isso não precisam sequer ser corroborados por prova testemunhal.

A RMI (renda mensal inicial) da aposentadoria por idade, requerida com respaldo no art. 143, da Lei n. 8.213/1991, é de 01 (um) salário-mínimo. Assim, o trabalhador rural que se beneficia da isenção de carência tem direito ao benefício limitado a 01 (um) salário-mínimo.

3.4 APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Anteriormente denominada “aposentadoria ordinária”, existente desde a Lei Eloy Chaves (Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923), mas à época

apenas concedida aos ferroviários.

A Lei supracitada determinava tempo mínimo para aposentadoria de 30 anos de serviço e idade mínima de 50 anos de idade.

A Lei 3.807/60, chamada “LOPS”, já denominava tal benefício de “aposentadoria por tempo de serviço”, porém com limite de idade aumentada em 5 anos, ou seja, a idade mínima para ter direito à aposentadoria era de 55 anos, exigência esta suprimida em 1962, por intermédio da Lei nº 4.130, de 28 de agosto de 1962.

Anteriormente às alterações que trouxe a EC nº 20/98, a Constituição Federal previa a aposentadoria em seu artigo 202, para os homens desde que tivessem 35 anos de trabalho, e para as mulheres desde que tivessem 30 anos de trabalho, ou em tempo inferior, se sujeitos a trabalho sob condições especiais, que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidas em lei. A aposentadoria por tempo de contribuição foi criada pela Emenda Constitucional n. 20/98, em substituição à antiga aposentadoria por tempo de serviço.

A aposentadoria por tempo de contribuição tem os seguintes requisitos: 1) Ser segurado do RGPS (exceto segurado especial e segurado que tenha optado pelo Plano Simplificado de Previdência Social); 2) Ter cumprido a carência; 3) Completar determinado tempo de contribuição que, nos termos do art. 201, § 7º, I, da CF/88, é de: a) trinta e cinco anos de contribuição para os homens; e b) trinta anos de contribuição para as mulheres.

Algumas pessoas fazem confusão e acreditam que os requisitos do art. 201, § 7º, I e II, da CF são cumulativos, mas não é assim que funciona. Na verdade, os requisitos dos incisos do artigo citado referem-se a benefícios diferentes: o inciso I prevê os requisitos para a aposentadoria por tempo de contribuição, enquanto o inciso II dispõe sobre os requisitos para a aposentadoria por idade. A respeito da carência para a concessão deste benefício, não se confunde com o tempo de contribuição. O segurado que efetua recolhimento referentes a 20 (vinte) anos de competência em atraso tem 20 (vinte) anos de tempo de contribuição, contudo zero de carência (IBRAHIN, 2015).

O período de carência para a concessão da aposentadoria por tempo de contribuição é de 180 contribuições mensais. Além da carência, deverá haver a comprovação do tempo de contribuição exigido (tratam-se de requisitos diferentes).

A RMI (renda mensal inicial) da aposentadoria por tempo de contribuição é de 100% do salário de benefício (SB). Para a aposentadoria por tempo de contribuição, a aplicação do fator previdenciário é obrigatória, exceto na hipótese de o segurado atingir a regra 85/95, assim assevera Ibrahim;

A renda mensal deste benefício é equivalente a 100% do salário-de-benefício, com a aplicação obrigatória do fator previdenciário. Por isso, diz-se que o financiamento deste benefício é feito pelo regime de capitalização virtual. (IBRAHIN, 2015)

O art. 55 da Lei n. 8.213/1991 dispõe que o tempo de serviço deve ser comprovado na forma estabelecida no regulamento. Essa regra tem reflexos óbvios na comprovação da filiação ao Regime Geral de Previdência Social, bem como do respectivo tempo de contribuição. Assim, temos que o Decreto n. 3.048/1999, em seu art. 62 c/c art. 19, § 2º, inc. II, considerava as anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) como prova suficiente do tempo de serviço.

Todavia, a Lei n. 10.403/2002 incluiu o art. 29-A na Lei n. 8213/1991, segundo o qual “o INSS utilizará as informações constantes no Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS sobre os vínculos e as remunerações dos segurados, para fins de cálculo do salário-de-benefício, comprovação de filiação ao Regime Geral de Previdência Social, tempo de contribuição e relação de emprego” (a atual redação do dispositivo foi dada pela Lei Complementar n. 128/2008).

A aposentadoria está assegurada na nossa Carta Magna de 1988, no seu artigo 201:

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)(...)

§ 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

I- trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher; (Incluído dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

II- sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal. (Incluído dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

(...)

8º Os requisitos a que se refere o inciso I do parágrafo anterior serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998).

3.5. DAS ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20/98

Como já visto anteriormente, antes da EC 20/98, o cálculo do benefício era feito sobre a média dos trinta e seis últimos salários-de- contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês.

Castro e Lazzari, ensinam:

A Emenda Constitucional n. 20 assegurou a concessão da aposentadoria por tempo de serviço, a qualquer tempo, aos segurados do RGPS que, até a data da publicação da Emenda (16.12.98), tivessem cumprido os requisitos para obtenção desse benefício, com base nos critérios da legislação então vigente (art. 3º, caput, da EC n. 20/98).

Aos segurados filiados ao RGPS até 16.12.98, e que não tivessem completado o tempo de serviço exigido pela legislação de vigência, aplicam-se as regras de transição previstas no art. 9º da Emenda Constitucional n. 20/98, caso não prefiram se adequar às regras da aposentadoria por tempo de contribuição. Para quem se filiou ao RGPS após essa data, aplicam-se as novas regras, devendo comprovar tempo de contribuição e não mais tempo de serviço, sendo a aposentadoria concedida somente de forma integral e não mais proporcional.

Como se vê, há na Emenda nº 20/98, a tentativa de cumular os requisitos de idade com tempo de contribuição para as aposentadorias concedidas pelo RGPS.

Dessa forma, tem direito à aposentadoria proporcional por tempo de contribuição, segundo as regras estabelecidas na Emenda vigente, o segurado inscrito até 16 de dezembro de 1998, que atenda às seguintes exigências cumulativas:

1. Idade de 53 anos de idade, se homem, e 48, se mulher.
2. Tempo de tempo de contribuição igual, no mínimo, de:
 - a) 30 anos, se homem, e 25, se mulher;
 - b) um período adicional de contribuição (chamado de pedágio) equivalente a, no mínimo, 40% do tempo que, em 16 de dezembro de 1998, faltava para atingir o limite de 30 anos, se homem, ou de 25, se mulher.

Kertzman, ensina: “Cumpridos esses requisitos, o valor da aposentadoria proporcional será equivalente a 70% do valor integral, acrescido de 5% a cada ano que supere a soma dos benefícios”(Redação dada pela EC nº 20/98 que anteriormente acrescia 6%).

Ainda segundo Kertzman, “esta regra prejudica bastante os segurados, uma vez que não reduz significativamente o tempo de contribuição, mas apenas o valor do benefício”.

Freudenthal, ensina:

Traduzindo em números, o trabalhador que já conta com 25 anos

de trabalho na data da promulgação da EC, para a aposentadoria proporcional, ao invés de 5 anos, falta 7 (com mais 40%), enquanto para a integral, no lugar de 10 anos, deverá pagar 12 (mais 20%).

Para os segurados inscritos a partir de 17 de dezembro de 1998, terão direito à aposentadoria por tempo de contribuição desde que cumprida a carência exigida e que comprovem:

- a) 35 anos de contribuição, se homem;
- b) 30 anos de contribuição, se mulher.

3.6 APOSENTADORIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A aposentadoria da pessoa com deficiência é concedida a quem solicitar o benefício e, na data da solicitação possuir algum tipo de deficiência (física, mental, intelectual ou sensorial). Muitos acreditam que o benefício só é concedido para aqueles que ocuparam vagas especiais, destinadas a pessoas com deficiência, não sendo esta ideologia verídica.

O doutrinador Ibrahin (2015) leciona que a lei complementar n. 142, de 08 de maio de 2013, após longa espera, finalmente trouxe disciplina necessária ao art. 201, §1º, da CRFB/88, o qual prevê, de forma diferenciada, a aposentadoria de pessoas com deficiência. Estima-se que algo próximo a 40 milhões de brasileiros tenham algum tipo de deficiência.

Note-se que não se está diante de incapacidade laboral propriamente, mas sim de capacidade laboral com restrições. Isto deflui do art. 2º da LC n. 142/2013 que ao considerar como deficiente aquele com impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, terminou por adotar o mesmo conceito previsto no Artigo 1 da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – Convenção de Nova York, promulgada pelo Decreto 6.949/09, que nos Artigos 27, 1, 28, 2, 'e', reconheceu tanto o direito ao trabalho como o acesso a programas e benefícios de aposentadoria.

Neste mesmo sentido assevera Ibrahin;

Nota-se, de imediato, que a deficiência não tem relação com a habilidade para o trabalho. Ao contrário da concepção clássica do tema, a pessoa, plenamente apta para sua atividade profissional, pode contar com restrição na vida em sociedade, que lhe demande maior esforço nas realizações de suas tarefas diárias, mesmo que fora do trabalho, e, mesmo assim, poderá ser amparado pelo regime especial vigente. (Ibrahin, 2015,).

É assegurada a concessão de aposentadoria pelo RGPS ao segurado com deficiência, observadas as seguintes condições:

1) Aposentadoria por tempo de contribuição do segurado com deficiência: a) aos 25 (vinte e cinco) anos de tempo de contribuição, se homem, e 20 (vinte) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência grave; b) aos 29 (vinte e nove) anos de tempo de contribuição, se homem, e 24 (vinte e quatro) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência moderada; c) aos 33 (trinta e três) anos de tempo de contribuição, se homem, e 28 (vinte e oito) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência leve;

2) Aposentadoria por idade do segurado com deficiência: aos 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, independentemente do grau de deficiência, desde que cumprido tempo mínimo de contribuição de 15 (quinze) anos e comprovada a existência de deficiência durante igual período.

O professor Ibrahim (2015) nos ensina que a renda mensal inicial deste benefício segue o mesmo regramento da aposentadoria por idade e tempo de contribuição, tendo apenas uma diferença, que é o fator previdenciário, em ambas, só é aplicável se mais benéfico.

A renda mensal inicial (RMI) da aposentadoria ao segurado que tenha reconhecido, em avaliação médica e funcional realizada por perícia própria do INSS, grau de deficiência leve, moderada ou grave, será calculada aplicando-se sobre o salário de benefício, apurado em conformidade com o disposto no art. 29 da Lei n. 8.213/1991, os seguintes percentuais:

- 100% (cem por cento), no caso da aposentadoria por tempo de contribuição; ou
- 70% (setenta por cento) mais 1% (um por cento) do salário de benefício por grupo de 12 (doze) contribuições mensais até o máximo de 30% (trinta por cento), no caso de aposentadoria por idade.

Por lapso, a LC 142/13 não previu expressamente a carência da aposentadoria especial do deficiente, devendo a omissão legislativa ser integrada através da analogia prevista no art. 4º da LINDB. Assim, o período de carência para que o beneficiário faça jus ao benefício será de 180 contribuições mensais com base no art. 25, II, da Lei 8.213/91. É o que dispõem os arts. 70-B e 70-C do Decreto 3.048/99.

3.7 APOSENTADORIA ESPECIAL

Espécie de aposentadoria regulada pelos artigos 57 e 58 da Lei 8.213/91 e posteriores alterações, e 64 a 70 do Decreto 3.048/99, e que enquadra-se

também como aposentadoria por tempo de contribuição.

Conforme disciplina as legislações supracitadas, a aposentadoria especial será devida ao “segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos” (Art. 57 da Lei 8.213/91).

Kertzman, ensina: “A aposentadoria especial será devida ao segurado empregado, trabalhador avulso e contribuinte individual, este somente quando cooperado filiado à cooperativa de trabalho ou de produção”.

Castro e Lazzari, acerca da concessão da aposentadoria especial, ensinam:

Para fins de concessão da aposentadoria especial, a perícia médica do INSS deverá analisar o formulário e o laudo técnico referidos, bem como inspecionar o local de trabalho do segurado para confirmar as informações contidas nos referidos documentos.

Para os empregados que estiverem sujeitos ao agente “ruído”, a empresa deverá fornecer o EPI – Equipamento de Proteção Individual, devendo o laudo técnico constar a sua utilização, que não descaracteriza a especialidade da atividade.

É o entendimento jurisprudencial:

PREVIDENCIÁRIO – PROCESSO CIVIL – APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO – ATIVIDADE ESPECIAL – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL – LAUDO TÉCNICO – EPI – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS IMPLANTAÇÃO IMEDIATA – I - A jurisprudência firmou-se no sentido de que a legislação aplicável para a caracterização do denominado serviço especial é a vigente no período em que a atividade a ser avaliada foi efetivamente exercida, devendo, assim, no caso em tela, ser levada em consideração a disciplina estabelecida pelo Decreto 53.831/64. II - Somente a partir da edição da Lei nº 9.528, de 10.12.1997, é exigível a apresentação de laudo técnico para comprovar a efetiva exposição aos agentes agressivos e/ou nocivos à saúde. III - O uso de equipamento de proteção individual - EPI não descaracteriza a natureza especial da atividade, uma vez que tal tipo de equipamento não elimina os agentes nocivos à saúde que atingem o segurado em seu ambiente de trabalho, mas somente reduz seus efeitos. IV - Nas ações que versem sobre benefícios previdenciários, os honorários advocatícios devem ser calculados sobre o valor das parcelas vencidas até a data da r. Sentença. V - O benefício deve ser implantado de imediato, tendo em vista a nova redação dada ao caput, do artigo 461, do CPC, pela Lei nº 10.444/02. VI - Apelação do réu e remessa oficial parcialmente providas. Pedido de fls. 177/178 deferido. (TRF 3ª R. – AC 2001.61.13.000617-2– (925917)–10ªT.–Rel.Des.Fed. Sergio Nascimento–DJU 13.04.2005 – p. 360)

A aposentadoria especial é o benefício previdenciário concedido ao trabalhador exposto a agentes nocivos de insalubridade, periculosidade ou

penosidade, que podem causar algum risco à saúde ao longo do tempo

Tal benefício tem previsão no art. 201, § 1º, da CF/88, que permite, em caráter excepcional, a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social que exerçam atividades sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Em outras palavras, o trabalhador que sofreu uma debilitação maior do que os outros, em razão das condições em que trabalhava, fica prematuramente incapacitado de continuar trabalhando, e por isso tem direito a se aposentar prematuramente.

Importante salientar que a eventual concessão de aposentadoria especial não isenta ou exclui a responsabilidade do empregador pelo descuido frente às técnicas de higiene e saúde do trabalho.

Para alguns (Ibrahin, 2015, pág. 623), este benefício seria uma espécie de aposentadoria por invalidez antecipada, na medida em que proporciona a aposentadoria antes do segurado ser efetivamente incapacitado pelos agentes nocivos a que está exposto. Outros, a definem como espécie de aposentadoria por tempo de contribuição, qualificada em razão da nocividade da atividade desenvolvida. Por fim, há quem veja uma nova espécie de aposentadoria, a par das já existentes.

Prevista nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.213/1991 e nos arts. 64 a 70 do Decreto n. 3.048/1999, temos então a chamada aposentadoria especial dos segurados empregado, trabalhador avulso e contribuinte individual cooperado que, uma vez cumprida a carência legal, tiverem trabalhado sujeitos a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme o caso.

Ibrahin leciona em sua obra que: “A aposentadoria especial é devida ao segurado que tenha trabalhado durante 15, 20 ou 25 anos, conforme o caso, sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física”. (Ibrahin, 2015, pag. 623, curso de direito previdenciário).

Ressalte-se que a diferença entre os períodos de exposição decorre exclusivamente da potencialidade nociva do agente. A lógica é muito simples: quanto mais agressivo for o agente nocivo, menor será o tempo de exposição. Por conseguinte, infere-se que, na aposentadoria especial, não existe diferença de tempo entre homens e mulheres.

Registre-se, contudo, que o STJ, no julgamento do REsp 1.306.113, submetido ao regime de recursos repetitivos, consolidou o entendimento de que o rol das atividades especiais constantes nos regulamentos de benefícios da Previdência Social tem caráter exemplificativo, podendo ser tido como distinto

o labor que a técnica médica e a legislação correlata considerarem como prejudiciais ao obreiro, desde que o trabalho seja permanente, não ocasional, nem intermitente, em condições especiais (art. 57, § 3º, da Lei 8.213/1991).

Ou seja: o STJ definiu que as atividades nocivas à saúde relacionadas nas normas regulamentadoras são meramente exemplificativas, podendo o caráter especial do trabalho ser reconhecido em outras atividades desde que permanentes, não ocasionais e nem intermitentes.

Neste diapasão, deve-se observar que, para a obtenção do benefício, não é necessário a comprovação de qualquer prejuízo físico ou mental do segurado, é o que entende Ibrahin: “O direito a aposentadoria especial decorre do tempo de exposição independentemente da existência de sequela, esta é presumida”. (Ibrahin, 2015, pag. 630, curso de direito previdenciário).

O período de carência para a concessão da aposentadoria especial é de 180 contribuições mensais. Para o segurado inscrito na Previdência Social até 24 de julho de 1991, a carência das aposentadorias por idade, por tempo de contribuição e especial obedece à tabela prevista no art. 142 da Lei de Benefícios, a qual leva em conta o ano em que o segurado implementou as condições necessárias à obtenção do benefício.

Além da carência, deverá haver a comprovação do tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, mediante exposição do segurado aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física.

A renda mensal inicial do benefício de aposentadoria especial, a partir do advento da Lei nº 9.032/95, ou seja, 29 de abril de 1995, é de 100% do salário de benefício (§ 2º. do art. 57 da Lei n. 8.213/1991), lembrando que, no cálculo do SB, não será utilizado o fator previdenciário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que os direitos sociais se ligam ao direito de igualdade, e assim possuem o escopo de fazer com que o Estado atue de maneira positiva, garantindo, assim, a dignidade humana de todos os cidadãos. Desta forma, pode-se concluir que a Previdência Social consiste em uma poupança forçada, imposta ao cidadão para que este possua condições financeiras de usufruir da vida em sociedade quando não mais possuir capacidade laboral.

Por fim, vale registrar que o sistema previdenciário original da CF/88 já passou por, pelo menos, dois grandes processos de aperfeiçoamento, através das chamadas “reformas da previdência”, concretizadas pelas Emendas Constitucionais n. 20/1998 e 41/2003.

Assim, grandes foram as conquistas do povo brasileiro em termos de proteção social no decorrer de sua evolução histórica, pois há menos de um século não se tinha sequer a garantia efetiva do Estado quanto às prestações de assistência social, enquanto que hoje caminha-se, a passos largos, para o ideário da Seguridade Social, assentada no bem-estar e na justiça sociais, esbarrando apenas em pressupostos fáticos, que de certo com muita luta e afincos serão batidos.

REFERÊNCIAS

IBRAHIM, Fábio Zambitte, Curso de Direito Previdenciário: 20ª ed., ver. e atual. Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2015, p. 591 a 689.

AGUIAR, Leonardo, Livro de Direito Previdenciário. Disponível em: https://livrodireitoprevidenciario.com/previdencia_social_brasil/

BRASIL. Secretaria da Previdência. Ministério da Fazenda. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/beneficios-do-inss/>

SOUZA, Luciana Virgília Amorim, A Previdência Social no Brasil: uma longa história para contar. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,a-previdencia-social-no-brasil-uma-longa-historia-para-contar,43403.html>

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL/INSS. Aposentadoria por invalidez. Disponível em: <https://www.inss.gov.br/beneficios/aposentadoria-por-invalidez/>

AIELLO, Maria Lúcia, O cálculo da renda mensal inicial da aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/14206/o-calculo-da-renda-mensal-inicial-da-aposentadoria-por-invalidez-precedida-de-auxilio-doenca>

BRASIL. PREVIDENCIARISTA. Aposentadoria por idade. Disponível em: <https://previdenciarista.com/aposentadoria-por-idade/>

BRASIL. ADVOCAIA, koetz. APOSENTADORIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Disponível em: <https://koetzadvocacia.com.br/aposentadoria-da-pessoa-com-deficiencia/>

BRASIL. PREVIDENCIARISTA. Aposentadoria Especial. Disponível em: <https://previdenciaria.com/aposentadoria-especial/>

AMADO, Frederico. Direito Previdenciário. 5 ed. Salvador: Juspodivm, 2015.

BRASIL. Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm>. Acesso em: 12.09.2015.

BRASIL. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 18.09.2015. BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>. Acesso em: 18.09.2015.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário. 17 ed. Niterói: Impetus, 2012.

KERTZMAN, Ivan. Curso Prático de Direito Previdenciário. 12 ed. Salvador: Juspodivm, 2015.

VIANNA, João Ernesto Aragonés. Curso de Direito Previdenciário. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BEAUVOIR, Simone de. A Velhice. Ed. Nova Fronteira S.A. 1990 Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro – RJ. 711 p.

BRUNS, Maria A. de T; ABREU, Antonio S. O Envelhecimento: Encantos e Desencantos da Aposentadoria. Revista da ABOP. Vol. I , N. 1 – 1997

FRANÇA, Lucia H. F. P; MENEZES, Gustavo S; BENDASSOLI, Pedro F. MACEDO, Luciani S. S. Aposentar-se ou Continuar Trabalhando? O que Influencia essa Decisão? Psicologia Ciência e Profissão/Conselho Federal de Psicologia - 2013

FRANÇA, Lucia H. de F. P; SOARES, Dulce H. P. Preparação para a Aposentadoria como parte da Educação ao Longo da Vida. Psicologia Ciência e Profissão/ Conselho Federal de Psicologia – 2009

PERES, Marcos A. de C. Velhice, Política e Autonomia: O movimento social do idoso e as políticas da terceira idade no Brasil. Centro Universitário UNIARARAS. Revista HISTEDBR On-line, n. 26, p.144. Campinas – SP Junho 2007

LUFT, Celso P. Minidicionário Luft. Ed. Ática 20ª ed. 5ª impressão, 2001

BEAUVOIR, Simone de. A Velhice. Ed. Nova Fronteira S.A. 1990 Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro – RJ. 711 p.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de Direito Previdenciário. São Paulo: Ltr,2003.

KERTZMAN, Ivan. Para aprender Direito. Direito Previdenciário. São Paulo: Barros, Fischer & Associados, 2005.

KERTZMAN, Ivan. Para aprender Direito. Direito Previdenciário. São Paulo: Barros, Fischer & Associados,2005.

FREUDENTHAL, Sérgio Pardal. Aposentadoria por tempo de serviço/contribuição.

Síntese Trabalhista ° 139, jan/2001, pág. 31.

KERTZMAN, Ivan. Para aprender Direito. Direito Previdenciário. São Paulo: Barros, Fischer & Associados, 2005.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de Direito Previdenciário. São Paulo: LTr, 2003.

LOGÍSTICA COMO VANTAGEM COMPETITIVA E SUA RELEVÂNCIA DENTRO DAS ORGANIZAÇÕES

Thyago Naves da Costa¹
Diego Naves da Costa Benedito²

RESUMO: O presente estudo tem como finalidade discorrer sobre a logística como vantagem competitiva no atual mercado de trabalho. A estrutura da logística, bem como suas principais atividades que são: o transporte que aborda de forma explícita os transportes rodoviário, dimensões, percentual representativo para o transporte de cargas no Brasil, gestão de estoque, como é fundamental uma boa gestão do estoque a fim de evitar prejuízos, seus tipos através de várias referências bibliográficas. Pode-se supor que a armazenagem foi descoberta pelo homem primitivo que sentiu a necessidade de guardar os produtos que sobraram para utilizar no futuro, ou ainda poderia trocar o produto que sobrou por aquele que não possuía o famoso escambo. O objetivo deste artigo foi analisar os principais processos da logística, de modo simplista podemos dizer a logística como um todo é uma parte da Gestão de Negócios fundamental para o sucesso de qualquer empresa, seja ela nos mais diversos ramos de atuação. Entende-se que a cadeia de valor estende a empresa em suas atividades taticamente proeminentes, para abranger o comportamento dos custos e as fontes de diferenciação existentes ou potencialidades. Uma organização adquire vantagem competitiva por meio da execução de atividades estrategicamente importantes de maneira mais barata e eficiente do que seus concorrentes.

Palavras-chave: transporte, estoque, compras, competitividade.

1. INTRODUÇÃO

A Logística foi inicialmente descrita ou apresentada com a ciência de movimentação de materias, produtos acabados ou matéria-prima. Em seus primórdios foi desenvolvida para auxiliar em guerras, pois os exércitos dependiam de estratégias eficientes de transporte de armas, munição, comida, feridos dentre outros para se manterem em batalha e as vencerem.

As pirâmides do Egito antigo, por exemplo, retratam bem o que é logística. Quéops situado em Necrópole de Gizé, nos arredores do Cairo, é a maior e mais famosa pirâmide, considerada uma das sete maravilhas do mundo, cuja altura inicial chegava a 140 metros de altura. Pensemos como seria a construção de uma pirâmide a aproximados (2.600 A.C), todo trabalho de se organizar mão de obra que era de dezenas de milhares de escravos, insumos, mantimentos para os trabalhadores, água. Destacamos o transporte das pedras utilizadas na

1 Graduação em Administração de Empresas e Especialista em Inovação em Mídias Interativas

2 Graduação em Administração de Empresas com MBA em Gestão de Negócios, Controladoria e Finanças Corporativas

sua construção, à pedra calcária reaglomerada (um tipo de concreto de pedra calcária) blocos de 30 toneladas que pare alçar do chão seriam necessários 12.000 homens.

Para CAIXETA FILHO e MARTINS (2001): A Logística, na qual o transporte é normalmente seu principal componente, é vista como a última fronteira para a redução de custos na empresa.

Alexandre, o Grande (310A.C.), organizava de forma muito eficiente a chegada de mantimentos, água e armas aos soldados em batalha, que recebiam nos pontos de batalha tais suprimentos. Essa organização lhe tornou um dos maiores conquistas da história. No século XVIII, início do século XIX Napoleão Bonaparte e seu exército foram derrotados pelos Russos, devido estratégia adotada pelo povo. Corria a fama de Napoleão e o povo russo desprovido de estrutura para enfrentar o exército mais temido da época, quando percebiam o ataque Napoleônico fugiam de suas casas e partiam para regiões remotas, a fim de dificultar o acesso das tropas inimigas, e quando partiam, deixavam as cidades antes habitadas em ruínas, sem nenhum mantimento ou condições favoráveis de habitação das tropas de Napoleão. Essa estratégia foi vital para o sucesso Russo.

Atividades de movimentação e armazenagem que facilitam o escoamento de produtos desde o ponto de aquisição da matéria-prima até o ponto de consumo final, assim como dos fluxos de informação que colocam os produtos em movimento, com o propósito de colocar os níveis de serviço adequados aos clientes a um custo razoável. (BALLOU, 2012)

A logística surge através da necessidade de suprir uma demanda, seja ela qual for, de forma eficiente, com menor tempo e custo possível e assim contribuir para crescimento organizacional, seja através de modernização de seus processos, maquinário, capacitação profissional ou mesmo entender o processo logístico como fator primordial ao sucesso da empresa.

De acordo com Novaes (pág.13,2007), "... A logística tem um papel muito importante no processo de disseminação da informação, podendo ajudar positivamente caso seja bem equacionada, ou prejudicar seriamente os esforços mercadológicos, quando for mal formulada..."

Temos por objetivo, discorrer sobre a logística como uma ferramenta de vantagem competitiva, seu papel na atualidade, sua importância, a globalização, atividades base para logística. A justificativa deste trabalho está relacionada ao dinamismo do processo logístico, devido à necessidade de se formalizar suas nuances, bem como também toda a cadeia nacional que será abordada neste artigo, seus pontos de exaltação e de atenção, pois trataremos sobre ferrovias,

hidrovias e rodovias que são os pilares da cadeia logística brasileira.

CAIXETAFILHO e MARTINS (2001) afirmam: que é indiscutível a vantagem competitiva que o modo rodoviário possui quando a questão é oferecer um serviço porta-a-porta, uma vez que os demais modos estão limitados a instalações fixas de trilhos, hidrovias, dutovias e aerovias.

O presente estudo foi desenvolvido por meio de pesquisas bibliográficas, sendo realizada em livros, revistas, internet, entre outros, com o intuito de mostrar a importância logística como um todo afim de obter vantagem competitiva em relação aos concorrentes.

2. ESTRUTURA DA LOGÍSTICA

A busca da satisfação do cliente é algo essencial para a vida de uma empresa. A concorrência é ampla e às vezes desleal. O diferencial competitivo é a expressão que pode definir a logística na atualidade. A logística pode ser dividida em dois tipos de atividades, as principais e as secundárias.

Principais: Transportes, Gestão de Estoque, Processamento de Pedidos.

Secundárias: Armazenagem, Manuseio de Materiais, Compra.

3. ATIVIDADES PRINCIPAIS

3.1 TRANSPORTE

No Brasil três tipos principais de transportes são explorados, o rodoviário, ferroviário hidroviário. Possuímos também transporte por dutos, e aéreo dentre outros. É uma das atividades logísticas mais importantes porque absorve em média de um a dois terços dos custos logísticos. Nenhuma empresa pode se trabalhar sem alguma forma transporte. É essencial, porque nenhuma organização moderna pode operar sem providenciar a movimentação de suas matérias-primas ou de seus produtos acabados para serem levados, de alguma forma, até consumidor final. Transporte refere-se aos vários modais disponíveis para movimentação de matéria-prima, materiais, produtos e serviços, são eles: rodoviário, ferroviário, hidroviário, dutoviário e o aeroviário, existem vários modelos disponíveis para se movimentar matéria-prima, materiais, produtos e serviços, e os modais utilizados são: rodoviário, ferroviário, hidroviário, dutoviário e o aeroviário. O transporte adiciona valor de “lugar” ao produto e tem sua importância reconhecida em um grande número de empresas, tanto de pequeno

quanto de grande porte.

3.1.1 TRANSPORTE RODOVIÁRIO

De acordo com (DNIT, 2017)

O transporte rodoviário pode ser considerado o principal sistema logístico do país, e conta com mais de 1 751 868 quilômetros de estradas, que representa 56% de todas as cargas movimentadas no território nacional. Sendo assim ter conhecimento das principais rodovias do país torna-se necessário para um melhor planejamento quanto à distribuição de cargas. Pensar estrategicamente com base no conhecimento das principais rodovias brasileiras aliadas ao posicionamento das empresas e ou filial é um diferencial que aperfeiçoa o transporte de cargas no transporte rodoviário. Abaixo algumas rodovias do país.

BR – 116 é a maior rodovia brasileira e maior rodovia totalmente pavimentada do país. Corta o país acompanhando toda a Costa Marítima do Nordeste ao Sul. Principais produtos: soja, milho, feijão, aves e suínos. Corta os estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

BR – 101 também corta o país do Nordeste ao Sul, mais próximo ao litoral que a BR – 116. Principais produtos: industrializados de origem animal, químicos, celulose, grãos, aves e suínos. Corta os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

BR – 381 Inicia-se no estado do Espírito Santo, no entroncamento com a BR – 101, chegando até São Paulo, no entroncamento com a Rodovia Presidente Dutra. Corta também o estado de Minas Gerais. Principais produtos: Industrializados e produção siderúrgica.

BR – 040 Ponto inicial em Brasília, com a BR – 450 e com a BR – 251 e ponto final no Rio de Janeiro. Corta também os estados de Goiás e Minas Gerais. Principais Produtos: derivados de parques siderúrgicos, carvão, eucalipto, móveis e industrializados.

BR – 364 Rodovia que corta o país na Diagonal de São Paulo ao Acre. Corta também os estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Rondônia. Principais Produtos: Soja, milho, produtos de mineração e pecuária.

BR – 153 também conhecida como Rodovia Transbrasiliana, Rodovia Belém – Brasília e Rodovia Bernardo Sayão. É a quarta maior do país, ligando Marabá (PA) ao município de Aceguá (RS). Corta também os estados de Tocantins, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Principais Produtos: Álcool, bens de consumo e combustíveis, açúcar, cimento e produtos industrializados.

No Brasil as rodovias tem papel de destaque no transporte de mercadorias, apesar de enormes costas e rio navegáveis. Este privilégio do modal rodoviário é em detrimento a outros modais do

início da república. Percebemos que longos trajetos de caminhões encarecem o custo final de uma mercadoria, haja vista o transporte ferreo e hidroviário. 30% de toda malha viária encontra-se muito danificada pela falta de manutenção e apenas 96 353 quilômetros encontram-se pavimentados, ou seja, 5,5% de nossas estradas. As rodovias em melhores condições estão em gestão da iniciativa privada.

3.1.2 TRANSPORTE FERROVIÁRIO

De acordo com (DNIT, 2017)

A implantação das primeiras ferrovias no Brasil foi estimulada pelos capitais privados, principalmente o Inglês, com o intuito de levar aos centros urbanos e portos, a produção agrícola e de minério produzida principalmente do interior do país. A Estrada de Ferro de Mauá foi inaugurada em 30 de abril de 1854, com trecho inicial de 14,5 km que depois foi prolongado. Entre 1870 e 1930, o país viveu a era das ferrovias com o crescimento médio de 6.000 km por década. As ferrovias eram responsáveis pelo escoamento da produção agrícola brasileira, sobretudo o café, do interior aos portos. Após 1930 com o advento do automóvel, as ferrovias entraram numa fase de estagnação que perdura até os dias atuais, dificuldades devido a trechos de trilhos com bitolas diferentes, contruídos por investimentos privados independentes, levaram ao abandono muitos trechos e favoreceram a construção de rodovias.

A região Sudoeste concentra quase metade (47%) das malha ferrea do país. Na malha Sul privatizado pela América Latina Logística (ALL) binacional, temos um excelente desempenho com 15.628 km de extensão e volume de carga de 20.7 milhões de toneladas. Os produtos mais transportados são: grãos, produtos siderúrgicos, containers, água, vinho, pedra e cimento. No Brasil temos uma rede ferroviária de 30.129 quilômetros de extensão. A construção de ferrovias leva mais tempo que a de uma rodovia a um custo aproximado de sete vezes mais, porém o tempo de vida útil é de 50 anos. Hoje um terço da malha ferrea do país é utilizada para transportar minério. O país possui ligações ferreas com Argentina, Bolívia e Uruguai. Em 1992 o país iniciou um processo de desestatização que só chegou a ser concluído em 1999, quando o Ministério dos Transportes apresentou o relatório anual de acompanhamento das concessões ferroviárias. O investimento anual em ferrovias aumentou em 4 vezes entre o período de 2003 à 2010, de 1,07 Bilhão de reais à 4,32 Bilhões de reais, os principais investidores foram o grupo Vale com 1,313 Bilhão, grupo ALL 928,7 Milhões e MRS 681 Milhões. Trabalham no setor ferroviario 37mil pessoas crescimento de 74% desde 2003.

3.1.3 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

De acordo com (DNIT, 2017)

O Brasil tem mais de 4.000 km de trechos de costas navegáveis e milhares de quilômetros de rios, sendo os mais importantes situados na região Sul e Sudeste do país.

As principais hidrovias brasileiras são:

Hidrovia Araguaia – Tocantins: durante as cheias do Tocantins, o trecho navegável chega a 1900 km e no Araguaia atinge 1100.

Hidrovia São Francisco: é a mais econômica ligação entre o Centro Oeste e o Nordeste sendo totalmente navegável em 1371 km. Principais trechos situados entre as cidades de Pirapóira MG e Juazeiro na BA.

Hidrovia Tietê – Paraná: permite o transporte de grãos e outras mercadorias entre os estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná. Possuem 1250 km navegáveis divididos em 450 km Tietê e 800 km Paraná.

Hidrovia Taguari – Guaíba: é a principal hidrovia em cargas transportadas. Possui terminais intermodais que facilitam o transbordo das cargas.

A vantagem competitiva em relação aos outros modais é o investimento em meio ambiente.

O Brasil possui 27.420 km de rio navegáveis e outros 15.407 km potenciais, além de maior eficiência energética, capacidade de concentração de cargas, vida útil da infraestrutura, baixíssima emissão de poluentes, baixo custo de infraestrutura, baixo impacto ambiental.

A hidrovia do Madeira que possui uma extensão atual de 1056 km evoluiu na movimentação de cargas de 320.000 T em 1997 à 3.400.00 T em 2006.

No que se refere aos portos brasileiros destaco os principais:

Porto de Santos, responsável por 27,4 % da movimentação total brasileira. Porto de Itaguaí (Sepetiba), responsável por 15,31% da movimentação total brasileira. Porto de Paranaguá, responsável por 13,37% da movimentação total brasileira. Juntos eles representa mais de 56% de das importações/exportações brasileiras, atendendo a parceiros comerciais importantes como a China, Estados Unidos, MERCOSUL dentre outros.

3.2. GESTÃO DE ESTOQUE

A gestão de estoques deve considerar todos os custos incorridos de qualquer decisão ou metodologia que venha a ser empregada na organização. O dinamismo do mercado, sobretudo, influencia diretamente nesses meios apresentados. Os estoques têm a função de reguladores do fluxo de negócios, sendo estes princípios pelos quais o abastecimento e a saída de produtos, sejam acabados ou não. É fundamental em uma organização uma política de estoque. Estabelecer quanto tempo levará para se entregar produtos até o cliente, definir número de depósitos e suas respectivas localizações, bem como os materiais que ficarão estocados em cada um deles; decidir qual será o nível de flexibilidade ao cliente, antecipar compras visando menores custos de aquisição, entre

muitos outros. O objetivo principal de se formar uma política de estoque é buscar de forma estruturada, assegurar que os processos pertinentes aos estoques, estejam otimizados, seguidos e atuem de forma prática funcional. Assim, administrar estoques corresponde a tomar decisões em um âmbito mais geral da empresa, envolvendo departamentos de compras, produção, vendas e financeiros. A eficiência da utilização de recursos internos equivale à economia de custos.

De acordo com Bertaglia (2009) as organizações devem definir e manter uma estratégia de administração de estoques, que conduzida adequadamente e assegure um balanceamento dos processos de produção e distribuição, além de minimizar os custos de estoques. Descreve o gerenciamento dos estoques como um braço da Gestão de Negócios, relacionado ao planejamento e controle de estoques de materiais que serão utilizados na produção ou comercializados pelas organizações.

Para Ballou (1993), as vantagens de se manter um estoque são: melhorar o nível do serviço, pois o estoque garante a entrega dos produtos para os clientes que precisam imediatamente dele; incentivar a economia de produção, ou seja, a fábrica produz sem considerar a demanda; manter a força de trabalho em níveis estáveis, pois diminui os custos na produção; economizar no transporte, pois é possível obter descontos quando os lotes são grandes; economizar nas compras, quando se compra grande quantidade de matéria-prima é natural obterem-se descontos; proteger-se contra variações e alterações de preços, pois estocando mercadorias a empresa pode organizar-se e comprar mais produtos quando houver previsão de aumento nos preços; proteger-se de oscilações na demanda e/ou no tempo de ressurgimento; e proteger-se contra contingências, tendo em vista que com a manutenção de estoques de reserva é possível garantir o fornecimento de produtos.

Chopra e Meindl (2003) comentam que o estoque possui participação significativa e indispensável na capacidade da cadeia de suprimento no sentido de apoiar a estratégia competitiva das organizações. As empresas podem utilizar seu estoque para buscar a eficiência reduzindo-o e, conseqüentemente, diminuindo seus custos. Portanto, a escolha implícita acerca do estoque está entre duas opções à expansividade (manutenção de estoques maiores) e a eficiência (manutenção de estoques menores).

Segundo Fleury, Wanke e Figueiredo (2000) definir uma política de estoque precisamos observar algumas questões que mediante sua retórica são fundamentais, e são: quanto pedir; quando pedir; quando manter estoques; onde localizar. Uma gestão de estoques competente baseia-se em manter em estoque apenas as mercadorias suficientes para o giro do negócio porque, assim, evita

problemas de sobra ou falta de produtos. No caso de faltar mercadorias, as empresas sofrem queda nas vendas e, por consequência, perda de clientes para a concorrência.

Em contrapartida, quando o problema é uma gestão errônea, ou equivocada, as sobras de estoque geram consequências ainda maiores, como: maior alocação de espaço, ou seja, maior custo de armazenagem; desvalorização do estoque – obsolescência; capital de giro empatado, que gera indisponibilidade financeira para outros investimentos. A gestão de estoques tem a responsabilidade pelas compras, pelo estoque e pela distribuição física. É imprescindível que esteja integrada com todos os departamentos da organização porque, só assim, ela poderá atender às necessidades dos clientes com um custo menor e em tempo hábil.

Uma ferramenta bastante utilizada é o modelo de lote econômico de compra que possibilita determinar uma quantidade que minimize os custos totais de estocagem de pedido para um item do estoque se forem considerados os custos de pedir (fixos = administrativos) e os de manter os materiais (variáveis = calculados por unidade manutenção, onde o item é mantido em estoque por determinado período e é preciso considerar o custo de armazenagem).

Estoque de segurança, segundo Bertaglia (2009), tem a função de proteger a empresa contra imprevistos na demanda ou no suprimento. Essa proteção se faz necessária para minimizar ao máximo a falta dos materiais. Após se definir o estoque de segurança e do consumo médio das mercadorias é que se define o ponto de pedido, que conforme Bertaglia (2009, pg. 351), caracteriza-se por ser: “Um sistema de controle de estoques que se baseia na avaliação de quantidades sempre que ocorre um consumo ou retirada de estoque a fim de identificar se é o momento de fazer a reposição do item”.

3.2.1 TIPOS DE ESTOQUES

3.2.1.1 ESTOQUE DE SEGURANÇA OU MÍNIMO; DE FLUTUAÇÃO E INTERMEDIÁRIO

É a quantidade mínima que o item deve ter em estoque (SOUSA, 2002) ou é uma quantidade morta, só sendo consumida em caso de necessidade (...) é a quantidade mínima que deve existir em estoque, que se destina a cobrir eventuais atrasos no suprimento, objetivando a garantia do funcionamento ininterrupto e eficiente do processo produtivo, sem o risco de falta (DIAS, 1993).

O estoque mínimo, também chamado de estoque de segurança, por definição, é a quantidade mínima que deve existir em estoque, que se destina a cobrir eventuais atrasos no ressuprimento, objetivando a garantia do funcionamento ininterrupto e eficiente do processo produtivo, sem o risco de faltas. (...) Entre as causas que ocasionam

as faltas podemos citar: oscilação no consumo; oscilação nas épocas de aquisição (atraso no tempo de reposição); variação na qualidade, quando o Controle de Qualidade rejeita um lote; remessas por parte do fornecedor, divergente do solicitado; diferenças de inventário. Dias (2008):

Realiza-se para compensar flutuações imprevisíveis do suprimento, da demanda e do lead time maiores do que normalmente é. Sua finalidade é prevenir contra perturbações na produção ou no atendimento aos clientes, como por exemplo, atrasos nas entregas (SCHWITZKY, 2001). É a quantidade mínima de peças que tem de existir no estoque com a função de cobrir as possíveis variações do sistema (SILVA, 1998).

O estoque intermediário também pode se referir ao material produzido pela produção empurrada e que está nas fases intermediárias do processo.

3.2.1.2 ESTOQUE MÉDIO

“Nível médio de estoque em torno do qual as operações de compra e consumo se realizaram (DIAS, 1993).”

3.2.1.3 ESTOQUE MÁXIMO

“É quantidade máxima do item em estoque (SOUSA, 2002) ou É a soma do estoque mínimo mais o lote de compra (DIAS, 1993).”

3.2.1.4 ESTOQUE POTENCIAL

Calcula a quantidade atual em estoque menos a quantidade provisionada mais o estoque pendente. Esta informação com um saldo positivo significa que a quantidade atual será suficiente para atender as demandas, no negativo, significa que a quantidade em estoque não será suficiente para atender as demandas, sendo necessária uma nova aquisição do produto sob pena de faltar mercadoria no estoque (SOUSA, 2002).

3.2.1.5 ESTOQUE DE TRANSPORTE OU EM TRÂNSITO OU NO CANAL DE DISTRIBUIÇÃO

Refere-se ao tempo na qual a mercadoria permanece nos veículos de transporte durante a entrega (BALLOU, 1993).

Existe em função de transportar os produtos de um lugar para outro, ou de uma fábrica para outra, ou da fábrica para o centro de distribuição ou a um cliente. Este estoque é proporcional ao tempo para efetuar o transporte e ao volume transportado (SCHWITZKY, 2001).

Como o material produzido não pode ser imediatamente transportado entre o ponto de fornecimento e o ponto de demanda, ele vai do momento em que o distribuidor aloca a sua mercadoria no seu armazém, depósito, até descarregá-la no revendedor. Todo estoque

(...)em trânsito, é estoque no canal (SLACK et al, 2002).

3.2.1.6 ESTOQUE VIRTUAL

“É composto do estoque físico (peças em estoque) somado ao saldo de fornecimento (em atraso e ainda dentro do prazo) e do estoque em inspeção (peças no controle de qualidade) Dias (1993).”

3.2.1.7 ESTOQUE HEDGE OU DE PROTEÇÃO

“Tem como objetivo proteger a empresa contra eventualidades que envolvem especulações de mercado relacionadas às greves aumento de preços, situação econômica e política instáveis, ambiente inflacionário e imprevisível (LIMA, 2005).”

3.2.1.8 ESTOQUE DE ESPECULAÇÃO

São gerados quando certos produtos variam muito de preço e os compradores têm expectativa de aumento futuro. Então, os mesmos compram uma grande quantidade para estocar e vender quando os preços já estiverem mais altos. O objetivo é antecipar a ocorrência de escassez, criar valor ao produto e a correspondente efetivação do lucro (SCHWITZKY, 2001).

3.2.1.9 ESTOQUE DE TAMANHO DE LOTE OU DE CICLO

São gerados quando o tamanho de lote é maior do que o necessário. Ele é maior por várias razões, como por exemplo: descontos em função de compras em grande quantidade, lote mínimo do fornecedor ou de fabricação, redução dos custos de transportes e custos de escritório. À medida que os pedidos entram, os produtos são entregues, os estoques diminuem e são reabastecidos ciclicamente (SCHWITZKY, 2001).

Acontece quando um ou mais estágios na operação não podem fornecer simultaneamente todos os itens que produzem, então, como um produto é produzido por vez, geralmente em lotes, os demais aguardam a sua hora (SLACK ET AL, 2002).

3.2.1.10 ESTOQUE DE MATÉRIA-PRIMA

“Materiais básicos e necessários para a produção do produto acabado. O consumo é proporcional ao volume da produção. As características físicas são tamanho, durabilidade e perecibilidade (DIAS, 1993).”

3.2.1.11 ESTOQUE DE PRODUTOS EM PROCESSO

Materiais que estão sendo usados no processo fabril, no geral, são parcialmente acabados e estão em algum estágio intermediário de produção. É considerado qualquer peça ou componente que já foi de alguma forma processada, mas que adquire outras características no fim do processo. O ciclo de produção é diretamente proporcional ao estoque de produtos em processo (DIAS, 1993:).

3.2.1.12 ESTOQUE DE PRODUTOS ACABADOS

Itens que já foram produzidos, mas ainda não foram vendidos. Empresas que produzem por encomenda têm baixo estoque, ao contrário das que produzem para estoque. Produtos de consumo popular têm maior liquidez do que produtos especializados (DIAS, 1993).

3.2.1.13 ESTOQUE DE PEÇAS DE MANUTENÇÃO

Itens para reparo ou conservação das máquinas da produção, pois produção parada gera: mão de obra ociosa, equipamento ocioso, adiamento do prazo de entrega, perda da encomenda ou do cliente, custo de interrupção da oportunidade perdida de obter rendimento durante a para, ou seja, lucro cessante (DIAS, 2008).

3.2.1.14 ESTOQUE DE PROTEÇÃO OU ESTOQUE ISOLADOR

Tem o objetivo de compensar as incertezas inerentes a fornecimento e demanda, por exemplo, uma rede varejo que encomenda mercadorias deixando uma certa quantidade da maioria dos itens em estoque para cobrir a possibilidade da demanda ser maior que o esperado durante o tempo de ressuprimento (SLACK et al, 2002).

3.2.1.15 ESTOQUE DE ANTECIPAÇÃO

É usado para compensar diferenças de ritmo de fornecimento e demanda, isto é, o produto é produzido procurando antecipar-se à demanda (ex.: chocolate na páscoa). Ele é mais usado quando as flutuações de demanda são significativas, mas relativamente previsíveis e também, quando as variações de fornecimento são significativas como os períodos de entre as safas agrícolas (SLACK et al, 2002).

3.2.2 CUSTOS DE ESTOQUE

Podemos dividir os custos em três principais tópicos: custo de estoque, custo de pedido e custo de falta de estoque. (BALLOU, 2012). Custo de manutenção de estoque são todos os custos para manter mercadorias estocadas, dentro do custo de estoque podemos fazer uma divisão como custo de oportunidade de capital, pois o mesmo permanece imobilizado ao invés de ser investido de

alguma forma dentro ou fora da empresa. O segundo custo de armazenagem está relacionado a impostos e seguros, a taxa de impostos está diretamente ligada à quantidade de material e quanto tempo é necessário mantê-la estocada, já a taxa de seguro está indiretamente relacionada à quantidade de mercadoria mantida. A terceira indicação de custo de manutenção é o de armazenagem, que está diretamente ligada à quantidade de estoque mantido no armazém, além de existir também os riscos de manter o estoque como produtos deteriorados, obsolescência, danos e até mesmo furtos. Custos de pedido relacionam-se ao processo de aquisição de materiais para reposição do estoque. Quando ocorre a emissão de uma ordem de compra e chega ao fornecedor, acaba gerando mais custos como, por exemplo, custo de processamento de pedidos; custo de envio até o fornecedor; custo de preparação da produção; custo de desvio e por fim o preço da mercadoria. O custo de pedido está diretamente determinado com base no volume das requisições ou pedidos que ocorrem no período. Custo por falta de estoque ocorre literalmente por falta de produtos no estoque, havendo, assim, dois tipos de custos de falta: os de vendas perdidas, que ocorre quando se perde um pedido de cliente fazendo com que a imagem da empresa fique manchada, agregando também perda de lucros futuros pela má impressão deixada ao cliente.

Estoques servem para melhorar o nível dos serviços, incentivar economia na produção, permitir economias de escala em compras e no transporte, agir como proteção contra aumento de preços, proteger a empresa de incertezas na demanda e no tempo de reposição, servir como segurança contra contingências. A rotatividade do estoque é usualmente empregada para indicar a velocidade do giro de capital e verificar se o estoque está dentro de limites aceitáveis. A rentabilidade de uma empresa é significativamente influenciada pela qualidade do controle de estoques, uma vez que este absorve o capital que poderia ser investido de outras maneiras. Desse modo, o aumento de rotatividade do estoque possibilita a liberação de ativo e reduz o custo de manutenção de armazenamento dos produtos. Mas todo estoque implica em custos que devem sempre ser considerados na hora em que são feitas estimativas de estoque máximo e mínimo. Então preste bastante atenção nos custos associados ao controle de estoque. Os custos de manutenção incluem o custo de oportunidade do capital, os custos associados aos impostos e seguros, os custos de armazenagem física, e, finalmente, os custos associados ao risco de manter o estoque, ou seja, custos de perdas por deterioração, obsolescência, dano e furto. Os custos de pedido custos associados ao processo de aquisição dos itens de reposição do estoque (custo do processamento dos pedidos, custo do envio dos produtos, custo de preparação da produção ou do manuseio para atender o lote solicitado, custo

incorrido nas operações de recebimento). Os custos do produto ocorrem quando o preço do item obtido de uma fonte externa quando sua reposição é necessária. Os custos de falta de estoques ocorrem quando há demanda por itens em falta no estoque e podem ser classificados em dois tipos: custos de vendas perdidas e custos de atrasos. O custo de venda perdida pode ser estimado como o lucro perdido na venda (no caso dos produtos acabados, é à margem de contribuição de cada venda perdida por indisponibilidade do produto) somado a qualquer perda de lucro futuro pela imagem prejudicada da empresa; já o custo de atraso resulta em gastos diretos para a empresa e também podem afetar a imagem da empresa. Por outro lado, no caso de insumos, o custo da falta deve ser mensurado em função do impacto que a indisponibilidade causa para a empresa. Isto pode ser estimado pelas paradas de produção devido à falta de insumos.

3.3. PROCESSAMENTO DE PEDIDOS.

Esta atividade primária que inicializa a movimentação de produtos e a entrega de serviço age como um gatilho para o atendimento das necessidades de demanda, com objetivo de obter o máximo de velocidade e precisão ao mínimo de custo.

De acordo com Ballou (2012).”

“O resultado final de qualquer operação logística é prover serviços por conseguir mercadorias para os clientes quando e onde eles quiserem [...]”

Assim é fundamental que o processamento de pedidos se dê de forma inteligente, burocracia exacerbada, de modo pífio ou dispendioso, salientamos a importância de se ter processos rápidos, bem desenhados, que forneçam a empresa, a segurança necessária que o todo se dará de forma eficiente, satisfatória.

4. ATIVIDADES SECUNDÁRIAS

4.1 ARMAZENAGEM

Esta atividade envolve fatores como localização, arranjo físico, equipamentos de movimentação e grande necessidade de recursos financeiros e humanos. Pode-se afirmar que a armazenagem foi descoberta pelo homem primitivo que sentiu a necessidade de guardar os produtos que sobraram para utilizar no futuro, ou ainda poderia trocar o produto que sobrou por aquele que não possuía o famoso escambo. Aproximadamente há 3000 anos a.C, os egípcios construíram os primeiros armazéns para estocarem papiros e trigos excedentes

para depois transportarem até os navios e fazerem a troca por madeiras do Líbano. Em uma gestão de estoque eficiente, os gestores precisam adotar formas de trabalho que ajudem e agilizem a execução dos processos. Para isso, existem os chamados sistemas de armazenagem, que compreendem métodos e ferramentas que visam facilitar a rotina e aprimorar resultados.

O Sistema WMS sigla para Sistema de Gerenciamento de Armazém, em português é um software de gestão que permite a automatização dos processos da área de estoques, além de otimizar o espaço disponível para armazenagem, controlar melhor as movimentações, os níveis de reposição, gestão de inventários, entre outras funcionalidades. Ou seja, trata-se de um sistema inteligente, que não se limita ao registro dos dados, auxiliando no planejamento e no processo de tomada de decisão. Os racks são estruturas de metal muito utilizadas para otimizar espaços nos estoques. Por meio deles é possível verticalizar o armazém, permitindo que mais itens sejam armazenados utilizando o mesmo espaço disponível. Sendo assim, é possível empilhar os paletes com mercadorias, de forma segura, evitando avarias nos materiais e, conseqüentemente, prejuízos financeiros. O mezanino assim como no caso dos racks, permitir a verticalização dos estoques, podendo ser definido como uma elevação como se fosse um “segundo andar” e que pode ser utilizado para a estocagem dos itens, tanto nele, quanto embaixo dele. A vantagem é que pode-se usar prateleiras nesse espaço, para otimizar ainda mais o processo de estocagem. Os sistemas tipo carrossel são criados a partir de estantes, formadas com prateleiras que deslizam horizontalmente até as áreas de trabalho. Ele é utilizado em empresas de ramos variados e permite armazenar uma série de produtos que podem variar entre caixas, pneus e roupas, entre vários outros. A principal vantagem do carrossel é que ele é fácil de ser instalado. Além disso, permite a redução de custos por meio da substituição de máquinas e equipamentos utilizados no transporte desses materiais. Porta paletes é um sistema de armazenagem onde normalmente são estruturas de aço que também permitem a verticalização do espaço de armazenamento e é utilizado para a armazenagem de paletes e suporta itens mais pesados. Esse sistema requer a utilização de empilhadeiras para alcançar as estruturas superiores. Devido ao fato de as locações serem unitizadas, a localização e a movimentação dos paletes é facilmente realizado, além de poder ser feita de forma simples, sem que seja necessário movimentar outras cargas para isso. O flow rack é uma estrutura, normalmente feita de metal, em que as prateleiras são dispostas de forma inclinada para que as caixas possam ser deslizadas. Ele é mais utilizado para o armazenamento de itens leves e pequenos. A principal vantagem é a reposição, visto que pode haver mais de uma caixa por unidade e, quando determinado item se esgota, a caixa na parte

de trás pode ser utilizada, sinalizando que é necessário repor aquele material. Existem diversos sistemas de armazenagem, cada um com suas características, vantagens e desvantagens. Em um estoque é possível encontrar mais de um deles.

4.2. MANUSEIO DE MATERIAIS

Esta atividade está relacionada à armazenagem e manutenção de estoques, relaciona-se à movimentação dos produtos do momento de sua chegada ao armazém até o local da armazenagem e até o ponto de despacho da mercadoria. Essa atividade envolve movimentação de materiais no local de estocagem, que pode ser tanto estoques de matéria-prima como de produtos acabados. Em qualquer sistema de produção, industrial ou agrícola, o produtor é sempre confrontado com o problema do manuseio do material. A matéria-prima necessária tem que ser transportada para o local de produção ou para as máquinas e equipamentos e, após a conclusão dos processos de produção, os produtos acabados têm que ser transportados do local de produção ou das máquinas para o armazenamento ou para distribuição e marketing. Se os processos de produção consistem em mais de uma etapa de processamento ou máquinas, então o produtor tem que mandar para instalações sistemas adicionais de manuseio para o transporte de material de uma unidade de produção para a outra. Em um sistema primitivo de produção, como na produção agrícola na Índia ou na loja de um ferreiro da aldeia, o manuseio de matéria-prima e acabados é feito manualmente ou através de carro-de-boi. Em uma oficina de fabricação gigante ou em uma grande loja de fundição ou forjamento, as matérias-primas e produtos acabados podem ser movidos por guindastes elevadores elétricos (electric overhead travelling) ou guindastes de braço, além de esteiras rolantes. Já em um sistema de produção sofisticado, tal como os que existem hoje em dia nos países desenvolvidos, pode haver a completa automação no sistema de manuseio de materiais, empregando robótica ou AGV (Automated Guided Vehicles). É necessário, pois cada processo de produção requer um ou outro tipo de arranjo de manuseio de materiais. Mas um sistema de manuseio de materiais não aumenta o valor dos bens, das matérias-primas ou produtos acabados, mas simplesmente faz crescer o custo de produção. Assim, ao selecionar um equipamento de manuseio de material ou arranjo, analise criticamente se o equipamento escolhido dará bons resultados de produtividade.

Fatores importantes do manuseio de materiais: Movimentação eficiente e segura de materiais para o local desejado, movimento oportuno dos materiais quando necessário, fornecimento de materiais que atenda à demanda,

armazenamento de materiais utilizando espaço mínimo, solução de menor custo para o manuseio de materiais. **Vantagens do Sistema de Manuseio de Material:** melhora a eficiência de um sistema de produção, garantindo a entrega da quantidade correta do material entregue no lugar certo na hora certa, reduz custos trabalhistas indiretos, reduz os danos de materiais durante a armazenagem, maximiza a utilização do espaço em armazenamento adequado dos materiais e, assim, reduz o custo de armazenagem e logística, minimiza acidentes durante o manuseio de materiais, reduz o custo total, melhorando o manuseio de materiais, melhora os serviços ao cliente, fornecendo materiais de uma forma conveniente para o manuseio, aumentar a eficiência e potencial de venda de instalações e equipamentos com a agilidade de movimentação. **Desvantagens do Sistema de Manuseio de Material:** custo de capital adicional envolvido em qualquer sistema de manuseio de materiais, uma vez que um sistema de manuseio de materiais é implantado, a flexibilidade para mudanças fica bastante reduzida, com um sistema integrado de tratamento de materiais instalado, a falha/interrupção em qualquer parte dele leva a aumento do tempo de inatividade do sistema de produção, sistema de manuseio de materiais precisa de manutenção, portanto, qualquer adição de manuseio de materiais significa custos adicionais.

4.3. COMPRA

Percebe-se que a área de compras passou a utilizar novas tecnologias e estratégias de compras mais vantajosas para a integração entre clientes e fornecedores e melhorar a qualidade de serviços e/ou produtos. Estas atitudes resultam uma significativa contribuição para o alcance os objetivos estratégicos e das metas das organizações. Uma gestão de compras eficiente pode trazer maior agilidade nas operações efetuadas pelas organizações e a qualidade crescente das aquisições, o que para a empresa é um diferencial altamente competitivo e positivo. A evolução da função compras ocorreu, principalmente, devido à globalização, a qual desenvolveu fornecedores mais especializados, graças ao surgimento da internet e a evolução das tecnologias, responsável atualmente pela realização de grande parte dos negócios no mundo inteiro. A visão tradicional descrevia a função de compras como o simples ato de comprar, mas esta função evoluiu e hoje é considerada de importância estratégica para as organizações. A tendência é que isso se intensifique, especialmente em face dos atuais desafios das organizações que precisam manter a competitividade, em condições de enfrentar desafios, obterem lucro e sucesso empresarial. Esta função deve, portanto, merecer atenção especial visto que participa intensamente do processo produtivo. Dessa forma, além de melhorar a lucratividade das

empresas, uma gestão de compras eficiente pode aumentar a produtividade, a qualidade dos produtos e, conseqüentemente, a satisfação dos clientes.

O setor de compras está também inter-relacionado com os níveis de estoque. A ele compete à tarefa de equilibrar a quantidade de materiais a serem comprados para que os demais departamentos da empresa encontrem-se satisfeitos continuamente. É importante que se consiga otimizar o investimento, aumentando o uso eficiente dos meios financeiros, minimizando as necessidades de capital investido em estoques (DIAS, 2005).

5. CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo foi analisar os principais processos da logística, de modo simplista podemos dizer a logística como um todo é uma parte da Gestão de Negócios fundamental para o sucesso de qualquer empresa, seja ela nos mais diversos ramos de atuação. O que entendemos é que além de fundamental, também deve ser levada muito a sério, pois interfere em pontos cruciais de uma empresa de suma importância para seu sucesso, o estoque, o setor de armazenagem e compras dentre outros. Esses são a espinha dorsal de uma empresa. Uma empresa que compra de forma ineficiente seus insumos. Ou mesmo empresa que tem um estoque que não atende a demanda, a empresa se sujeita a uma ruptura de vendas, ou, por exemplo, um estoque obsoleto mercadorias que não se vendem mais, enfim, são diversas as formas e variados os modelos de má gestão da área de logística de uma empresa que podemos arrolar nesta retórica. O que fica claro que a gestão eficiente destas áreas irá trazer uma vantagem competitiva em relação às demais empresas. Ou mesmo entrando no mérito do transporte onde dissertamos sobre os transportes rodoviário, ferroviário e hidroviário, (ainda fazem parte no Brasil os Dutos e Aéreo, que não foram abordados de forma explícita), cabe às empresas sempre buscarem formas mais otimizadas e baratas de transporte de suas mercadorias. Sabemos que o Brasil optou por a uma política voltada para as rodovias ainda nos anos 30, e hoje nosso país tem uma malha viária de apenas gigante que responde a 56 % de toda a movimentação de cargas no país, porém a que custo? Eis as questões existem alternativas mais vantajosas? Se existem, são exploradas? Uma mercadoria importada da China que chega no porto de Santos e até o distribuidor/atacadista chegaria em média de 45 dias, será que se comprada em outro país com o México chegando pelo porto de Itaqui (Maranhão) demoraria menos tempo até o distribuidor? Veja que voltamos a falar de compras, pois o processo de gestão eficiente envolve todas as áreas da empresa e por isso as que estão mais estruturadas, com maior investimento

no desenvolvimento intelectual de seus colaboradores, acaba se destacando. A vantagem competitiva, é derivada de variadas atividades discretas que uma organização cumpre projetando, determinando, comercializando, conferindo e amparando seu produto. Cada uma dessas atividades pode colaborar para a posição de custo concernente da empresa, criando assim o embasamento para a caracterização. A cadeia de valor estende a empresa em suas atividades taticamente proeminentes, para abranger o comportamento dos custos e as fontes de diferenciação existentes ou potencialidades. Uma organização adquire vantagem competitiva por meio da execução de atividades estrategicamente importantes de maneira mais barata, ou melhor, do que seus concorrentes. Deste modo, a prática de estratégias competitivas é indispensável dentro de uma organização.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALLOU, R. H. Logística empresarial: Transporte, Administração de Materiais e Distribuição Física. São Paulo: Atlas, 2012.

BALLOU, R. H. Logística empresarial. São Paulo: Atlas, 1993.

BERTAGLIA, Paulo Roberto. Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento. São Paulo: Saraiva 2009.

CAIXETA FILHO, J. V.; MARTINS, R. S. Gestão Logística do Transporte de Cargas. São Paulo: Atlas, 2001

CHOPRA, S.; MEINDL, P. Gerenciamento da Cadeia de suprimentos: estratégia, planejamento e operação. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

DIAS, M. A. Administração de Materiais: uma abordagem logística. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2008; 1993.

DIAS, M A P. Administração de Materiais. São Paulo, Editora Atlas , 2005

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. acessado em 15/11/2017 <http://www.dnit.gov.br/modais-2/capa-infraestrutura-rodoviaria>

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. acessado em 15/11/2017 <http://www.dnit.gov.br/modais-2/aquaviario>

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. acessado em 15/11/2017 <http://www.dnit.gov.br/modais-2/ferrovias>

FLEURY, P. F; WANKE, P.; FIGUEIREDO, K. F. Logística Empresarial: uma perspectiva brasileira. São Paulo: Atlas, 2000.

LIMA, L. R. R. Gestão de Estoques. FAG: 2005.

NOVAES, A. G. Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição: estratégica operação e avaliação. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

SCHWITZKY, M. Acuracidade dos métodos de previsão e a sua relação com o dimensionamento dos estoques de produtos acabados. Universidade Federal de Santa Catarina: 2001.

SILVA, J. O. Gestão estratégica de custos para a tomada de decisão em logística. Unicamp: 1998.

-

SLACK, N. ET AL. Administração da Produção. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SOUSA, P. T. Logística Interna: modelo de reposição semiautomático de materiais e suprimentos um estudo de caso no SESC. Universidade Federal de Santa Catarina: 2002

A IMPORTÂNCIA DA LIDERANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO DE EQUIPES

Suzanny Paula Rodrigues¹
Renata Ferreira Chavaglia²

RESUMO : Mais do que chefiar, liderar é estabelecer que um determinado grupo de indivíduos caminhe com um mesmo objetivo e gerem resultados propostos e satisfatórios. Em meio à instabilidade do mercado e da concorrência, nota-se que a liderança passa a ser uma vantagem competitiva dentro da organização. Assim, o objetivo desse estudo, sob a visão de diversos autores, é investigar a influência do líder dentro da organização, entender os tipos de líderes, o que motiva as pessoas a alcançar os objetivos e atender as expectativas para o bom desempenho do negócio. A partir dessa análise, foram adquiridos resultados da apreciável orientação do líder, preocupação, capacidade de se colocar no lugar do outro, onde o líder precisa conhecer a natureza humana e saber dirigir as pessoas, incentivar e motivar a equipe. Portanto, para a empresa que busca ser diferenciada no mercado, é necessário que tenha um líder atuante não só com o objetivo de responder a concorrência, mas de manter a equipe motivada, com o propósito de inovar. Espera-se que este estudo possa contribuir para os líderes que já atuam e aos que pretendem atuar e colabore para ampliar o conhecimento e novas habilidades nas atividades organizacionais.

Palavras-chave: Liderança. Motivação. Gestão. Equipe.

THE IMPORTANCE FOR LEADERSHIP TEAM DEVELOPMENT

ABSTRACT: More than lead, lead and establish what hum determined group of individuals, walk with hum same purpose and manage proposed and satisfactory results. Amid the instability of the market and competition, it is noted that leadership happens to be a competitive advantage within the organization. So, the purpose in this study a hiccup various authors vision and investigate the importance of the organization leader within. Understanding the types of leaders, what motivates people as one to achieve the goals and meet expectations as for good business performance. An analysis from this, were bought the appreciable leader orientation results, concern, ability to put in place of the Other, where the Leader Need to know human nature and conduct as saber people, encourage and motivate a team. Therefore, paragraph a search company be differentiated at market need an active leader not only with the objective of responding to competition, but keep a team motivated, with the purpose of innovation. It is hoped this study may contribute paragraph leaders already act and what intend to work and collaborate the knowledge and new skills in organizational activities.

Key words: Leadership. Motivation. Management. Team.

1 Acadêmica do Curso de Administração da Faculdade Almeida Rodrigues – FAR. E-mail: suzanny_paula@hotmail.com.

2 Professora Administração e Coordenadora do NICOM da FAR Graduada em Tecnologia de Agronegócio, Graduada em Advanced Coaching e Especialização em Gestão Estratégica Empresarial pela Faculdade Almeida Rodrigues – FAR. E-mail: renata_chavaglia@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema: A importância da liderança para o desenvolvimento de equipes, e foi realizada em uma empresa de pequeno porte em Rio Verde, Goiás, com o intuito de auxiliar os gestores a melhorar continuamente sua postura, capacidade, desempenho e qualidade no gerenciamento de pessoas, particularmente nesse ambiente impreciso e complexo nos dias atuais.

Mostrar como a liderança pode contribuir para o desenvolvimento de equipes, buscando melhor execução e destreza, destacando o quanto a motivação é um fator importante na mudança dentro da organização e, agregado a ferramentas apropriadas, mantém a categoria de qualidade e rendimento.

Indicar que o líder deve agir segundo o nível de conhecimento do seu liderado, assumindo papéis diferenciados de acordo com qualquer ambiente.

Identificar pontos negativos que prejudiquem a organização e que devem ser avaliados em prol de melhorias, analisar seus pontos negativos e positivos e, a partir dessas pesquisas, tomarem as medidas apropriadas em busca de melhorias e satisfação.

Proporcionar a formação e o desenvolvimento de equipes eficazes, aprimorando as ideias e opiniões dos funcionários, os quais lidam todos os dias com as atividades da empresa. Apresentar conceitos e características do líder que favorecem a relação de controle entre ele e equipes.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Conceitos de liderança

Nos dias atuais a liderança tem um forte aceno tanto aos que coordenam, como àqueles que são coordenados. Autores descrevem de diversas formas a imagem ideal do líder do século XXI. Etimologicamente, liderar significa conduzir. O processo de conduzir as pessoas e atingir objetivos da organização, por isso empresas buscam líderes eficazes, com habilidades de influenciar os colaboradores.

Percebe-se que liderar é saber nortear as pessoas em direção a objetivos comuns, ou seja, liderar é compreender as necessidades da equipe e da empresa. O líder não pensa somente em si, pensa em todos, ele é um visionário que se posiciona e direciona sua equipe sempre à frente e se preocupa constantemente com sua equipe, tanto para o lado pessoal quanto para o profissional, procurando sempre galgar por caminhos que favoreçam os melhores resultados à equipe.

Chiavenato (2006) relata que a liderança está presente em qualquer

organização, empresa, departamento, etc.; e é importante em qualquer função da empresa. Saber liderar é conhecer a natureza humana.

Para Drucker (1996), a liderança pode ser nata ou simplesmente aprendida, mas para isso o líder deve obter qualificação, criar, inovar e ter capacidade de identificar como motivar a equipe de uma forma consistente e constante.

De acordo com Garrett; Dias Luís (2003), para gerenciar um processo ou qualquer atividade é preciso liderar pessoas. Para eles cada empresa constrói seu estilo de liderança de acordo com sua necessidade.

Segundo Maximiano, recomenda-se que o líder use de uma linguagem simples para que todos possam chegar ao mesmo objetivo e fazer cumprir positivamente o que foi delegado (MAXIMIANO, 1990).

Ervilha (2008) enfatiza que a liderança conduz as pessoas a identificar um objetivo claro e definido na busca de resultados desejados.

Correia; Lisboa (2005) afirmam que em meio à turbulenta e crescente competitividade no mundo corporativo, liderar é um desafio que exige competência por parte do líder. Ele deve conhecer a organização que lidera como uma orquestra em sinfonia, para que ela possa se desenvolver de forma apropriada a enfrentar desafios.

De acordo com Bergamini (1994), o líder deve estar preparado para ajudar os colaboradores a lidarem com o ambiente interno e externo. Para que o liderado se sinta seguro, o líder tem que transmitir confiança, mostrar que ele conhece suas necessidades.

Para Heifetz (1999, p. 62 apud Bergamini 2005, p. 124),

Frequentemente, liderança e autoridade são dois conceitos conflitantes. Muitas pessoas em cargos de autoridade não sabe exercer a liderança. Outras exercem-na sem autoridade, simplesmente pelo fato de identificarem um problema em determinado setor e terem condições de mobilizar as pessoas para solucioná-lo.

Na visão de Bergamini, embora não faça parte da atividade do líder motivar pessoas, isso não descarta a necessidade de conhecer as pessoas que dependem dele. A falta de flexibilidade do líder faz com que, de maneira precipitada, tenha-se um distanciamento e recuo de dar o melhor de si (BERGAMINI, 1994).

“O líder não consegue motivar, mas representa um poderoso agente no processo de desmotivação dos seguidores” (BERGAMINI, 1994, p.76).

2.2 Estilos de liderança

Chiavenato e Bergamini enfatizam que na prática os estilos de liderança são utilizados conforme a situação, pessoas e tarefas a serem realizadas. A

forma de liderar irá depender, de igual forma, das características do grupo a ser gerenciado. Que o líder tanto manda como consulta os liderados para a tomada de decisões e até sugere a algum subordinado realizar determinadas tarefas. (CHIAVENATO, 1999; BERGAMINI, 1994)

Estudos pioneiros sobre estilo de liderança foram oferecidos por centros de reconhecida tradição acadêmica em pesquisa sobre comportamento humano nas organizações. É nessa perspectiva de estudar estilos de liderança que se percebe a importância do subordinado como parte integrante do desenvolvimento de liderança. (BERGAMINI, 1994)

Para Ervilha existem vários tipos de líderes, como o líder nato, que já nasce com o dom; o treinável, que não nasceu pronto, mas que desenvolve características de liderança; e o líder admirável, que é aquele que nasceu com traços de liderança e habilidades, e está pronto para liderar e se tornar prodigioso (ERVILHA, 2008).

TABELA 1- A liderança nos grupos autogeridos

GERENTES	LÍDERES
Administra	Inova
É uma cópia	É um original
Foco: sistemas e estruturas	Foco: pessoas
Apoia-se no controle	Inspira confiança
Visão de curto de prazo	Visão de longo prazo
Pergunta como e quando	Pergunta o quê e por quê
Tem os olhos sempre nos limites	Tem os olhos sempre no horizonte
Limita	Da origens
Aceita o status quo	Desafia
É o clássico bom soldado	É a sua própria pessoa
Faz certas as coisas	Faz a coisa certa

FONTE: SANTOS, 1997 (In Anais do II SEMEA).

Barns (1979, p. 17) apud (Bergamini 2005, p. 134) relaciona outro tipo de comportamento do líder como o transacional, que é o indivíduo que influencia o outro em troca de bens e valor.

Para Bergamini (1994, p. 35),

Portanto, qualquer pessoa poderá ser capacitada a assumir um determinado estilo em sua maneira de interagir com os seguidores, e esse estilo irá assegurar-lhe o maior sucesso como líder. No enfoque dos estilos, fica claro que a competência de liderança poderá ser adquirida e, portanto, qualquer pessoa poderá ser treinada para se tornar um bom líder.

2.3 Características de um líder

Uma característica de líder é a confiança em si. Outra característica é acreditar com paixão no que propõe e entrega, encorajar os seguidores a vencer. É de suma importância ter visão clara de onde quer chegar e a eficiência de revelar, colocar em prática suas palavras e posteriormente agir de acordo com o que diz. A comunicação é essencial e saber ouvir é fundamental. Conhecer seus próprios seguidores e saber o que eles realmente buscam, mesmo sem ter clara consciência disso (LACOMBE, 2005).

Além disso, algumas qualidades são essenciais, como reconhecer suas fraquezas, coordenar seus colaboradores com algo que designe empatia e revelar suas diferenças em relação aos demais.

Portanto, o líder deve estar preparado para resistir à insegurança, frustrações e sofrimentos e ser tolerante com seus seguidores (LACOMBE, 2005).

2.4 Importância da liderança

Na visão de Chiavenato (2004), a liderança é tão importante e essencial que para o administrador liderar é preciso entender a natureza humana e saber lidar com pessoas.

Bergamini ressalta a importância da liderança, que teve início na Segunda Guerra Mundial, onde houve uma ampla busca de mão de obra devido à reformulação do parque industrial nos EUA (BERGAMINI, 2009).

Para Pitsis, Kornerger et al (2011), liderar ou exercer a liderança é motivar as pessoas a alcançar o que elas não necessariamente querem, fazê-las chegar onde necessitam. A liderança envolve relações e habilidades sociais.

Segundo Hesselben (2000), a importância de um líder que saiba tomar decisões, tranquilizar a organização, que incentiva os funcionários resistentes a mudanças e influencia tanto dentro como fora, essa sim é uma forma de liderança fundamental para o sucesso.

Na percepção de Marras, a liderança nas organizações é mal administrada, fala-se muito e aplica-se pouco ou quase nada. A responsabilidade primária é da organização por uma boa liderança, depois do próprio líder. Para ele a administração de recursos humanos deve alinhar o sistema de liderança, devido à sua grande importância e ser aprovada pela alta gerência da organização (MARRAS, 2009).

De acordo com Oliveira e Marinho (2005), o uso das habilidades envolve conhecimento sobre comportamento humano e a dinâmica de processos pessoais, cujo objetivo é atingir habilidades de sentimentos e atitudes.

Na visão de Maxwell (2007, p. 331),

Destaca a importância de equipe com uma boa liderança, ele considera os seus liderados como colegas, mesmo recebendo por isso, todos juntos com o mesmo objetivo. Ele descreve que um líder não alcança seus objetivos se não há uma boa equipe liderada por trás, é necessária a ajuda um dos outros, sem o outro estaremos em lugar errado.

De acordo com Nanus (2000), o líder transforma o controle e faz as coisas acontecerem, sonham e depois trazem à realidade; a liderança eficaz energiza a empresa, potencializando a sua contribuição para o bem-estar de seus integrantes e da sociedade.

Segundo Weiss (1999, p. 73)

O trabalho do líder é ajudar as pessoas a manterem seus relacionamentos, prestando atenção em como elas atingem seus objetivos, como se relacionam entre si e como sustentam os bons sentimentos que têm aos outros, em relação ao grupo e ao líder.

2.5 Diferenças entre o Líder e o Administrador

Liderar tem uma diferença de administrar, são dois sistemas de ação adicionais indispensáveis para o resultado de um negócio num ambiente instável. A liderança acrescenta à administração, não a substitui. Liderar é arcar com as responsabilidades, é influenciar, encaminhar na direção, fazer as coisas acontecerem. Gerenciar é saber lidar com a dificuldade, preocupa-se mais com a eficiência, determinar estratégias e tomar decisões (LACOMBE, 2005).

“Uma liderança forte com uma administração fraca é, na maioria dos casos, pior do que o contrário. O real desafio é combinar uma liderança forte com uma administração forte e usar uma para equilibrar a outra” (LACOMBE, 2005, p.208).

2.6 Motivação

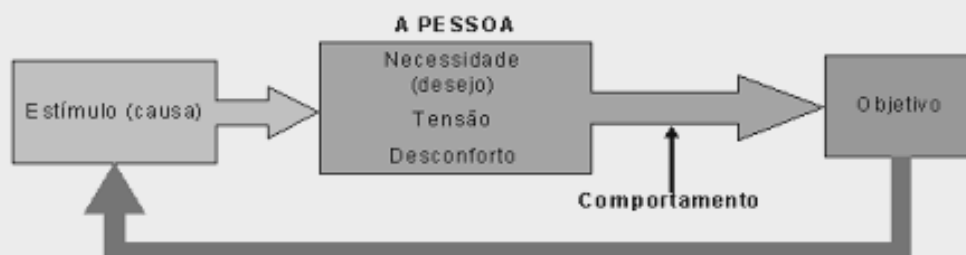
Para Marras, a motivação é um tema que intriga cientistas e estudiosos, diante de estudos constatou-se que a atenção dada ao colaborador influencia na sua entrega de resultados (MARRAS, 2009).

Na visão de Chiavenato (1997), a motivação está interligada com a liderança, o domínio contínuo sobre os liderados, motivo à equipe e funciona como um catalizador de novos talentos.

Segundo Vergara (2006), ninguém motiva ninguém, as pessoas se motivam sozinhas, outras pessoas podem estimular, provocar, incentivar. E as empresas precisam de pessoas motivadas para que a produção aconteça, mas não é tarefa fácil, pois algumas pessoas aparentam ser mais motivadas para

realizar determinadas tarefas enquanto outras demonstram desinteresse.

A motivação estabelece um importante conhecimento da natureza humana. Para Chiavenato é difícil definir propriamente o que define a motivação, mas de modo geral o motivo é aquilo que impele a pessoa a agir de alguma forma. Essa força pode ser ocasionada por um encorajamento provindo do ambiente. Para se conhecer a motivação humana é necessário observar o comportamento humano (CHIAVENATO, 2003). A figura abaixo ilustra o modelo básico de comportamento. O resultado pode variar, pois depende muito da percepção do estímulo.



FONTE: LEAVITT, 1964.

FIGURA 1 – O modelo básico de comportamento.

Na teoria de Maslow, o comportamento humano é entendido como suas necessidades, e a motivação é o resultado de estímulos sobre o indivíduo. Bergamini já dizia que a maior preocupação do líder não é a busca do que fazer para motivar e sim evitar que as pessoas se desmotivem (BERGAMINI, 1986). Na visão de Bergamini (1997), a motivação e a liderança estão relacionadas em dado momento, parecem unidas na teoria e prática. A autora enfatiza que a função do líder não é motivar, mas manter a equipe motivada, criar ambiente em que o colaborador possa avivar a competência motivacional. Esse esforço por parte da liderança é substancial no processo de liderança.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o objetivo de cumprir a carga horária de 400 horas de estágio obrigatório necessário para a conclusão do curso de Administração, esse estudo será desenvolvido por meio de estudo de caso. O estudo foi fundamentado através da avaliação do problema atual, através de informações vivenciadas e coletadas pela estagiária, com o intuito de observar, registrar, analisar, e classificar fatos, através de questionário com 03 colaboradores da empresa.

De acordo com Barros; Lehfel (2000), estudos de caso são apanhados de informações sobre vários casos em detalhes, criando relatórios críticos organizados e avaliados. Contudo, percebe-se que os resultados da averiguação não têm o propósito de obter quantidade, mas sim qualidade de como ela é

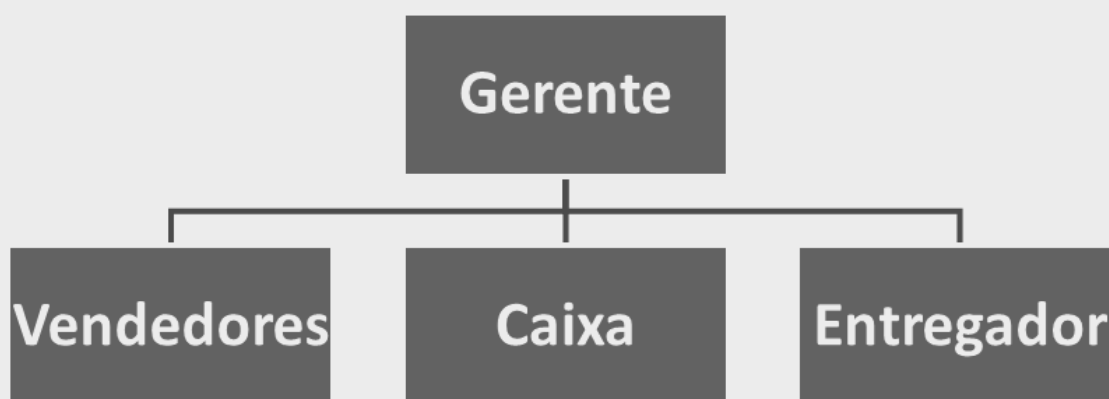
compreendida e solucionada pelas partes envolvidas.

3.1 Caracterização da Empresa

A pesquisa está sendo desenvolvida em uma organização no ramo de colchoaria, nome fantasia Colchões e Cia, inscrita no CNPJ: 13.565.435/0001-25, empresa de pequeno porte, situada à Avenida Presidente Vargas nº 961, no centro na cidade de Rio Verde, Goiás, CEP 75901-040.

A empresa Colchões e Cia está em atuação há mais de 05 anos na cidade de Rio Verde, sua atividade está relacionada ao comércio varejista de colchões, e fornece produtos para a cidade de Rio Verde e região.

A Colchões e Cia atualmente conta com 04 colaboradores, sendo 03 com ensino médio completo e 01 com Graduação em Administração.



FONTE: Elaborado pelo autor, 2016.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa vivenciada através do estágio obrigatório teve o objetivo de identificar a postura do líder em relação aos liderados, ressaltando a importância de uma boa gestão em qualquer organização, seja ela de pequeno, médio ou grande porte.

Com informações apuradas diretamente dos colaboradores através de pesquisa, foi atestada a importância do líder bem preparado para que os objetivos da empresa sejam alcançados, e para que se possa obter resultados satisfatórios.

A partir disso foi comprovada a relevância que uma liderança bem treinada e capacitada reflete em uma equipe motivada que entrega os resultados esperados pela empresa. A liderança realizada com excelência encoraja o comprometimento dos indivíduos, conduzindo-os a entregas positivas para a organização. A compreensão na diversidade das pessoas traz força para a equipe,

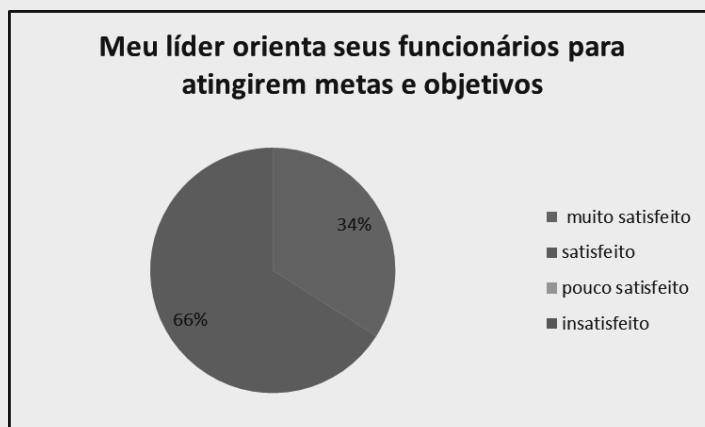
as pessoas buscam líderes compreensivos, éticos, dinâmicos e que inspirem por suas atitudes. Dar autonomia, reconhecer a autonomia dos colaboradores, fazendo-os se sentir donos naquilo que lhes cabe. Reconhecer que as pessoas gostam de trabalhar em lugares alegres e serem bem tratadas.

Utilizar a estratégia para conduzir e atrair os colaboradores é fundamental para o direcionamento organizacional das pessoas como executoras dos processos propostos pela organização.

Seguindo esta afirmação, Robbins (2005, p. 132) cita:

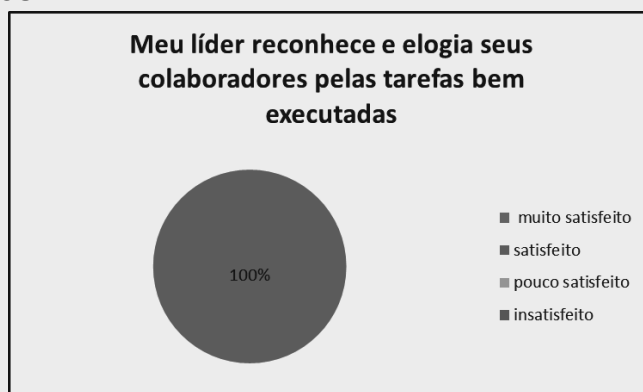
Intensidade se refere a quanto esforço a pessoa despende. Contudo, a intensidade não é capaz de levar a resultados favoráveis a menos que seja conduzida em uma direção que beneficie a organização. Precisamos considerar a qualidade do esforço, tanto quanto sua intensidade. A motivação tem uma dimensão de persistência, os indivíduos motivados se mantêm na realização da tarefa até que seus objetivos sejam atingidos.

FIGURA 2 – Organograma Colchões e Cia



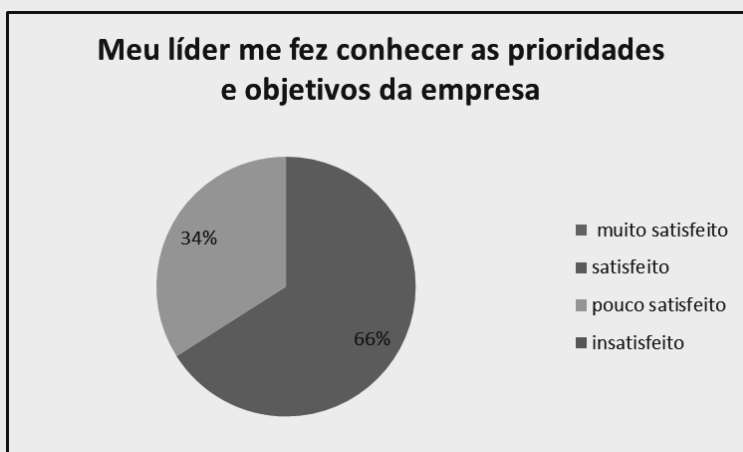
FONTE: Elaborado pelo autor, 2016.

FIGURA 3 – Gráfico: Meu líder reconhece e elogia seus colaboradores pelas tarefas bem executadas



FONTE: Elaborado pelo autor, 2016.

FIGURA 4 – Gráfico: Meu líder reconhece e elogia seus colaboradores pelas tarefas bem executadas



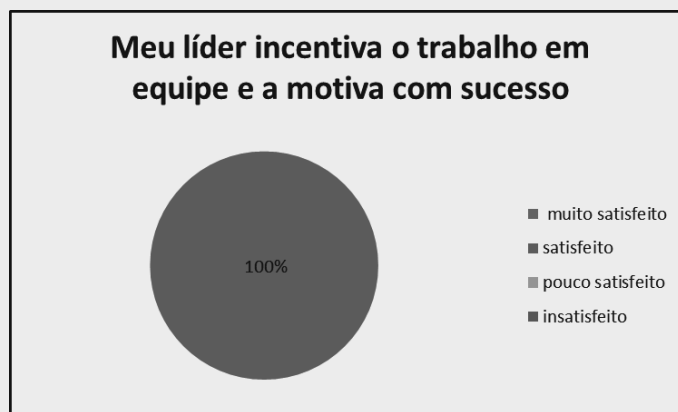
FONTE: Elaborado pelo autor, 2016.

FIGURA 5 – Gráfico: Meu líder me fez conhecer as prioridades e objetivos da empresa



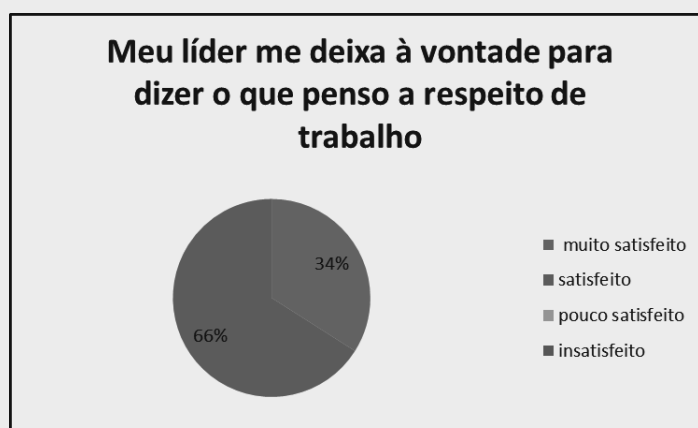
FONTE: Elaborado pelo autor, 2016.

FIGURA 6 – Gráfico: Meu líder não dá feedback individual sobre as avaliações de desempenho de cada funcionário



FONTE: Elaborado pelo autor, 2016.

FIGURA 7 – Gráfico: Meu incentivava o trabalho em equipe e a motiva com sucesso



FONTE: Elaborado pelo autor, 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse estudo é possível identificar a importância do líder no desenvolvimento de equipe, buscando atender as necessidades e crescimento da organização, com colaboradores motivados. Líderes são agentes de mudança e inspiração de coragem para seus seguidores, mostrando assim coerência, energia, honestidade e carisma.

O resultado da pesquisa identificou que a forma de agir do líder influencia o grupo tanto de forma positiva quanto negativa. O segredo está nas mãos de quem lidera, que deve ser competente nas funções, cumprindo as missões para o sucesso.

Conhecer a equipe e a manter motivada, valorizada, isso permitirá o crescimento da empresa e do gestor como líder. Dar autonomia, valorizar a independência dos colaboradores, fazendo com que cada um se sinta dono daquilo que lhe cabe.

A boa comunicação começa pelo âmbito de ouvir, de compreender o que o outro pretende, de saber elucidar o que o outro quer, a frequência desses diálogos e a confiança nos liderados favorece condições para que eles também tenham confiança na liderança. Tão importante quanto a comunicação, é saber calar no momento certo e estar disponível para escutar.

O feedback é importante para o auxílio e avaliação motivacional, saber como seu trabalho influencia nos resultados da empresa é um fator muito forte de motivação.

REFERÊNCIAS

BARROS, Aild. Fundamentos de Metodologia Científica: Um guia para a iniciação científica. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.

BERGAMINI, Cecília Whitaker, O que não é motivação, RAE – Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 21, n.4, p. 3-8, Out/Dez. 1986.

_____. Liderança: administração do sentido. São Paulo: Atlas 1994.

_____. Psicologia Aplicada à Administração De Empresas: Psicologia do Comportamento Organizacional. São Paulo: Atlas, 2011.

CHIAVENATO, Idalberto. Treinamento E Desenvolvimento De Recursos Humanos: Como incrementar talentos na Empresa. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. Administração de recursos humanos: fundamentos básicos. São Paulo: Atlas, 2003.

CLEGG, Stewart; Kornberger et al. Administração e organizações: Uma introdução à teoria e a prática. 2. Ed. Porto Alegre – RS: Bookman, 2011.

CODA, Roberto et al. Psicodinâmica da Vida Organizacional: Motivação e Liderança. São Paulo: Atlas, 1997

ERVILHA, Limão. Liderando Equipes Para Otimizar Resultados. São Paulo: Nobel, 2008.

FRANCES, H.; MARSHALL, G.; IAIN, S. Liderança para o século XXI. Tradução por Cíntia Azevedo. São Paulo: Futura, 2000

LACOMBE, J. F. Recursos humanos: princípios e tendências. São Paulo: Saraiva, 2005.

LEAVITT, Harold J. Managerial psychology. Chicago: University of Chicago, 1964.

MARRAS, J. P. Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico. São Paulo: Saraiva, 2009

MAXIMIANO, A. C. A. Gerência De Trabalho De Equipe. São Paulo: Pioneira, 1990.

MAXWELL, John C., As 21 irrefutáveis leis da liderança: siga-as e as pessoas os seguirão. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2007.

NANUS, Burt. Liderança Visionária. Ed. Campus. Rio de Janeiro, 2000.

OBBINS, Stephen. Comportamento Organizacional. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

OLIVEIRA, Jayr Figueiredo; MARINHO, Robson M. Liderança: uma questão de Competência. São Paulo: Saraiva, 2005.

WEIS, Donald, Como tornar-se um verdadeiro líder. São Paulo: Nobel 1999.

O IMPACTO DO FENÔMENO TRADE DRESS NO BRASIL

Dannyele Sousa Carvalho¹

Zilaine Daniely Assunção²

Rodrigo Moraes Cabral³

RESUMO : O presente trabalho versa acerca do fenômeno no Direito Empresarial conhecido como Trade Dress, sendo definido pelo termo conjunto-imagem, o qual compreende um conjunto de características capazes de identificar determinado produto ou serviço. Sendo assim, a abordagem da temática visa apresentar as características do referido instituto, ao passo que se questiona como se poderia responsabilizar uma empresa que se baseia em outra marca ou o serviço a fim de divulgar/trabalhar com a própria. Desta forma, ressalta-se que, nos últimos tempos, a temática proposta tem ganhado relevância no meio empresarial, embora ainda desconhecido por muitos, justamente por suscitar-se sobre a caracterização de concorrência desleal. Para tanto, utilizou-se de bases doutrinárias, legislação e entendimentos jurisprudenciais para construir o raciocínio pretendido.

Palavras-chave: Empresarial. Propriedade industrial. Conjunto-imagem. Concorrência desleal.

THE IMPACT OF THE TRADE DRESS PHENOMENON IN BRAZIL

ABSTRACT : The present work is about the phenomenon in the Business Law known as Trade Dress, being defined by the term Set-Image, which comprises a set of characteristics capable of identifying a particular product or service. Thus, the approach of the subject aims to present the characteristics of the said institute, while it questions how one could be responsible for a company that is based on another brand or the service in order to divulge / work with its own. In this way, it is emphasized that, recently, the proposed theme has gained relevance in the business environment, although still unknown by many, precisely because on the arise of the characterization of unfair competition. For that, doctrinal bases, legislation and jurisprudential understandings were used in order to enlighten the intended reasoning.

Key words: Business. Industrial property. Image set. Unfair competition.

1 INTRODUÇÃO

A terminologia Trade dress remonta desde a década de 1990, momento em que se suscitou a necessidade de uma de proteção adequada para as características do conjunto visual, nomenclatura essa, alterada conforme o passar dos anos, posto que acometia tão somente as características visuais do

1 Aluna do 9º Período do Curso de Graduação de Direito da FAR – Faculdade Almeida Rodrigues (E-mail: dannyelescarvalho@hotmail.com).

2 Aluna do 9º Período do Curso de Graduação de Direito da FAR – Faculdade Almeida Rodrigues (E-mail: zilaine_rv@hotmail.com).

3 Graduado em Direito. Pós-graduado em Processo Civil. Professor de Direito Civil da FAR – Faculdade Almeida Rodrigues (E-mail: rmoraescabral@gmail.com).

produto/serviços e não da imagem total e aparência integral do mesmo.

No Brasil, o ordenamento jurídico não descreve legalmente o termo trade dress, porém, conforme raciocínio majoritário da doutrina, o fenômeno consiste em um conjunto de características, sendo essas: cores, imagens, formas, disposições de sinais e frases, configurações do produto, gráficos, desenhos, texturas, entre outros; que apresentam peculiaridades significativas e descritivas de seus produtos. Sendo assim, significa a combinação da imagem total ou a aparência geral de um produto ou serviço.

Um dos temas mais atuais no que diz respeito à propriedade industrial é o chamado trade dress, ou conjunto-imagem do produto. Nos Estados Unidos, o assunto é bastante conhecido e já tem lei específica, Lanham Act. No Brasil, o tema ainda não é muito conhecido, mas já tem merecida atenção da doutrina especializada e já embasou decisões judiciais importantes e polêmicas (RAMOS, 2016, p. 287).

Apesar do tema não ser tratado expressamente em nosso ordenamento jurídico, o Poder Judiciário tem a liberdade de julgar cada caso de acordo com sua singularidade; o que ocasiona certos impasses, devido a entendimentos subjetivos adotados pelos magistrados, tornando-se passíveis de questionamentos. Exemplo disso, são os vários julgados existentes que conta com expressivos casos, conforme será exemplificado ao longo do trabalho.

Desse modo, o presente tema, além de destacar a característica do instituto do trade dress, visa, também, verificar as consequências jurídicas advindas da violação quando o concorrente reproduz indevidamente as características do produto/serviço, induzindo o consumidor ao erro, levando-o a confusão de objetos preexistentes no mercado de mesma linhagem e atributos da mercadoria. Ou seja, a imitação vai além das características do produto, consistindo também na cópia da prestação de serviço, influenciando a clientela do concorrente, tornando assim concreta a concorrência desleal praticada.

Conforme denota-se ao longo da escrita, o presente trabalho contou com pesquisas de campo, bem como, pesquisas realizadas em livros, artigos, e sites especializados em áreas jurídicas, tendo como o principal foco o método quantitativo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Aspectos Gerais acerca do Trade Dress

Em aspecto geral a terminologia trade dress não abrange apenas a embalagem ou recipiente, podendo se dimensionar também a ambientes, ou

seja, o sentido literal do termo seria a vestimenta de determinado produto/serviço, na forma em que é apresentada ao público; sua identidade visual é composta de elementos sensitivos e distintos, tendo uma roupagem específica, tornando-o diferenciado.

Quando se informa o que é o conjunto-imagem, trata-se das cores, formas, tamanhos de letras, sinais, desenhos, embalagens, brasões, texturas, frases, enfeites, entre outros tipos de configuração do produto.

Para o uso de um trade dress exclusivo, as empresas ou prestadores de serviços, após a criação do que irão oferecer, precisam estar resguardados perante a lei; trata-se de patente e do registro industrial, pois havendo a violação do mesmo estarão resguardados na esfera judicial. Assim serão livres para aplicar um novo padrão, sendo sinônimo em determinada categoria.

Portanto esta exclusividade não impede a criação de outros padrões desenvolvidos pelos concorrentes, sendo imitados de forma sutil e semelhante ao produto original, tornando prejudicial ao criador, pois a Constituição Federal, em seu artigo 170, defende a livre concorrência e o exercício da atividade econômica.

Sua proteção é questionada na matéria de concorrência desleal por confusão, onde o fato deve ser examinado por meio de perícia técnica. Mas isso não impede que o Poder Judiciário em suas análises jurisprudenciais, decida caso a caso, devido às suas particularidades, evitando assim a utilização indevida por parte dos concorrentes e dos consumidores.

2.2 Concorrência Desleal e Trade Dress

Conforme demonstra o artigo 195 da Lei de Propriedade Industrial, em seus incisos IV, V e VI, pratica a concorrência desleal, dentre outras coisas elencadas nos incisos, quem usa indevidamente o nome, expressão ou sinal de propaganda alheias, ou os imita, de modo a criar confusão entre os produtos ou estabelecimentos.

Destaca-se também, que a concorrência desleal para sua eficácia, necessita da ação da concorrência efetiva, ou seja, deve preencher alguns requisitos como:

a) Simultaneidade: a violação deve recair sobre estabelecimentos que estejam em funcionamento.

b) Área de atuação: a deslealdade deve ocorrer na mesma área de atuação, como por exemplo, entre comércios de produtos alimentícios ou de comércios na área da saúde.

c) Âmbito geográfico: não há concorrência ilícita para estabelecimentos

que se situam longe um do outro (RAMOS, 2017).

Ainda, é indispensável o uso de análise pericial para que seja efetiva a concorrência, entretanto, não significa que não pode haver a livre concorrência, posto que, a mesma faz parte da atividade empresarial, beneficiando tanto o consumidor quanto o empresário, propiciando a negociação dos produtos e serviços.

Ademais, vislumbra a necessidade de diferenciar Trade Dress de concorrência desleal, uma vez que a primeira se trata de um conjunto de características capazes de identificar e diferenciar determinado produto/serviço, enquanto a segunda versa na violação desse conjunto de características, mais precisamente, em sua cópia.

2.3 Parasitismo

O parasitismo pode ser vislumbrado quando o concorrente não tenta tomar a clientela do outro, pois não concorre na mesma linha de mercado, mas utiliza de meios intangíveis do empresário, tentando pegar o sucesso desse para fazer seu nome. Logo o parasitismo pode ser subdivido em:

a) Concorrência desleal parasitária: a apropriação tem como potencial a confusão dos consumidores, não envolvendo o mesmo âmbito geográfico, como, por exemplo, uma falsa filial.

b) Mero aproveitamento parasitário: não há confusão de consumidores ou desvio de clientela, ou seja, o concorrente só faz menção do produto para tentar estabelecer seu espaço no comércio (RAMOS, 2017).

Contudo, a concorrência desleal se difere do parasitismo, no que tange a concorrência efetiva, ou seja, é necessário que haja o desvio de clientela por meios ilícitos, direcionado a um mesmo tipo de mercado, na mesma região; diferentemente do parasitismo que inexistente a intenção de prejudicar o empresário, não passando de uma 'carona para o sucesso'.

2.4 Propriedade Industrial

A propriedade industrial é fundamentada através do artigo 5º XXIX da Constituição Federal, bem como pela lei que regulamenta sua proteção, qual seja, n. Lei 9.729 de 1996, conhecida como Lei da Propriedade Industrial (LPI); seu direito é concedido pelo Estado através do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), sendo este uma Autarquia Federal, vinculada ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que atribui privilégios e garantias aos inventores em âmbito nacional.

É definida como um aglomerado de normas, objetivando a proteção dos bens imateriais pertencentes ao empresário, que estejam ligadas às suas atividades, sendo uma das espécies da propriedade intelectual; conforme esclarece o Artigo 1º, 3 da Convenção de Paris de 20/03/1883:

A propriedade industrial entende-se na mais ampla acepção e aplica-se não só a indústria e ao comércio propriamente ditos, mas também às indústrias agrícolas e extrativas e a todos os produtos manufaturados ou naturais, por exemplo: vinhos, cereais, tabaco em folha, frutas, animais, minérios, águas minerais, cervejas, flores, farinhas.

O Estado legitima a proteção da propriedade industrial: através da concessão de patente, o desenho industrial e a marca, essas duas últimas englobadas através do registro industrial. Logo o possuidor do registro detém exclusividade quanto á sua exploração, proporcionando assim, sua alta produtividade.

A propriedade industrial se subdivide em:

a) **Patente**: é entendido como um documento formal deliberado por uma repartição pública, por meio do qual reconhece os direitos de propriedade, bem como o uso reservado para uma invenção, ou modelo de utilidade.

Seu registro protege a criação de seus possíveis concorrentes, e para ser requerida é necessário que se preencha alguns requisitos conforme estabelece o artigo 8º LPI, e não ter nenhuma forma de impedimento de acordo com o artigo 18 da LPI.

Tem como objeto:

- Invenção: quando ocorre uma novidade criativa.
- Modelo de utilidade: quando há a melhoria do produto já existente, conforme estabelecido no artigo 9º da LPI.

b) **Registro Industrial**: consiste na preservação de uma ideia, seja de um produto ou de uma inovação de um instrumento.

Tem como objeto:

- **Desenho Industrial**: entende por uma criação estética aplicável a um produto, que preenchendo uma série de requisitos proporciona sua industrialização (LPI 96,97 e 100).

- **Marca**: conforme artigo 122 da LPI “São suscetíveis de registro como marca os sinais distintivos visualmente perceptíveis, não compreendidos nas proibições legais, ou seja, tem como finalidade a distinção dos produtos/serviços perante os concorrentes (RAMOS, 2017, p.285).

Desse modo, entende-se que o trade dress engloba as modalidades da propriedade industrial, e essa é lesada pela concorrência desleal, que por outro lado, conta com a intervenção do judiciário para exonerar as práticas

concorrenciais, evitando a confusão do consumidor vez que impede a imitação insidiosa.

2.5 Crimes

Entende-se que o Trade dress não tinha uma proteção jurídica contextualizada ou ao menos não contava com a Lei de propriedade industrial para tipificar e punir os praticantes da concorrência desleal.

A fim de contextualizar a proteção do trade dress no mundo atual, cumpre esclarecer que o fenômeno da globalização, ao atingir as relações comerciais, fez com que os titulares dos direitos de propriedade intelectual necessitassem de uma maior proteção em relação a esses direitos, especialmente em razão das atividades comerciais feitas entre países (AREDES).

Desse modo, era necessário que houvesse uma proteção em relação a esses direitos maiores, partindo dos titulares dos direitos de propriedade intelectual, celebrando diversos tratados e convenções internacionais como, por exemplo, a CUP - Convenção da União de Paris de 20 de março de 1883, onde descreve em seu artigo 1º e 10 assuntos relacionados à proteção da propriedade industrial.

Assim não há tutela específica, quanto a esse fenômeno, visto que nossa legislação se dá apenas a peculiaridade de cada elemento participante do conjunto-imagem trade dress, ensejando na concorrência desleal que nos termos da LPI tem repressão civil e criminal, partindo essa dos estados-membros, cuidando em específico das condutas que possam atingir um concorrente, de forma que possa gerar confusão e induzir ao erro do público alvo.

Nesse passo, aplica-se os termos do artigo 195 da LPI que descreve e caracteriza os crimes de concorrência desleal e estabelece possíveis atos de punição para o comerciante que praticar alguma de suas modalidades; bem como, conta analogicamente com as sanções dos crimes praticados na área cível e criminal tipificados no Brasil, como o Código do Consumidor por exemplo, dependendo de cada caso para análise correta, conforme se exemplifica no anexo I do presente artigo.

2.6 Casos Ocorridos no Brasil

Apesar de ser um tema pouco estudado no Brasil, há vários casos de concorrência desleal no País. Numerosos são os julgados condenando a ré à sua retratação, desde ao pagamento de indenizações até a reforma do

estabelecimento, sob pena do fechamento do mesmo caso a cópia não seja apagada, conforme jurisprudências anexas nesse trabalho e as dispostas abaixo:

PROPRIEDADE INDUSTRIAL. RECURSO ESPECIAL. CONJUNTO-IMAGEM (TRADE DRESS). COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTO AFIM. EMBALAGENS ASSEMELHADAS.

CONCORRÊNCIA DESLEAL. ART. 209 DA LEI N. 9.279/1996 (LPI). PERÍCIA TÉCNICA NÃO REQUERIDA. FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO. NÃO PROVADO.

RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO.

1. O conjunto-imagem (trade dress) é a soma de elementos visuais e sensitivos que traduzem uma forma peculiar e suficientemente distintiva de apresentação do bem no mercado consumidor.

2. Não se confunde com a patente, o desenho industrial ou a marca, apesar de poder ser constituído por elementos passíveis de registro, a exemplo da composição de embalagens por marca e desenho industrial.

3. Embora não disciplinado na Lei n. 9.279/1996, o conjunto-imagem de bens e produtos é passível de proteção judicial quando a utilização de conjunto similar resulte em ato de concorrência desleal, em razão de confusão ou associação com bens e produtos concorrentes (art. 209 da LPI).

4. A caracterização de concorrência desleal por confusão, apta a ensejar a proteção ao conjunto-imagem (trade dress) de bens e produtos, é questão fática a ser examinada por meio de perícia técnica.

5. No caso dos autos, a recorrida (autora da demanda originária) não promoveu a dilação probatória necessária à comprovação do fato constitutivo de seu direito - a existência de conduta competitiva desleal -, devendo, por isso, suportar o ônus estático da prova (art. 333, I, do CPC/1973).

6. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 1591294/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 13/03/2018)

Há ainda, a possibilidade de se analisar casos em que o empresário suscita a dúvida, porém é descaracterizado pelo tribunal, mostrando que o Estado também se preocupa com a veracidade dos fatos e não somente em condenar sem a devida análise de caso.

Nesse contexto, cita-se como exemplo o caso ocorrido entre as partes Vigor, autora da ação na 18ª Vara Cível do Tribunal de Justiça de São Paulo, contra a ré Frimesa, ambas empresas de produtos lácteos. A ação foi ingressada com a finalidade de suspender a comercialização do iogurte Grego, lançado inicialmente pela empresa Frimesa, com as mesmas características do iogurte da Vigor lançado anteriormente, na primeira decisão judicial, foi acolhido o pedido de tutela antecipada, determinando um prazo de dez dias, para que os produtos da linha Frimesa fossem retirados de comercialização. Recorrendo da decisão três dias após, a Frimesa conseguiu que os efeitos da decisão fossem suspensos. Em contrapartida, após dez dias houve novamente recurso interposto pela autora, sendo o mesmo favorável (MADRONA).

A sustação da violação ou de ato que a enseje pode ser determinada a

liminar pelo juiz nos próprios autos da ação, evitando danos irreparáveis ou de difícil reparação, nos casos de violação de direitos de propriedade industrial ou a prática de atos de concorrência desleal, conforme descrito no artigo 209, § 1º da Lei 9.279/96.

Outro caso caracterizado como Trade Dress, foi o litígio entre as marcas comerciais de sabonetes Protex e Francis Protection, onde existia a nítida semelhança no conjunto visual dos produtos, levando diversos consumidores a confusão adquirindo um pelo outro, onde a ré Francis Protection teve o prazo de 90 dias para alterar as embalagens de sabonetes a serem produzidos (Consultor Jurídico – Concorrência Desleal - STJ determina troca de embalagem de produto). Entretanto, além da pouca divulgação desses julgados, há o conhecimento de exemplos maiores desses crimes cometidos, no caso daqueles ocorridos com empresas multinacionais como por exemplo Bob's, Mc Donald's que sofrem com a modalidade pertencente ao trade dress, conforme julgados em anexo deste trabalho.

Exemplos maiores se dão através dos julgados relatados abaixo:

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. CONCORRÊNCIA DESLEAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. TRADE DRESS.CONJUNTO-IMAGEM. ELEMENTOS DISTINTIVOS. PROTEÇÃO LEGAL CONFERIDA PELA TEORIA DA CONCORRÊNCIA DESLEAL. REGISTRO DE MARCA. TEMA DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL, DE ATRIBUIÇÃO ADMINISTRATIVA DE AUTARQUIA FEDERAL. DETERMINAÇÃO DE ABSTENÇÃO, POR PARTE DO PRÓPRIO TITULAR, DO USO DE SUA MARCA REGISTRADA. CONSECTÁRIO LÓGICO DA INFIRMAÇÃO DA HIGIDEZ DO ATO ADMINISTRATIVO. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA JUSTIÇA FEDERAL.1. A tese a ser firmada, para efeito do art. 1.036 do CPC/2015 (art.543-C do CPC/1973), é a seguinte: As questões acerca do trade dress (conjunto-imagem) dos produtos, concorrência desleal e outras demandas afins, por não envolver registro no INPI e cuidando de ação judicial entre particulares, é inequivocamente de competência da justiça estadual, já que não afeta interesse institucional da autarquia federal. No entanto, compete à Justiça Federal, em ação de nulidade de registro de marca, com a participação do INPI, impor ao titular a abstenção do uso, inclusive no tocante à tutela provisória.2. No caso concreto, dá-se parcial provimento ao recurso interposto por SS Industrial S.A. e SS Comércio de Cosméticos e Produtos de Higiene Pessoal Ltda., remetendo à Quarta Turma do STJ, para prosseguir-se no julgamento do recurso manejado por Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. e Natura Cosméticos S.A.(REsp 1527232/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/12/2017, DJe 05/02/2018).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROPRIEDADE INDUSTRIAL E INTELECTUAL. JORNAL. ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS. UTILIZAÇÃO DE IMAGENS E DADOS DE CONCORRENTE JÁ CONHECIDO NO MERCADO. Trata-se de agravo de instrumento interposto em face da decisão proferida pela magistrada a quo, que deferiu o pedido de tutela provisória, a fim de determinar que os réus

se abstivessem de utilizar, comercializar e distribuir anúncios idênticos aos realizados pela agravada. Analisando o conjunto probatório carreado aos autos, resta evidente, ao menos em sede de cognição sumária, que a parte agravante se utilizou de material, bem como do do banco de clientes da agravada para realizar a comercialização e realização de anúncios idênticos aos realizados pela parte agravada, evidenciada, portando, a apropriação indevida do seu trade dress e da sua carteira de clientes. Deste modo, sem prejuízo de melhor análise da questão em sede de cognição exauriente, quando do enfrentamento de mérito, os documentos acostados aos autos são suficientes para a manutenção da medida deferida em primeiro grau, em face de a situação possuir probabilidade do direito e nítido perigo de dano, pressupostos elencados no artigo 300, caput, do novo Código de Processo Civil. Decisão mantida. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO (Agravado de Instrumento Nº 70076109578, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Niwton Carpes da Silva, Julgado em 26/04/2018)

APELAÇÃO CÍVEL. RECURSO ADESIVO. PROPRIEDADE INDUSTRIAL. VIOLAÇÃO DE MARCA E TRADE DRESS. AÇÃO COMINATÓRIA CUMULADA COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL. RECONVENÇÃO. CONCORRÊNCIA DESLEAL. 1. O registro de marca validamente expedido assegura ao respectivo titular o uso exclusivo em todo o território nacional. Art. 129 da Lei n. 9.279/96. 2. Caso em que a ré foi flagrada reproduzindo a marca e o conjunto visual da autora para identificar estabelecimentos no mesmo segmento mercadológico (farmácias). Cuidando-se de empresas que atuam no mesmo segmento comercial, evidente a possibilidade de confusão perante o público consumidor. 3. Danos materiais devidos, decorrentes da prática ilícita comprovada nos autos. Fixação do valor postergada para a fase de liquidação de sentença por arbitramento, conforme critérios dos arts. 208 e 210 da LPI. 4. Dano moral ocorrente e que se revela independentemente de prova do prejuízo. Valor mantido. Entendimento do e. STJ. Precedentes. 5. Honorários advocatícios majorados, na forma do art. 85, §2º, do CPC. 6. Sucumbência recursal aplicada na reconvenção. **APELAÇÃO DA RÉ DESPROVIDA E RECURSO ADESIVO DA AUTORA PARCIALMENTE PROVIDO.** (Apelação Cível Nº 70073090797, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 28/06/2017).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento deste artigo se baseou através de pesquisas realizadas em livros, artigos, e sites especializados em áreas jurídicas para que seja recolhido o maior número de informações possíveis com a finalidade de se esclarecer o tema.

Sendo traçado também uma linha relacionando o conjunto de concorrência desleal com os temas das propriedades industriais, uma vez que os mesmos estão intimamente ligados, necessitando-se, assim, do esclarecimento de todas as áreas que envolvam o Trade Dress.

A amostra baseada em estudos de casos acontecidos em torno do País e

também no Estado de Goiás, vislumbrando os casos práticos ocorridos ao longo dos anos, tendo a fonte documental como principal material para a exemplificação dos casos práticos.

Por fim, foi traçado as fontes utilizadas como pesquisa, na parte das referências bibliográficas, mostrando a veracidade das informações obtidas, gerando uma segurança maior para o trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo do presente, pode-se concluir que o fenômeno do Trade dress apesar de não ter definição legal é entendido como um conjunto de características de uma mercadoria capazes de identificar determinado produto e diferenciá-lo dos demais.

Tal tema também enseja o que é chamado de concorrência desleal, posto que, o conjunto de características do produto passou a ser constantemente copiado não só no Brasil, mas também no mundo durante as últimas décadas.

Devido a crescente onda de criminalidade no ramo da propriedade industrial, bem como a falta de punição adequada para esse tipo de infração, o tema passou a ser constantemente estudado o que levou à sua definição mais adequada e um entendimento unificado/doutrinário do que seria essa modalidade. Exemplo disso são os vários julgados existentes em vários estados do País; entretanto, apesar de constantemente julgado e analisado o tema passa despercebido nos olhos daqueles que mesmo conhecendo a lei, desconhece as modalidades da propriedade industrial e seus desdobramentos, ou até mesmo, os crimes que os acarretam.

Devido a isso, é crescente a falta de denúncias das infrações cometidas contra esta modalidade, posto que não se sabe ao certo suas tipificações e o grau de sua penalidade, vislumbrando assim que, apesar de conhecido, o tema ainda é pouco discutido e estudado no nosso ordenamento jurídico brasileiro.

REFERÊNCIAS

AREDES, Natália. As formas de proteção do conjunto-imagem, ou trade dress, à luz do direito brasileiro. Disponível em: <https://nataliasaredes.jusbrasil.com.br/artigos/132787408/as-formas-de-protecao-do-conjunto-imagem-ou-trade-dress-a-luz-do-direito-brasileiro>. Acessado em 01/04/2018.

Consultor Jurídico. Concorrência Desleal - STJ determina troca de embalagem

de produto. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2012-abr-25/sabonete-embalagem-trocada-evitar-concorrenca-desleal>. Acessado em 01/04/2018.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html>. Acessado em 01/04/2018.

DECRETO Nº 75.572, DE 8 DE ABRIL DE 1975. Promulgação da Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade industrial revisão de Estocolmo, 1967. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-75572-8-abril-1975-424105-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em 01/05/2018.

DEMIR,2015 apud VIEIRA, Kelly Carvalho. Influência do Trade Dress da Embalagem de Bebida Láctea Fermentada no Comportamento de Compra de Consumidores. Universidade Federal de Lavras. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STO_210_249_27287.pdf. Acessado em 01/05/2018.

LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996. Lei de Propriedade Industrial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm>. Acessado em 01/05/2018.

PORTILHO. Débora. Trade Dress: a Identidade Visual sob a proteção da Propriedade Intelectual. Disponível em: <<http://www.dportilho.com.br/publicacoes/trade-dress-a-identidade-visual-sob-a-protecao-da-propriedade-intelectual/>>. Acessado em 01/06/2018.

MADRONA, Ricardo. Trade Dress no Brasil. Disponível em : <http://www.madronalaw.com.br/artigo/trade-dress-no-brasil/> Acessado em 01/06/2018.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Direito Empresarial Esquematizado. 7. Ed.

Editora Método. Acessado em 01/06/2018.

SOARES, José Tinoco. CONCORRÊNCIA DESLEAL vs. TRADE DRESS e/ou CONJUNTO IMAGEM. São Paulo: Editora Tinoco Soares, 2004. Acessado em 01/05/2018.

_____. O Emprego Inadequado do Termo Trade Dress. Disponível em: <<https://portalintelectual.com.br/portal/o-emprego-inadequado-do-termo-trade-dress/>>. Acessado em 01/05/2018.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?livre=trade+dress&&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO&p=true>>. Acessado em 01/05/2018.

TOMAZETTE, Marlon. Curso de Direito Empresarial: Teoria Geral e Direito Societário 1. 8. Ed. São Paulo: Atlas 2017. Acessado em 01/05/2018.

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA: FATORES AGRAVANTES DOS TRANSTORNOS DE ANSIEDADE EM USUÁRIOS DE REDES SOCIAIS

Patrícia Arantes Morais Fernandes¹
Simone Pereira de Oliveira Azambuja²

RESUMO

O grande fluxo de informações diárias tem de alguma forma causado mudanças no comportamento das pessoas, a facilidade no acesso ao mundo virtual, o contato com inúmeras pessoas ao mesmo tempo, informações sobre intimidade de cada um, troca de mensagens instantâneas, são exemplos do que muitos buscam nas redes sociais. Devido a esta realidade abusiva da virtualidade este artigo através de uma revisão bibliográfica faz um levantamento dos fatores que podem gerar e agravar os transtornos de ansiedade em usuários de redes sociais, como também conhecer os instrumentos que podem identificar por meio da avaliação psicológica os pontos que alimentam os transtornos de ansiedade associados às redes sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Transtornos de Ansiedade, Redes Sociais, Avaliação Psicológica.

ABSTRACT

The great flow of daily information has somehow caused changes in people's behavior, the facility of access to the virtual world, contact with countless people at the same time, intimacy information about each one, instant message exchange, are examples of what many are looking for in social networks. Due to this abusive reality of virtuality this article through a bibliographical review makes a survey of the factors that can generate and aggravate the anxiety disorders in users of social networks, as well as to know the instruments that can identify through psychological evaluation the points that feed the anxiety disorders associated with social networks.

KEY-WORDS: Anxiety Disorders, Social Networks, Psychological Assessment.

INTRODUÇÃO

Em nossa atualidade global tem se aumentado cada vez mais as plataformas digitais e com isso vem facilitando o acesso a informações disponíveis por meio das redes sociais, é importante entender como o uso excessivo dessas tecnologias pode interferir no estilo de vida das pessoas (CAMPOS; SILVA, 2012.p.3).

1 Graduada em Psicologia, Discente do Curso de Especialização de Gestão em Avaliação Psicológica da Faculdade Albert Einstein – FALBE. E-mail: psiafernandes@gmail.com

2 Professora orientadora, Psicóloga, Docente do Curso de Especialização em Avaliação Psicológica da FALBE, Mestre em Psicologia, Especialista em Psicologia Jurídica, Especialista em Psicologia do Trânsito. E-mail: simoneazambuja@yahoo.com.br

O acesso instantâneo as informações gera agilidade e praticidade no cotidiano, mas por outro lado deixa de exercitar algumas habilidades importantes para um desenvolvimento psicossocial saudável.

Também se tem perdido a capacidade de saber esperar, a ter resiliência acerca das frustrações, com isso acarretando grandes prejuízos sociais e emocionais, o uso excessivo das redes sociais pode ter seus benefícios, mas sabemos que podem trazer uma série de problemáticas (OBELAR, 2016,p.6).

De acordo com a visão de Mizruchi (2006,p.12), as redes sociais influenciam cada vez mais o comportamento dos indivíduos, como de grupos e as relações humanas são afetadas pelo uso constante dessas ferramentas. E uma questão é levantada, esse uso excessivo pode ter uma correlação com o aumento dos transtornos ansiosos, como está sendo avaliado esta variável no campo da psicologia?

Este estudo teve como objetivo identificar os fatores que agravam os transtornos ansiosos, devido o uso excessivo das redes sociais, podendo contribuir para a área de avaliação psicológica, mostrando quais as ferramentas que se podem utilizar para auxiliar nos diagnósticos.

Para tal foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que segundo LAKATOS e MARCONI (p.230.2003) é uma linha de pesquisa que permite levantar, selecionar documentos já publicados, por exemplo, em livros, revistas, boletins, monografias, teses e dissertações. Colocando assim o pesquisador em contato direto com todo material já escrito.

Na primeira parte buscou-se esclarecer o que venha ser ansiedade, bem como as diferenças entre ansiedade normal e ansiedade patológica, para que se tenha um esclarecimento adequado dos dois termos.

No segundo momento foram caracterizados os principais transtornos ansiosos que podem surgir quando não se tem controle da ansiedade normal, e o que pode trazer de prejuízos de quem acometem.

Após essa separação acima, foi discorrido sobre as redes sociais, o que elas são, o que as mesmas podem trazer para a vida de uma pessoa, quais podem ser as consequências do uso em demasia, mas para auxiliar na construção desse conhecimento destacaram-se as principais ferramentas que o profissional da área psicologia deve ter em suas bases de estudo nesta temática.

ANSIEDADE NORMAL X ANSIEDADE PATOLÓGICA

RAMOS (2011, p.366) afirma que ansiedade é considerada como uma emoção normal, que faz parte da nossa experiência humana, ela tanto é um mecanismo que nos auxilia para nos defender, para que diante de uma situação

problema que encaramos se torne uma característica de adaptação, que é um papel de mediação entre a interação do indivíduo com o meio ambiente.

De forma geral, a ansiedade é um sinal de alerta para uma advertência sobre os perigos reais ou irreais. Diante disso, muitas vezes não se encontra medidas para combater essa ameaça. (OBELAR, 2016, p.6).

Segundo Castillo et al. (2000, p.20) a ansiedade é um sentimento impreciso que traz medo e inquietação. Caracterizada por uma ameaça ou desconforto por antecipação de um risco, de algo que não se conhece, que é inusitado.

A ansiedade sempre esteve presente no cotidiano das pessoas, atualmente observa-se uma geração intitulada como “Geração da Ansiedade” devida á uma lista abundante de prazos, competitividade, custos e compromissos. O peso emocional desencadeado das precipitações acaba gerando transtornos inesperados associados á ansiedade e como consequência o desenvolvimento de fobias (GUIMARÃES, 2015.p.126).

Conforme APA (2014.p.189) os transtornos de ansiedade diferenciam-se de acordo com o tipo de objeto ou situações cognitivas associadas. Embora os transtornos de ansiedade tendem a se associar entre si, eles podem ser diferenciados pelo diagnostico detalhado dos tipos de situações que são receosas ou evitadas pelo conjunto dos pensamentos ou crenças associados.

Os transtornos de ansiedade tem influenciado de forma negativa o desempenho social das pessoas, esse um assunto é muito abordado entre profissionais, pessoas comuns, muitos são rotulados por serem ansiosos demais. E para esclarecer o que vem a ser um transtorno ansioso, é importante listar alguns dos mais conhecidos e estudados: Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG), Fobias Específicas, Fobial Social, Transtorno do Pânico e Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC).

2.1 Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG)

O Transtorno de ansiedade generalizada é identificado pelas características primordiais como a ansiedade e apreensão aumentada acerca de diferentes eventos ou atividades. A potência, a duração ou frequência da ansiedade é desigual á chances reais de um evento antecipatório. Adultos com esse transtorno se preocupam constantemente com situações problemas rotineiros da vida, por exemplo: responsabilidade no trabalho, finanças, sua própria saúde e de outrem. (OBELAR, 2016, p.6).

Surge na maioria das vezes pensamentos distorcidos acerca da realidade como imaginar que algo trágico irá ocorrer com uma pessoa da família, indivíduos com esse transtorno de ansiedade generalizada relatam um sofrimento único

que só ela mesma pode sentir, não conseguem descrever ao certo a experiência (OBELAR, 2016, p.6).

Uma ressalva importante a se fazer é que o TAG está listado como um dos transtornos de ansiedade mais encontrados na prática clínica. Os sintomas podem se diferenciar ao longo do tempo, fazendo com que não se saiba ao certo o que a pessoa vai sentir em algumas situações (OBELAR, 2016, p.6).

2.2 Fobias Específicas

Podem ser definidas como fobias específicas situações que se prevaleça o medo exagerado e continuo relacionado a um determinado objeto ou situação. Fobias específicas se diferem quanto ao medo normal, de quando, por exemplo, vemos um animal perigoso. Torna-se um prejuízo quando a reação é excessiva e desadaptativa, fugindo do controle da pessoa. (ARAÚJO, 2011.p.38)

A falta de controle e a desadaptação parte do princípio onde o indivíduo com fobia tende a pensar de forma distorcida sobre alguns eventos ameaçadores, que na verdade não são, visto, no entanto pelo indivíduo como sendo algo irreparável e impossível reação. Pessoas assim criam mecanismos de defesa, evitando situações onde é preciso enfrentar e as superar (ARAÚJO, 2011.p.38).

O comportamento de evitação constante incapacita o sujeito de avaliar de forma correta suas crenças, e cada vez mais elas são reforçadas. Dessa forma por não ter a consciência de que seu medo é irreal, a pessoa com esse transtorno passa a sentir vergonha e evita situações de convívio social (ARAÚJO, 2011.p.38).

2.3 Fobia Social

A fobia social é caracterizada por um medo exacerbado e perseverante de uma ou mais situações sociais ou de comportamento. A pessoa tem receio de demonstrar sinais de ansiedade que possam lhe causar certa humilhação e que traga também constrangimento perante uma exposição á situação social (REY;PACINI, 2006.p.270).

A pessoa que tem sintomas fóbicos sociais tem dificuldades em contextos de trabalho, acadêmicos e sociais, pois causam um sofrimento aumentado. Por expor em público acabam sentindo medo de fracassem e não de desempenharem de forma esperada pela sociedade (REY;PACINI, 2006.p.270).

Outros fatores que se destacam na pessoa com o transtorno especificado é a sensibilidade exagerada que os indivíduos sentem perante criticas. Elas se percebem de forma negativa diante dos outros, carregam sentimentos de

inferioridade e são poucas assertivas (REY;PACINI, 2006.p.270).

2.4 Transtorno do Pânico

O transtorno do pânico é definido como os frequentes ataques de pânico, apresenta sensações de medo ou mal-estar, seguido de sintomas físicos e cognitivos e que acontecem de maneira inesperada, podendo ter um período de prevalência considerável. Os ataques promovem preocupações duradouras ou alterações importantes no comportamento da pessoa e a convicção de que poderá voltar a acontecer à mesma situação (SALUM;BLAYA; MANFRO.2009.p.87).

O conhecimento dos profissionais, como médicos e profissionais da saúde em geral é de extrema importância, pois são eles que inicialmente fará o atendimento do indivíduo em crise. Por se entender que existe uma alta prevalência dos ataques de pânico isolados da síndrome completa, é preciso lembrar que existem outros problemas como uma crise de ansiedade (SALUM;BLAYA;MANFRO.2009.p.87)

Sobre a avaliação dos pacientes com o transtorno do pânico vale salientar que é feito de forma diferencial e que podem dizer sobre outros problemas de saúde. O cuidado que se deve tomar é a caracterização desses problemas de saúde como sendo o transtorno do pânico (SALUM;BLAYA;MANFRO.2009.p.87)

2.5 Transtorno Obsessivo Compulsivo

Transtorno obsessivo-compulsivo (TOC) é definido pela presença de obsessões e compulsões. As obsessões são ideias, pensamentos, imagens ou exaltações repetitivas e persistentes que são vivenciados como algo invasivo e gerador de ansiedade. Não se trata apenas de preocupações exageradas em relação a problemas rotineiros. O indivíduo que se enquadra neste transtorno tenta evitar, de alguma maneira enfrentar eventos que traga um desconforto. (GONZALEZ, 1999, p.29).

Já quando se fala de compulsões, é referido a comportamentos repetitivos ou pensamentos a fim de reduzir a ansiedade e afastar as obsessões. Esses rituais, como assim são chamados, com frequência são notados como algo sem sentido e a pessoa tem consciência que seu comportamento é irracional (GONZALEZ, 1999, p.29)

Os comportamentos compulsivos mais comuns são: higienização das mãos, contagem, preocupação com sujeiras corporais, organização de objetos, medo de que algo terrível vai acontecer com alguém próximo. São alguns dos sintomas relatados por pessoas neste quadro. O diagnóstico de TOC é feito

baseado no tempo em que os sintomas se apresentam na vida do indivíduo. Precisa-se que os sintomas se repitam por mais de uma hora por dia (GONZALEZ, 1999, p.29).

Como descrito acima cada transtorno ansioso tem sua particularidade, que envolve o tempo que ocorre na vida da pessoa, quais são os sintomas entre outros aspectos, mas não basta apenas ter este conhecimento. Para que se tenha uma intervenção psicológica adequada, é importante que a pessoa que tenha os sintomas destacados acima passe por uma avaliação psicológica, só assim poderá se iniciar uma mudança eficiente na vida do indivíduo.

3 REDES SOCIAIS COMO AGENTE POTENCIALIZADOR DOS TRANSTORNOS ANSIOSOS

As redes digitais surgiram para revolucionar o acesso das pessoas, para facilitar a comunicação. Uma das formas mais conhecidas até hoje é o uso dos e-mails, ferramenta essa que auxiliava na troca de informações. Com o passar dos anos, com a evolução tecnológica, surgiram redes de contatos e uma lista gigante de aplicativos (CAMPOS; SILVA, 2012.p.3).

Desde a chegada dos primeiros computadores e aparelhos de telefone celular na vida das pessoas, percebe-se o aparecimento de mudanças significativas nos costumes, nos hábitos, nas relações sociais e pessoais, nos comportamentos e nas emoções resultantes dessa interatividade (MAZIERO apud KING; NARDI, 2014.p.74).

Com todo o aparato tecnológico, vê-se a influência que hoje se tem das redes sociais no cotidiano das pessoas. O uso e abuso devido à velocidade de informações transmitidas pelas redes sociais submetem as pessoas a um descontentamento com aquilo que não é rápido. Questão de segundos, por exemplo, uma foto pode ser postada no perfil de um usuário (CAMPOS; SILVA, 2012.p.3).

Segundo (Silva, 2017.p.93) o uso da tecnologia digital está ligada com a capacidade que a pessoa tem em acessar sua conexão auditiva, óptica e também afetiva, podendo assim afetar a capacidade cognitiva, que pode ser algo positivo ou negativo, tudo vai depender da forma e da energia gasta com essa ferramenta.

As redes sociais são úteis desde que modere seu uso e elimine sua dependência para não se desenvolver um desequilíbrio emocional. As relações sociais estão no limiar tecnológico, existe a necessidade das pessoas de uma constante verificação de tudo o que se é divulgado e uma busca incansável de se estar sempre atualizado sobre aos acontecimentos com as outras pessoas

(SILVA, 2017.p.93)

Muitos podem ser os impactos associados ao uso exagerado da internet e das redes sociais, podem estar correlacionados com os sintomas depressivos, problemas nas relações interpessoais, diminuição nas atividades e no diálogo social, com toda esse histórico de mudanças pode-se também ver o aumento da impaciência das pessoas por conta da pressão pela resposta rápida (SÁ, 2012.p.137).

Em qualquer momento pode ser ter o acesso facilmente das redes sociais, a própria dinâmicas dos aplicativos envolvidos são usados para reforçar o comportamento das pessoas de utilizarem o que é virtual. A preocupação se inicia quando há um intenso uso compulsivo da internet (MOROMIZATO et al.2017.p.498).

Outro fato importante que se deve salientar é a forma com que se é utilizada essa ferramenta, o uso inadequado impede as pessoas conciliarem tantas informações com suas vidas pessoais gerando assim um desorganização emocional. (SÁ, 2012.p.137).

O tempo desenfreadamente gasto resulta em pessoas desinteressadas em sua realidade, desencadeando uma crescente irritabilidade entre os usuários, como assim são chamados. Erradicaliza-se o empenho em atividades sociais, relacionamentos familiares e amorosos se tornam superficiais além de alterações na qualidade do sono, na alimentação e em atividades cotidianas (MOROMIZATO et al.2017.p.498).

Além disso, fica cada vez mais evidentes o aumento de transtornos de humor, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, ansiedade, ansiedade social, solidão, baixo autoestima, comportamento agressivos e, de forma geral, prejuízos na saúde mental. A problemática está em que os dependentes dessa ferramenta acham que tem um controle, mas na verdade estão sendo controlados (FORTIM; ARAÚJO. 2013 p.294).

O descontrole citado acima diz respeito á outro tema importante que é ansiedade, a ansiedade em controle é algo que faz parte da vida de uma pessoa, pois ela é benéfica quando a mesma nos ajuda a ter dedicação com alguma atividade cotidiana. Como por exemplo, ter uma expectativa sobre uma viagem de trabalho, que no fim pode gerar resultados positivos para a pessoa. Mas quando a ansiedade é em excesso, que atrapalha o individuo em suas atividades rotineiras, podemos então dizer que ela acaba se tornando uma ansiedade patológica (CASTILLO et al. 2000, p.20).

Os transtornos ansiosos decorrem de varias situações , depende muito do contexto que o individuo vive, hoje as pessoas pensam rápido, por que precisam responder com agilidade devido todo esse excesso de informações. Não tem

mais uma percepção do campo existencial, a preocupação iminente é sobre quantas vezes se conseguiu acessar os perfis das redes sociais, o tempo gasto nessa atividade é muito grande, a internet é algo tão essencial como ter que se alimentar (MORAES.2014.p.1-17).

Mesmo sendo uma emoção importante para nossa sobrevivência, em demasia a ansiedade pode se tornar um fator preocupante, causando-lhe prejuízos significativos em sua vida cotidiana. Dentro deste tema encontram-se algumas particularidades como alguns tipos de transtornos ansiosos sendo importante identificar os que mais ocorrem na nossa atualidade e que podem ser provocados ou potencializados pelo uso indiscriminado do mundo virtual. (GUIMARÃES et al, 2015.p.116).

Um estudo realizado por Moromizato et al.2017, aborda “O Uso de Internet e Redes Sociais e a Relação com Índícios de Ansiedade e Depressão em Estudantes de Medicina”, mas cabe esclarecer que o tema pautado será a relação deste uso com a ansiedade.

A pesquisa foi realizada em um público específico, mas independente de ter sido realizado apenas com estudantes, podemos listar quais são os malefícios encontrados na rotina das pessoas que utilizam as redes sociais em excesso. Um dos pontos discutidos foi o baixo rendimento social do indivíduo, a pessoa passa a se tornar instável emocionalmente, há um grande aumento de sintomas ansiosos, por sua vez trazendo consigo comportamento inibidos e com baixa autoestima (MOROMIZATO et al.p.501,2017).

O uso inadequado da internet traz diversos problemas, as pessoas não conseguem gerenciar seu tempo, os prejuízos envolvem conflitos nas atividades cotidianas, também os relacionamentos de amizade e familiares acabam se tornando distantes. Ao utilizar o tempo de forma desorganizada o indivíduo já não tem noites suficientes de sono e com esse fator ocasiona mudanças de humor (MOROMIZATO et al.p.502,2017).

A problemática envolvida diante do uso abusivo das redes sociais na vida de um indivíduo são os prejuízos psíquicos, nesse momento surgem os transtornos de ansiedade que são considerados um dos principais problemas de saúde mental e bem frequentes em diagnósticos psiquiátricos e psicológicos. É certo de que essa disfunção emocional tem afligindo mais e mais a qualidade de vida do indivíduo (OBELAR, 2016, p.6).

Para tanto se torna importante avaliar de forma adequada se parte dos distúrbios de ansiedade não estejam sendo potencializados pelo uso abusivo de redes sociais no dia-a-dia do indivíduo. E o melhor meio de identificar essas emoções disfuncionais, suas causas e linhas de tratamento é através de uma avaliação psicológica adequada com os instrumentos específicos para tal

(AVOGLIA, 2012.p.182).

4 AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Quando se fala de avaliação psicológica, a primeira ideia que vem é de que se deve aplicar um teste psicológico, na verdade esse termo é amplo. Uma avaliação psicológica é muito além do uso de instrumentos de avaliação. A avaliação psicológica envolve uma atividade mais complexa e se trata de ter conhecimento a respeito do funcionamento psicológico das pessoas. (PRIMI; 2010. p.26).

O instrumento de avaliação psicológica tem que ter padrão, validade, procedimentos sistemáticos, ser confiável e precisa servir de base ao processo da avaliação psicológica. Portanto para que se inicie uma avaliação psicológica precisa-se entender como um todo o fenômeno avaliado. (AVOGLIA, 2012.p.181). Lembrando que esse o fenômeno tem que estar relacionado a algum desajuste emocional, um sofrimento psíquico ou uma inadequação social. Diante desses fatores é possível chegar ao diagnóstico por meio da avaliação psicológica (AVOGLIA, 2012.p.182).

O profissional que for avaliar deve ter conhecimento dos instrumentos, ter habilidades para essa área, formação acadêmica e ser responsável, seguindo todo a ética que o respalda, profissionalmente e socialmente. Todo o saber deve ser baseado em fundamentos teóricos e metodológicos (AVOGLIA, 2012.p.182). O saber fundamentado na teoria é muito importante, por que não é feito uma avaliação pautada nos constructos do senso comum, a base de uma boa avaliação envolve aplicar ferramentas adequadas a cada caso, cada um terá uma demanda específica. E para uma avaliação ter sua validade, precisam-se utilizar instrumentos que se propõe a identificar o real problema, outro ponto importante é fazer uma boa entrevista psicológica.

5 ENTREVISTA PSICOLÓGICA COMO AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

A entrevista é a técnica mais utilizada para a coleta de informações a respeito de uma pessoa em qualquer situação em que se tenha um indivíduo investigando sobre outro, trazendo esclarecimentos sobre a maneira de se comportar, levantar hipóteses do por que se expressam de uma maneira, como pensam, sejam situações específicas ou genéricas (SANTOS p.01,2014).

A entrevista, na prática do psicólogo, baseou-se inicialmente no modelo médico, para aos poucos tornar-se menos voltada para desvendar sintomas de possíveis psicopatologias e sim, esclarecer e permitir entender comportamentos,

habilidades e pensamentos (SANTOS p.04,2014).

Dessa forma criando à possibilidade de planejar melhor o que pode ser feito para solucionar problemas e melhorar o relacionamento social, também outras características que envolvem o comportamento do indivíduo em diversos contextos. Assim dessa forma entende-se que a entrevista é uma ferramenta bastante utilizada pelos profissionais da psicologia (SANTOS p.04,2014).

Entendemos então que a entrevista é a ferramenta de trabalho do psicólogo, está a serviço para um fim específico, ela consegue servir de instrumento para descobrir algo sobre a pessoa, para uma necessidade, algum objetivo que se pretende chegar.

Se for para psicodiagnóstico, por exemplo, obrigatoriamente o psicólogo precisará conhecer psicopatologia, critérios diagnósticos, manuais de transtornos mentais e de classificação de doenças, além de Psicologia do Desenvolvimento (SANTOS p.04,2014).

Com o conhecimento de como fazer uma entrevista eficaz, também envolve a parte importante após a entrevista, que é avaliar com outros instrumentos importantes, como os testes psicológicos como eles podem ser utilizados para o processo de intervenção. Neste caso serão ressaltados os que mais se utilizam no levantamento dos sintomas ansiosos, quais são os instrumentos mais utilizados para essa realidade.

6 INSTRUMENTOS PARA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA EM TRANSTORNOS ANSIOSOS

Segundo Sousa, et.al (2013, p.404), “Atualmente há no Brasil diversos instrumentos disponíveis para a avaliação de ansiedade e de TA. A maioria deles diz respeito a adaptações transculturais, de estilo psicométrico e autoaplicados.” Mas baseado na listagem feita pelo SATEPSI, que é o sistema de avaliação de testes psicológicos desenvolvido pelo Conselho Federal de Psicologia que divulga informações sobre os testes psicológicos aos profissionais da área, há uma defasagem de material quando se fala em avaliar os transtornos ansiosos.

De uma lista feita pelo satepsi, encontra-se atualmente validado para o uso os seguintes instrumentos: Inventário de Ansiedade Beck (BAI), Inventário de Habilidades Sociais (IHS-Del-Prette), Rorschach - Sistema Compreensivo.

6.1 Inventário de Ansiedade de Beck (BAI)

“O Inventário de Ansiedade de Beck (BAI) é um instrumento de avaliação de sintomas característicos de ansiedade e foi desenvolvido para atender às

necessidades de um instrumento que discrimine de forma confiável a ansiedade da depressão” (CUNHA, 2016.p.5).

A escala é composta por 21 itens que refletem manifestações somáticas, cognitivas e afetivas características de ansiedade e refere-se aos sintomas que incomodaram o indivíduo na última semana, podendo variar de 0 a 63. Para cada questão, o indivíduo deve escolher um entre quatro níveis de ansiedade em uma escala Likert que varia de 0 a 3. (LACERDA, 2017.p.3)

A aplicação deste inventário é fácil, ele pode ser realizado de duas formas, uma é a auto-administrativa, que tem uma duração de 5 a 10 minutos, já a outra forma é oral em média de 10 minutos. Outro ponto importante é que se deve estar atento às condições para administração da escala, a mesma não oferece dificuldades importantes, mas deve observar se a pessoa que vai responder o questionário consegue entender qual maneira correta do preenchimento, não pode ter perguntas sem respostas. (CUNHA, 2016.p.14).

Segundo (CUNHA, 2016.p.15), apontam para o fato de que uma inspeção dos sintomas descritivos pelo paciente fornece uma padrão de queixas auto-relatadas, quer predominem queixas somáticas, associadas a aspectos de ansiedade subjetiva ou associada ao pânico. Portanto examinar grupos específicos de sintomas pode favorecer a realização de um diagnóstico diferencial.

Neste fator a escala é muito eficaz por que ela separa justamente sintomas que apresentam na maioria das pessoas que sofrem com uma ansiedade normal ou patológica, podendo assim com rapidez realizar um diagnóstico.

6.2 Inventário de Habilidades Sociais (IHS-Del-Prette)

Inventário de Habilidades Sociais (IHS-Del-Prette). Instrumento de autorrelato para a avaliação das dimensões situacional e comportamental molar das habilidades sociais, contendo 38 itens, cada um deles descrevendo uma relação interpessoal e uma possível reação àquela situação. A resposta a cada item pode ser classificada de 0 (nunca ou raramente) até 4 (sempre ou quase sempre) e em uma escala de 5 pontos, com escore total variando de 0 a 152 (ANGÉLICO; CRIPPA; LOUREIRO,p.469,2012).

O inventário pode ser aplicado tanto coletiva quanto individualmente, pode ser facilmente corrigido. Inicialmente, aplica-se o crivo de pontuação e inversão dos itens na folha de resposta, somando os valores e obtendo assim o escore total do teste, que em seguida é transformado em percentil por meio da tabela amostral por gênero (LIMA, p.277,2006).

É um instrumento que não avalia diretamente a ansiedade, ele tem como

finalidade levantar o repertório de habilidades sociais em diferentes situações cotidianas. Ser de auto-relato se dá pela facilidade que os instrumentos organizados desta forma demonstram em seu uso (LIMA,p.277,2006). Mas conforme (Angélico et. al, (2012 p.469) pode se concluir que indivíduos com transtornos de ansiedade social apresenta uma queda significativa em suas habilidades sociais.

O inventário permite identificar o repertório de habilidade social da pessoa avaliada, como falado anteriormente que pessoas com transtornos ansiosos têm uma queda em suas habilidades sociais, não apenas mostrar que a pessoa tem dificuldades, mas auxiliar a pessoa com a inserção do treino de habilidades sociais. Também podendo acompanhar com o instrumento o processo de mudança da pessoa nessa dificuldade

6.3 Psicodiagnóstico Rorschach - Sistema Compreensivo

É um teste composto por pranchas, as quais possuem manchas de tinta onde o avaliado deve dizer sobre o que aparece em cada uma delas, o Rorschach é um instrumento que, em parte, se concebe em uma tarefa de solução de problemas e que permite uma exploração objetiva do estilo de estruturação cognitiva do sujeito, em parte representa uma exploração subjetiva de imagens temáticas (FARAH; AMARAL, p.109, 2008).

Este instrumento é de uma complexidade maior. Deve ser realizado com muita atenção, é necessário experiência e estudo para ser aplicado. O Sistema Compreensivo foi desenvolvido por Exner, contribuindo e acrescentando maior credibilidade ao método (FARAH; AMARAL, p.109, 2008).

Embora não se tenha muita literatura que mostre sinais de transtornos ansiosos no Rorschach e que permita identificar precisamente os sintomas, a aplicação desse instrumento pode mostrar o aumento de variáveis que mostram a presença de experiências de desconforto psicológico, que são possivelmente relacionados com a antecipação do perigo e ao medo da perda de controle, sintomas esses relacionados a experiências de ansiedade (FARAH; AMARAL,p.117,2008)

Um estudo realizado por (FARAH; AMARAL,p.117,2008) pode avaliar com o uso do Rorschach - Sistema Compreensivo, algumas alterações nas variáveis "M" (movimento inanimado), Y (sombreado difuso) - variáveis que melhor refletem a presença de experiências de desconforto psicológico associado a circunstâncias externas. As alterações foram identificadas em paciente diagnosticado com Transtorno do Pânico, essas pessoas tiveram uma média maior do que o grupo controle.

A variável “M” é uma das variáveis que mostra a presença de experiências que geram desconforto psicológico relacionado a situações externas, ou melhor, dizendo ao estresse. O seu aumento evidencia que o sujeito está submetido a uma maior tensão do que o de costume, denunciando uma experiência negativa (FARAH; AMARAL, p.112,2008).

Este instrumento é de grande valia para avaliações psicológicas, pois possui um gama de fatores relacionado à personalidade humana, ao mesmo tempo em que é complexo, em sua aplicação é eficaz, pois o mesmo permite a utilização de pranchas específicas para cada demanda.

7 CONCLUSÃO

Através deste estudo foi possível verificar que o uso excessivo das redes sociais pode gerar problemas em diversos setores da vida do indivíduo. Mudanças significativas de comportamento, de humor e diversos sentimentos muitas vezes não compreendidos e não elaborados, como por exemplo, uma constante insatisfação quando as necessidades não podem ser atendidas no momento desejado, o comportamento intolerante e imediatista se manifesta.

O imediatismo envolve desencadeia ansiedade, aflição, inquietação e sensações físicas desagradáveis, e o simples, aparentemente acaba se tornando um grande problema. Por que tem-se perdido a habilidade em lidar com frustrações, a espera se torna tortura. Comportamento este facilmente identificado durante o uso do telefone celular, ao enviar uma mensagem a espera de uma resposta rápida se torna motivo para expectativa e aflição.

Além disso, pode-se identificar através da literatura, que as redes sociais tendem a gerar comportamentos viciantes, que acarretam níveis altos de ansiedade social, isolamento e diminuição das habilidades sociais. Nos dias atuais as informações são geradas e repassadas por questões de segundos, o que se torna um dos fatores que reforçam nas pessoas a dificuldade em tolerar a espera, com isso os indivíduos que utilizam redes sociais perdem vários comportamentos habilidosos socialmente.

O tempo em que se passa dialogando virtualmente tira o contato pessoal, favorecendo a perda de habilidades sociais e de comunicação, pois virtualmente é possível estar em contato com várias pessoas ao mesmo tempo, obtendo assim mais informações, numa velocidade maior e num curto espaço de tempo, situação que envolve o indivíduo por horas.

Outro ponto importante que também se apresentou foi de que há uma necessidade de construir mais ferramentas psicológicas para o levantamento dos transtornos ansiosos, não que as já existentes não consigam ter sua validade

e sua eficácia, mas como este tema ansiedade tem crescido bastante em nossa atualidade, as demandas têm sido cada vez maiores.

Então se faz importante estar trabalhando para a construção de novas ferramentas de avaliação psicológica que especificam mais sobre a relação da ansiedade com o uso de redes sociais, também sobre como identificar a ansiedade normal da patológica.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA) (2014). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM 5. M. I. C. Nascimento (Ed.). Porto Alegre: Artmed.

ANGÉLICO,P.A, CRIPPA,S.A.J, LOUREIRO,R.S. Utilização do inventário de habilidades sociais no Diagnóstico do Transtorno de Ansiedade Social, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Psicologia: Reflexão e Crítica, 25 (3), 467-476.2012

ARAÚJO.G.N. Fobia específica: passo a passo de uma intervenção bem-sucedida. Revista Brasileira de Terapias Cognitivas 2017. (2) p.37-45.

AVOGLIA,C.R.H. O sentido da avaliação psicológica no contexto e para o contexto: uma questão de direito, INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR.n, 16.2012

CAMPOS,P.M.SILVA.P.L.Redes Sociais:benefícios e malefícios.UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL. v.1.p.1-8.2012.

CASTILLO,A.R.G.; RECONDO, R.;ASBAHR, F.R; MANFRO,G.G. Transtornos de Ansiedade. Revista Brasileira de Psiquiatria, 22 (2000): 20-23. Disponível em: Acesso em: 11/01/18

D'EI.R.F.G.; PACINI.A.C. Terapia Cognitivo-Comportamental da fobia social:

modelos e técnicas. *Psicologia em Estudo*, v. 11, n. 2, p. 269-275,2006.

FARAH,Z.H.F, AMARAL,V.E.A. O Transtorno do Pânico e o Rorschach no sistema compreensivo. UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO, *Boletim de Psicologia.v. LVIII, Nº 128: 103-119,2008.*

FIGUEIRA. I; MENDLOWICZB.M. Diagnóstico do transtorno de estresse pós-traumático. *Rev Bras Psiquiatria* ,25(Supl I):12-6.2003.

FORTIM; I.I. ARAÚJO.A. Aspectos psicológicos do uso patológico de internet. *Bol. Acad. Paulista de Psicologia*, São Paulo, Brasil - V. 33, no 85, p. 292-311,2013.

GONZALEZ, H.C. Transtorno obsessivo-compulsivo. *Rev Bras PsiquiatrGenética* - vol. 21 – p.29-31,1999.

GUIMARÃES, V.M.A. Transtornos de ansiedade: um estudo de prevalência sobre as fobias específicas e a importância da ajuda psicológica. *Ciências Biológicas e da Saúde | Maceió* ,v. 3, n.1, p. 115-128, 2015.

KING, A. L. S.; NARDI, A. E. A. O que é Nomofobia? Histórico e Conceito. In: KING, A. L. S.; NARDI, A. E.; CARDOSO, A. (Ed.). *Nomofobia: dependência do computador, internet, redes sociais? Dependência do celular?* 1. ed. São Paulo: Atheneu,, 2014b. p. 1-28.

LACERDA,M.S, et al. Ansiedade, estresse e depressão de familiares de pacientes com insuficiência cardíaca. *Rev Esc Enferm USP*. 51. 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do Trabalho Científico*. 5º. ed. - São Paulo : Editora Atlas 2003.

MAZIERO. B,M.; OLIVEIRA, A.L. Nomofobia: Uma revisão Bibliográfica. Unoesc & Ciência - ACBS Joaçaba, v. 8, n. 1, p. 73-80, jul./dez. 2016

MIZRUCHI, M. S. Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. Revista de Administração de Empresas, v.46, n.3, p.10-15, 2006.

MORAES, D.C. A Internet como ferramenta tecnológica e as consequências de seu uso: Aspectos positivos e negativos. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza. Ano MMXIV ,n.55,2014.

MOROMIZATO,S.M et al.O Uso de Internet e Redes Sociais e a Relação com Índícios de Ansiedade e Depressão em Estudantes de Medicina. Revista Brasileira de Educação Médica 41 (4) : 497-504; 201.

PRIMI.R. Avaliação Psicológica no Brasil: Fundamentos, Situação Atual e Direções para o Futuro, UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO,Psicologia: Teoria e Pesquisa 2010, Vol. 26 n. especial, pp. 25-35.

RAMOS,R.T.Transtornos de ansiedade. Revista Brasileira de Medicina,São Paulo,v.66,p.365-374,2009.

SÁ, G. M. À frente do computador: a Internet enquanto produtora de dependência e isolamento Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXIV, 2012, pág. 133-147.

SALUM.A.G.;BLAYA.C.;MANFRO.G.G.Transtorno do pânico.Revista Psiquiátrica RS.31(2):86-94,2009.

SANTOS; G.S. A entrevista em avaliação psicológica. Revista Especialize On-line IPOG - Goiânia – Edição Especial nº 008 Vol.01, 2014.

SATEPSI.CFP.ORG.BR ACESSO EM 10/02/2018

SILVA,O.T.;SILVA.G.T.L.Os impactos sociais, cognitivos e afetivos sobre a geração de adolescentes conectados às tecnologias digitais. Rev. Psicopedagogia 2017; 34(103): 87-97.

HOMESCHOOLING: ASPECTOS JURÍDICOS E ASPECTOS PEDAGÓGICOS

Michelle Izabelle Dias Cruz ¹

RESUMO: Os processos educativos e metodológicos modificam-se no decorrer do tempo, atendendo às necessidades da sociedade e dos alunos em seu processo de ensino-aprendizagem. Partindo disso, têm se tornado cada vez mais frequentes as discussões acerca da Homeschooling, como prática educativa em que o ensino das disciplinas e conteúdos deixaria de ser ministrado nas instituições de ensino e passaria a ser responsabilidade dos pais, no ambiente doméstico. Assim, os objetivos deste artigo são elencar definições acerca da Homeschooling e compreender os principais aspectos jurídicos e pedagógicos que englobam tal prática. Para isso, far-se-á uso de pesquisa em livros e sites, traçando um paralelo entre os principais projetos de lei e propostas de emendas constitucionais e as perspectivas desta ação enquanto prática educativa. Espera-se que este artigo inspire estudos posteriores que levem à discussão, divulgação de informações e ampliação de conhecimentos acerca da temática abordada.

Palavras-chave: Educação. Legislação. Ensino Domiciliar.

HOMESCHOOLING: LEGAL ASPECTS AND PEDAGOGICAL ASPECTS

ABSTRACT: Educational and methodological processes change in the course of time, attending to the needs of society and students in their teaching-learning process. From this, discussions about Homeschooling have become increasingly frequent as an educational practice in which the teaching of subjects and content would no longer be taught in educational institutions and would become the responsibility of parents in the home environment. Thus, the objectives of this article are to list definitions about Homeschooling and to understand the main legal and pedagogical aspects that encompass such practice. In order to do this, we will use research on books and websites, drawing a parallel between the main bills and proposals for constitutional amendments and the perspectives of this action as an educational practice. It is hoped that this article will inspire further studies that lead to the discussion, dissemination of information and expansion of knowledge about the topic addressed.

Keywords: Education. Legislation. Home Teaching.

INTRODUÇÃO

A maneira como a sociedade organiza o processo educativo de crianças e adolescentes atende às necessidades sociais observadas em cada época e às especificidades de organização do processo de ensino-aprendizagem em conformidade com objetivos a serem atingidos. Atualmente, percebe-se o

¹ Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário de Patos de Minas; Pós-graduada em Educação Especial Inclusiva pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci; Pós-graduada em Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia pela Faculdade de Educação São Luís; Bacharelada em Direito pela Faculdade Almeida Rodrigues e Mestranda em Ciências da Educação. Analista Judiciária- área especializada – Pedagogia do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. (mipedagog@hotmail.com)

crescimento da discussão acerca da possibilidade da Homeschooling no cenário educacional brasileiro, em contrapartida à prática educativa em instituições de ensino (centros de Educação Infantil ou escolas).

A Homeschooling pode ser definida como uma modalidade de ensino, onde os conteúdos que seriam lecionados por professores ou educadores capacitados, passam a ser responsabilidade da família, no ambiente domiciliar. Essa definição é apresentada por Andrade (2014) ao apontar que o termo é usado internacionalmente para identificar uma modalidade de educação específica que é organizada e implementada pelos próprios pais como alternativa de escolarização de seus filhos em casa e não na escola. Em algumas situações no Brasil utiliza-se o termo “Educação Domiciliar”, porém o mesmo autor nos aponta que o termo no gerúndio (Schooling) já sugere a ideia do próprio modelo de educação, apresentando a ideia de continuidade, de movimento. Por esse motivo, neste trabalho não será utilizado o termo em língua portuguesa, mas o termo em inglês, por acreditar-se que que melhor expresse a tendência pedagógica enquanto modalidade de ensino.

Ao se pensar nas principais definições referentes ao tema, cabe ponderar sobre quais seriam as motivações para que as famílias optassem por essa modalidade. São José (2014) menciona que os motivos que levam as famílias a optarem pela Homeschooling, sendo os principais: valores religiosos, flexibilidade de horários, liberdade em optar por um currículo diferenciado, bem como a possibilidade de prosseguir ou retrosseguir nos conteúdos de acordo com o desenvolvimento específico do educando. No Brasil, conforme a autora, é comum ainda aliar esses argumentos a outros como a má qualidade do ensino, falta de segurança no ambiente escolar e grande recorrência de violências físicas e psicológicas sofridas por alunos em instituições escolares. Por outro lado, a autora nos aponta que os posicionamentos contrários a tal modalidade destacam a instituição escolar como espaço de socialização, onde se trabalham as diferenças e as regras, importantes para a percepção da vivência social.

Apesar desta discussão ter ganhado maior força nas últimas décadas, essa prática já acontece de maneira efetiva em vários países do mundo, sendo o ensino ministrado principalmente pelos pais. Vieira (2012) afirma que em pelo menos 63 países a Homeschooling não é proibida por lei, todavia a ausência ou a precariedade de registros confiáveis faz com que seja difícil calcular a população mundial de tal modalidade. São exemplos destes países Estados Unidos, Áustria, Bélgica, Canadá, Austrália, França, Noruega, Portugal, Rússia, Itália e Nova Zelândia. Na maior parte destes países, existem regulamentações em que os alunos realizam avaliações anuais para comprovar sua aprendizagem e desenvolvimento compatível com sua idade. Vieira (2012) aponta que, somente

nos Estados Unidos, estima-se que 2,04 milhões de crianças sejam educadas em suas residências, totalizando a maior parcela populacional de um país que se tem notícia. Todavia, países como a Alemanha e a Suécia criminalizam tal prática.

No Brasil, as famílias ainda têm encontrado limitações ao optarem por essa modalidade de ensino. Isso acontece porque não existe regulamentação que defina tal prática. De acordo com Moreira (Global Home Education Conference – GHEC 2016), existem no Brasil cerca de 5000 famílias adeptas desse tipo de ensino, todavia esse número não é preciso, inclusive pelo receio de algumas famílias de serem penalizadas ou culpabilizadas ao realizarem a Homeschooling. O próprio Código Penal Brasileiro, em seu capítulo III (Dos Crimes contra a Assistência Familiar) define em seu Art. 246 o chamado “crime de abandono intelectual”, o qual se refere “àquele que deixar, sem justa causa, de prover à instrução primária de filho em idade escolar”. Nesse viés, conforme nos traz Vieira (2012), desde que se iniciou a Homeschooling no Brasil, algumas famílias brasileiras foram visitadas por conselheiros tutelares, além de haver centenas de pais que aguardam a regularização da prática no país.

Ainda que a discussão tenha se dado, em alguns aspectos, de maneira polarizada e resistente à troca de opiniões, cada vez mais a temática tem sido objeto de trabalhos acadêmicos, tanto na esfera da Pedagogia quanto do Direito, evidenciando diferentes percepções e aspectos a serem abordados.

1. ASPECTOS JURÍDICOS DA HOMESCHOOLING

Dentre os diversos aspectos sob os quais se pode analisar a Homeschooling, um dos principais é a perspectiva jurídica. Ao se analisar a legislação brasileira, encontra-se a definição de que a educação se dê em instituição de ensino na Constituição Federal, ao apontar que:

“Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
VII - garantia de padrão de qualidade.
VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)”

A Lei nº 8.069/90, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente também aborda a educação escolar ao definir que:

“Art. 22. Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais. (...)
Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: (...)
V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. (...)
Art. 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.”

A Lei nº 9.394/96, nomeada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aponta no Art. 6º que “É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade.”

Por fim, como já se mencionou o próprio Código Penal define como Abandono Intelectual, em seu Art. 246: “Deixar, sem justa causa, de prover à instrução primária de filho em idade escolar: Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.”

No contexto brasileiro, a temática é recorrentemente debatida na esfera legislativa. Cabe mencionar, neste ponto, que tanto os Projetos de Lei quanto as emendas constitucionais identificadas são propostas de alteração das normas jurídicas vigentes. Enquanto a PEC busca alterar a Constituição Federal, o PL tem por objetivo criar ou alterar leis, tendo o trâmite mais simplificado.

O Projeto de Lei nº 4.657/94 foi apresentado pelo Deputado João Teixeira (PL/MT) e propunha a criação do ensino domiciliar de primeiro grau – determinando que o currículo obedeceria às normas do MEC e que o aluno prestaria verificação no final do ano, junto à rede estadual de ensino, para capacitá-lo à série subsequente. Este PL encontra-se arquivado.

Em 2001 o Deputado Ricardo Izar (PTB/SP) apresentou o PL nº 6.001/2001, dispondo sobre o Ensino em Casa e também se encontra arquivado. Definia, entre outras coisas, que as escolas teriam que reservar parte de suas vagas à matrícula de alunos que estivessem recebendo a educação básica em casa, no todo ou em parte. Trazia ainda que as crianças e os adolescentes que, comprovadamente, recebessem a educação básica em casa, ficariam dispensadas da matrícula em estabelecimento escolar e da exigência de frequência mínima de 75% da carga

horária mínima anual. Apontava ainda que a responsabilidade pela oferta de educação básica em casa seria dos pais, que em nenhuma hipótese poderiam transferir a tarefa a outra pessoa.

No ano de 2002 foi apresentado pelo Deputado Osório Adriano (PFL/DF- atual DEM) o PL nº 6.484/2002 e propunha a instituição da educação domiciliar no sistema de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.” Foi apensado ao PL nº 6001/2001, seguiam tramitando juntos até serem arquivados em janeiro de 2003.

O PL nº 1.125/03 foi apresentado pelo Deputado Ricardo Izar, porém era idêntica ao PL 6.001/01 e por esse motivo foi devolvido.

Com proposta parcialmente diferente das demais, o PL 4.191/2004, de autoria do Deputado Wladimir Costa (PMDB/PA) dispunha sobre o atendimento educacional especializado em classes hospitalares e por meio de atendimento pedagógico domiciliar.

No ano de 2008 os Deputados Miguel Martini (PHS/MG) e Henrique Afonso (PT/AC) apresentaram o PL nº 3.518/08 que propunha a autorização do ensino domiciliar no ensino básico, acrescentando parágrafo único ao Art. nº 81 da Lei nº 9.394/96, que institui as diretrizes e bases da educação nacional e dispõe sobre o ensino domiciliar. Também foi arquivado.

No mesmo ano, ainda, o Deputado Walter Brito Neto (PRB/PB) apresentou o PL nº 4.122/08, dispondo sobre educação domiciliar. Este Projeto de Lei foi apensado ao PL 3518/2008, pela semelhança identificada em seus conteúdos.

Em 2009 foi apresentada a Proposta de Emenda Constitucional nº 444/09 pelo Deputado Wilson Picler. A proposta era acrescentar o § 4º ao Art. 208 da Constituição Federal, com o texto que afirmava que:

“O Poder Público regulamentará a educação domiciliar, assegurado o direito à aprendizagem das crianças e jovens na faixa etária de escolaridade obrigatória por meio de avaliações periódicas sob responsabilidade da autoridade educacional.”

No ano de 2012 o Deputado Lincoln Portela (PR/MG) apresentou o Projeto de Lei nº 3.179/12, que acrescentava parágrafo ao Art. 23 da Lei nº 9.394/96, para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica. A proposta era de que o texto trouxesse, no § 3º que:

“É facultado aos sistemas de ensino admitir a educação básica domiciliar, sob a responsabilidade dos pais ou tutores responsáveis pelos estudantes, observadas a articulação, supervisão e avaliação periódica da aprendizagem pelos órgãos próprios desses sistemas, nos termos das diretrizes gerais estabelecidas pela União e das respectivas normas locais.”

Em 2015 foi apresentado pelo Deputado Eduardo Bolsonaro o PL nº 3.261/15. Neste projeto, sugeria a autorização do ensino domiciliar na educação básica, formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio para os menores de 18 (dezoito) anos, alterando dispositivos da Lei nº 9.394/96 (LDBEN) e da Lei nº 8.069/90 (ECA). Cabe mencionar que o PL nº 3.179/12 foi apensado ao PL nº 3.261/15, tendo sido este rejeitado.

Já em 2017 foi apresentado pelo Senador Fernando Bezerra Coelho o PL nº 490/17, que propôs a alteração da Lei 9.394/96 para prever a modalidade da educação domiciliar no âmbito da educação básica. Trazia, em seu texto, a proposta de que a oferta de educação básica domiciliar precisaria observar as seguintes condições:

- I - respeito integral aos direitos da criança e do adolescente;
- II - cumprimento da base nacional comum curricular;
- III – garantia de padrão de qualidade;
- IV – avaliação de rendimento periódica, por meio de exames nacionais e do respectivo sistema de ensino;
- V – acompanhamento e fiscalização pelo Poder Público.”

Em 2018 dois Projetos de Lei são apresentados. O primeiro, PL nº 28/18 foi apresentado também pelo Senador Fernando Bezerra Coelho, trazia a sugestão de alteração do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), para prever que a educação domiciliar não caracterize crime de abandono intelectual. Trazia, no texto da justificção, que “não existe disciplina legal sobre educação domiciliar, sendo omissa a LDB neste ponto. Neste cenário, exsurge o princípio geral da legibilidade, segundo o qual é permitido ao cidadão tudo o que não for proibido em lei”.

O segundo PL, de nº 10.185/18 foi proposto pelo Deputado Alan Rick. Segundo a proposta, seria alterada a Lei nº 9.394/96 e a Lei 8.069/90 para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica. O Art. 23 da LDBEN seria acrescido, além de outras alterações,¹ dos seguintes parágrafos:

- “§ 3º É admitida a educação básica domiciliar, sob a responsabilidade dos pais ou tutores responsáveis pelos estudantes, observadas a articulação, supervisão e avaliação periódica da aprendizagem pelos órgãos próprios dos sistemas de ensino, nos termos das diretrizes gerais estabelecidas pela União e das respectivas normas locais, que contemplarão especialmente:
- I – manutenção de registro oficial das famílias optantes pela educação domiciliar;
 - II – participação do estudante nos exames do sistema nacional e local de avaliação da educação básica;
 - III – vedação de qualquer espécie de discriminação entre crianças e adolescentes que recebam educação escolar e aquelas educadas

domiciliariamente;

§ 4º É plena a liberdade de opção pela educação domiciliar ou escolar dos filhos, podendo ser exercida a qualquer tempo, sem sujeição a qualquer espécie de requisito ou condição;"

Ainda, o ECA seria acrescido do seguinte inciso em seu Art. 129:

"V - obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar, de acordo com o regime de estudos, se presencial ou domiciliar"

Saindo do âmbito do Poder Legislativo, o Executivo também tem se ocupado em discutir a temática. Recentemente, o Presidente Jair Bolsonaro anunciou a discussão em seu governo de elaboração de Medida Provisória com a intenção de regularizar tal prática a nível nacional. Foi divulgado que a Medida está sendo editada no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, com apoio do Ministério da Educação e Cultura. Segundo anunciado, a intenção seria fiscalizar uma prática que já vem sendo realizada, dando mais liberdade para as famílias para que eduquem seus filhos conforme suas convicções. A princípio, a ideia do governo é que sejam feitos testes anuais para avaliar a educação desenvolvida nos domicílios. Estas avaliações seriam elaboradas pelas secretarias estaduais, em casos de alunos de Ensino Médio, e pelas secretarias municipais, para crianças do Ensino Fundamental.

Apesar dessa característica de colaboração na elaboração da Medida Provisória, percebe-se divergências e pontos a serem discutidos dentro do próprio governo. Enquanto a ministra Damares Alves posiciona-se favoravelmente a tal prática, defendendo em seu discurso que as famílias se responsabilizem pela educação de seus filhos, o secretário-executivo do MEC, Luiz Antonio Tozi, afirmou que a Homeschooling não poderia ser vista como substituta à educação escolar.

O governo conta ainda com o suporte da Associação Nacional de Educação Domiciliar, que participa das discussões referentes ao tema. Cabe dizer que o diretor jurídico da ANED, Alexandre Magno Fernandes Moreira, exerce atualmente a função de secretário-adjunto da Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério.

Por fim, no âmbito do Poder Judiciário, diversas famílias já foram requeridas judicialmente devido à intenção de educar seus filhos em casa. No caso de uma dessas famílias, porém, chegou a recorrer-se ao Supremo Tribunal Federal, por meio de um recurso interposto pelos genitores contra a decisão da Secretaria de Educação do município de Canela-RS, a qual negou o pedido de que uma criança fosse educada em casa. Coube ao ministro Roberto Barroso

ser o relator do referido processo.

“Em setembro de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) deu início ao julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 888815, o qual tratava do Homeschooling, ou ensino domiciliar, com objetivo de apontar se o mesmo é constitucional.

O Homeschooling é uma modalidade de ensino aplicada pela família da criança e tal prática é apoiada pelo relator do processo, o ministro Luís Roberto Barroso. Segundo este, essa modalidade de ensino é constitucional, devendo-se permitir que os familiares façam a escolarização dos entes queridos.

Apesar disso, após o voto favorável do ministro relator, o Tribunal, por maioria de votos, negou o provimento ao RE, restando vencido o ministro Barroso, sendo, desse modo, julgado inconstitucional o Homeschooling.”

O ministro iniciou, elencando as questões principais a serem respondidas: podem os pais ou responsáveis por uma criança optarem pelo ensino domiciliar para a educação dos filhos, ou a Constituição exige a matrícula em instituição de ensino oficial? Há um direito de escolha pelos pais ou responsáveis ou há uma imposição estatal? No caso de se admitir a educação domiciliar, quais são os requisitos e obrigações a serem observados, considerando que não há lei específica que regulamenta o ensino domiciliar? O ministro passou então à busca pela resposta destas questões no texto constitucional, percebendo a possibilidade de dois entendimentos ou leituras.

“Na primeira, pelo fato de a Constituição nada mencionar sobre o ensino domiciliar, a mesma o veda. Já na segunda, por não haver vedação expressa sobre a matéria, haveria liberdade de escolha aos pais. Em seguida, o ministro apresenta três premissas sobre o tema. Segundo o mesmo, o Estado brasileiro é grande demais e ineficiente, e com frequência prática políticas públicas inadequadas e sem qualquer tipo de monitoramento. Para sustentar essa ideia, aponta que os resultados da Prova Brasil, de 2017, foram desoladores. Ademais, por questão filosófica, seria mais favorável à autonomia e à emancipação das pessoas, salvo casos indispensáveis. Adiante, o ministro, apresenta alguns motivos pelos quais os pais ou responsáveis podem optar ou optam pelo ensino domiciliar: o objetivo de conduzir diretamente o desenvolvimento dos filhos; o fornecimento de instrução moral, científica e religiosa; a proteção à integridade física e mental dos educandos; o descontentamento com a eficácia da educação pública ou privada; o desenvolvimento de um plano de ensino adaptado às peculiaridades das crianças e dos adolescentes; a crença na superioridade do método de ensino doméstico; e, por fim, a dificuldade financeira ou geográfica de acesso às instituições de ensino tradicionais. O ministro alude, igualmente, que diante dessas motivações está a preocupação genuína com o desenvolvimento educacional pleno e adequado dos filhos. A título de exemplo, ressalta que nenhum pai opta por esse método, que é muito mais trabalhoso, por preguiça ou capricho. Visto isso, há razões relevantes e legítimas para que seja respeitada essa opção pelo Direito Constitucional.”

Segundo Aguiar (2011), o ensino domiciliar como substituto do ensino escolar, não é proibido por nenhuma norma no ordenamento jurídico, tampouco é expressamente permitido ou regulado. Percebe-se que a ideia da viabilização da Homeschooling, além da percepção jurídica, envolve aspectos referentes à liberdade na escolha dos pais pelos seus filhos, sem que essa escolha afete os direitos das crianças e adolescentes. Requer um equilíbrio entre as convicções legais, morais, filosóficas, políticas, religiosas e pedagógicas.

2. ASPECTOS PEDAGÓGICOS DA HOMESCHOOLING

No documento disponibilizado aos participantes do Global Home Education Conference (GHEC, 2016), dentre outras informações, afirmava-se a Homeschooling é a forma de educação com maior crescimento e em maior velocidade em todo o mundo, sendo definida como um movimento social impulsionado pela liberdade parental e tecnológica.

Todavia, entende-se que a temática ainda causa estranheza, devido à já consagrada associação entre processo educativo e escola. Mesmo nos cursos de formação de professores, especialmente em nível superior, a educação está intrinsecamente associada ao ambiente escolar. Não se identifica, ou pouco se identifica, as práticas educativas desempenhadas no contexto sociofamiliar, como objeto de pesquisa acadêmica dos acadêmicos da área da Educação. Ao abordar-se a Homeschooling, porém, esses entendimentos tornam-se suscetível à reflexão.

Cabe relatar que existe, além da Homeschooling, um outro movimento denominado Unschooling, que se posiciona contra a escola, defendendo um método de ensino anárquico e sem metodologias definidas ou estruturadas. Nesta concepção, as crianças e adolescentes deveriam somente aprender pelo seu contato com o mundo, de maneira livre. De maneira oposta, a Homeschooling traz a concepção de um ensino organizado, metodológico, que utilize uma base curricular como fundamento para as ações a serem planejadas e executadas.

Nesse método de ensino, os pais têm a liberdade, todavia, de adaptar os recursos e metodologias conforme aquilo que perceberem que melhor funciona no processo de ensino-aprendizagem do filho, ou dos filhos. Assim como no ensino institucional, na Homeschooling também existe uma diretriz a ser seguida, com uma sequência de aprendizados que se sucedam, um a um, até as capacidades da criança ou do adolescente, em conformidade com sua idade. Sendo um ensino mais individualizado, seria possível a Homeschooling pode ser entendida como uma educação mais sensível às necessidades, potencialidades, limitações e habilidades de cada criança.

A complexidade humana não poderia ser compreendida dissociada dos elementos que a constituem: todo o desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana. (MORIN, 2000, p. 55)

Outro ponto importante quando se discute esta temática é o discurso defendido pelas pessoas contrárias à Homeschooling de que essa modalidade limitaria a vivência social e interpessoal. Guterson (1993, p. 61) menciona que:

Uma criança na Homeschooling pode realmente ser isolada, como os críticos alegam, com pouca vida social além de sua família; ela pode ser socialmente inapta tanto como criança ou adulto, permanentemente perturbada pela natureza obsessiva de seu relacionamento com seus pais, solitária, confusa e em desacordo com o mundo de uma maneira que a frustra diariamente. Sua solidão forçada pode trazer-lhe uma dor excruciante, e em um lar que lhe proporciona pouca oportunidade para interagir com seus pares pode constituir uma forma de abuso infantil.

Em contraponto, porém, os defensores da Homeschooling apontam situações em que o convívio com crianças e adolescentes no ambiente escolar nem sempre traz benefícios, como os casos frequentes de Bullying, violência e até mesmo casos mais extremos de ataques e massacres que vêm ocorrendo inclusive em escolas brasileiras. Murphy (2014, p. 141) nos traz que:

Aqueles que estão apreensivos sobre a socialização das crianças no Homeschooling apresentam uma teoria de funcionamento que ocorre como se segue. Escolas são um caldeirão crítico no qual importantes habilidades sociais são formadas e normas sociais são aprendidas. [...] Homeschooling, é asseverado, limita as trocas pelas quais habilidades (por exemplo, resolução de conflitos) e normas (por exemplo, respeito pelos outros) são desenvolvidas. Como consequência, uma variedade de resultados negativos materializa-se (por exemplo, pouca habilidade de cooperar na sociedade mais ampla).

Barbosa (2013) menciona, em um estudo a respeito das motivações familiares para recorrerem à Homeschooling, que são motivos transitórios e interligados, que se conectam e se interligam com o decorrer do tempo. Vasconcelos (2015) nos traz ainda que:

Nos dias atuais, a educação doméstica constitui uma das formas de educação alternativa a que as famílias, sob a influência de condições específicas, recorrem quando, entre outros motivos, a escola não alcança as expectativas de suas demandas. (...) O que se observa com mais frequência na opção pela educação doméstica, são pais que por motivos diferentes preferiram dar educação aos filhos e filhas na própria casa. Talvez, o único traço comum ressaltado refira-se ao descontentamento com a escola em que estudaram, ou aquela pela qual os filhos passaram antes de optarem por homeschooling.

(Vasconcelos, 2015, p.12)

Ainda, conforme explicitado, identificou-se que a ideia da Homeschooling não se vincula a um ensino livre e sem critérios de conteúdos a serem ensinados ou aprendidos, mas delimita-se inclusive à realização de avaliações periódicas em que se verifique a efetividade da aprendizagem, bem como permita a progressão para o nível ou série subsequente. Nesse ponto da discussão, surge então outro questionamento: somente os pais seriam os responsáveis pelo ensino ou seria possível a contratação particular de um profissional que execute a atividade educativa? Guterson (1993, p. 22) nos aponta que os “pais são professores naturais, posicionados pela própria estrutura da vida para estarem aptos para o aprendizado de seus filhos”.

Cabe, aqui, ponderar que incluir um aluno no método de Homeschooling não deve representar uma condenação ao isolamento social, pelo contrário, deve representar uma maneira diferenciada de experimentação do mundo e das relações consigo mesmo e com o outro. Exemplos dessa situação são as famílias que viajam constantemente, seja por motivos pessoais ou profissionais, em que as crianças passam a conhecer o mundo através de suas próprias vivências, não se limitando ao conhecimento teórico, aprendido em livros.

Enquanto uma criança na escola tem uma ocasional viagem de campo fora da sala de aula, crianças no Homeschooling estão em suas comunidades quase todos os dias à medida que elas aprendem o que é necessário para crescer dentro do mundo adulto. Crianças no Homeschooling aprendem com seus pais, outros membros da família, mentores em seu bairro, bibliotecas, museus, internet, classes comunitárias, e uns com os outros, tanto quanto as crianças têm aprendido através dos séculos.

Assim, entende-se que a Homeschooling representa um novo modelo de prática educativa que pode exigir da sociedade o discernimento para que se analise pontos favoráveis ou não, à luz do princípio do respeito e da supremacia da alteridade.

CONCLUSÃO

A partir do estudo realizado identificou-se que a Homeschooling, apesar de já poder ser considerada uma realidade em diversos países, ainda tem sido objeto de estudos no contexto brasileiro. O fato de ser temática recorrente em pauta, tanto no Poder Judiciário quanto no Legislativo e no Executivo, demonstram a indispensabilidade de que a temática seja tratada com seriedade e isenção. Compreender as motivações das famílias para recorrerem a essa modalidade

de ensino pode sinalizar uma série de falhas no sistema educacional tradicional, que também se coloca como outro aspecto a ser pensado enquanto objeto de estudo acadêmico.

De maneira geral, acredita-se que tais discussões deverão ser levadas ao meio acadêmico e realizadas de forma mais delineada e aprofundada. Uma sugestão para pesquisas posteriores é dar continuidade aos tópicos abordados, abrangendo a questão da viabilidade da implantação da Homeschooling no Brasil, considerando-se as peculiaridades encontradas em nossa sociedade.

Dentro daquilo que se pretendeu abordar e das referências elencadas ao longo deste artigo, acredita-se que a análise pedagógica deva preceder à análise jurídica, partindo-se do princípio de que é precípua que se estabeleça parâmetros, possivelmente inspirados em outros países, mas com o delineamento nítido de como seria executada a educação nesses moldes. O processo de ensino-aprendizagem, ainda que aconteça de maneira diferenciada, precisa obedecer a regulamentação curricular para que não represente violação do direito à aquisição do conhecimento sob o disfarce da liberdade de escolha da família. Por outro lado, no aspecto jurídico, percebeu-se que a grande variedade de projetos de lei e proposta de emenda constitucional sinalizam para o interesse de membros do Legislativo – de diferentes e divergentes partidos políticos- em regularizar a situação da Homeschooling, ou ampliá-la conforme a eminente movimentação social. Assim, é indispensável que haja espaço para discussões com profissionais da área da educação, familiares e juristas, vinculando a lei às necessidades sociais e à inviolabilidade de direitos da criança e do adolescente.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Alexandre Magno Fernandes Moreira. A situação jurídica do ensino domiciliar no Brasil. Jus navigandi. 2011. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/19514/a-situacao-juridica-do-ensino-domiciliar-no-brasil>. Acesso em 31 mar. 2019

ANDRADE, Edílson Prado. A Educação Familiar Desescolarizada como um Direito da Criança e do Adolescente: relevância, limites e possibilidades na ampliação do Direito à Educação. Tese de Doutorado em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 2014. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-10112014-111617/pt-br.php. Acesso em 31 mar. 2019

BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro. Ensino em casa no Brasil: um desafio à escola?. Tese de Doutorado em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 2013. Disponível em: www.fcc.org.br/fcc/images/pesquisa/premio_capes/pdf/LUCIANE_MUNIZ_RIBEIRO_BARBOSA_rev.pdf. Acesso em 30 mar. 2019

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. 05 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 31 mar. 2019

_____. Decreto-Lei nº 2.848, 07 dez. 1940. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em 31 mar. 2019

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente. 13 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em 31 mar. 2019

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em 31 mar. 2019

_____. Projeto de Lei nº. 1.125. 2003. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/arquivos-pdf/pdf/100157.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2019.

_____. Projeto de Lei nº. 10.185. 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2174364>. Acesso em: 31 mar. 2019.

_____. Projeto de Lei nº. 28. 2018. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/132151>.

Acesso em: 30 mar. 2019.

_____. Projeto de Lei nº. 3.179. 2012. Disponível em:
<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=534328>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

_____. Projeto de Lei nº. 3.261. 2015. Disponível em:
<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2017117>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

_____. Projeto de Lei nº. 3.518. 2008. Disponível em:
<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=398589>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

_____. Projeto de Lei nº. 4.122. 2008. Disponível em:
<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=412025>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

_____. Projeto de Lei nº. 4.191. 2004. Disponível em:
<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=265627>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

_____. Projeto de Lei nº 4.657. 1994. Disponível em:
<<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD17AGO1994.pdf#page=29>>.
Acesso em: 31 mar. 2019.

_____. Projeto de Lei nº 490. 2017. Disponível em:
<<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/131857>>.
Acesso em: 31 mar. 2019.

_____. Projeto de Lei nº 6.001. 2001. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=42603>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

_____. Parecer do Projeto de Lei nº 6001 – Apensado ao Projeto de Lei nº.6.484. 2005. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=48113>>. Acesso em: 31 mar. 2019.

_____. Projeto de Lei nº 6.484. 2002. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/proposicoes>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

_____. Proposta de Emenda à Constituição nº. 444. 2009. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=463248>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

1. CAFARDO, Renata. MP do homeschooling deve exigir avaliação anual dos alunos. 2019. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/blogs/blog-renata-cafardo/mp-do-homeschooling-deve-exigir-avaliacao-anual-dos-alunos/>. Acesso em 31 mar. 2019

GHEC. Educação Domiciliar: Um direito. Global Home Education Conference – 2016, Rio de Janeiro.

GUTERSON, David. Family Matters: why homeschooling makes sense. San Diego: A Harvest Book, 1993.

MOREIRA, Alexandre Magno Fernandes. Homeschooling: uma alternativa constitucional à falência da Educação no Brasil. Brasília-DF: Clubjus, 26 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.midiasem mascara.org/artigos/educacao/7100-homeschooling-uma-alternativa-constitucional-a-falencia-da-educacao-no-brasil.html>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2ª ed. São

Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

MURPHY, Joseph. Homeschooling in America: capturing and assessing the movement. New York: Skyhorse Publishing, 2014.

SÃO JOSÉ, Fernanda. O Homeschooling sob a ótica do melhor interesse da criança e do adolescente. Belo Horizonte: Del Rey. 2014.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. A educação de crianças e jovens na casa: aspectos da legislação no Brasil e em Portugal. Anais do 8º Congresso Brasileiro de História da Educação, Anais do VI SINGEP – São Paulo. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil. Disponível em: 8cbhe.com.br/anais/download/area/11/id/NjQ0. Acesso em: 30 mar. 2019.

VIEIRA, André de Holanda Padilha. Escola? Não, obrigado: Um retrato da homeschooling no Brasil. Monografia de graduação submetida ao curso de Ciências Sociais, habilitação em Sociologia. Universidade de Brasília, Brasília. 2012. Disponível em: debdm.unb.br/bitstream/10483/3946/1/2012_AndredeHolandaPadilhaVieira. Acesso em: 30 mar. 2019.

2. VIEIRA, José Onofre de Oliveira. Homeschooling: análise ao voto do Ministro Barroso. 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/71824/homeschooling-analise-ao-voto-do-ministro-barroso>. Acesso em 31 mar. 2019.

PÓS -VENDA: UMA FERRAMENTA DE FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES

Thyago Naves da Costa¹

RESUMO: O presente trabalho busca apresentar a importância do serviço de pós-venda, como estratégia de fidelização e satisfação do cliente. Diante da acirrada concorrência, a alta competitividade, e as mudanças de tendências em períodos muito curto de tempo existente no mercado atualmente, buscar a excelência na prestação de serviço, é de extrema importância, para o desenvolvimento de qualquer organização, principalmente no setor automotivo, em que a economia influencia com alto poder de impacto. Dessa forma, usando a pesquisa de campo o estudo possui embasamento teórico de diversos autores, seguindo sua elaboração voltada para o serviço de Pós-venda realizada em uma empresa prestadora de serviços automotivos. A partir da análise dos dados coletados, buscou-se responder a dúvida: É possível aumentar a rentabilidade da empresa através da satisfação do cliente com o serviço de Pós-Venda? A satisfação do cliente, reflete diretamente na fidelidade, e conseqüentemente no marketing, garantindo que esse cliente volte, e traga novos clientes consigo.

Palavras-chave: Marketing. Vendas. Prestação de Serviços.

1 INTRODUÇÃO

Com a acirrada competição existente entre as empresas no mercado brasileiro, e a globalização da economia, a demanda da redução de custos, aumento da produtividade e preços baixos, bem como a padronização da qualidade, vem se tornando quesitos primordiais para a sobrevivência dos negócios. Assim, o atendimento executado de forma satisfatória tornou-se um referencial competitivo entre as organizações, fazendo com que as empresas direcionem seus objetivos à sua clientela, mesmo que sempre almejem a maximização dos lucros.

Há alguns anos, os empresários se preocupavam exclusivamente em vender os seus produtos e não se davam conta de que a venda é uma técnica que envolve diversos fatores. O vendedor tinha uma única função, que era vender o seu produto e/ou serviço e nada mais, o vendedor buscava sempre alcançar a satisfação do consumidor, pois entendia-se que um consumidor insatisfeito é capaz de disseminar insatisfação aos demais consumidores, fazendo assim a empresa perder seu Market share no mercado ao qual está inserida.

Chiavenato (2005) busca explicar a importância e a vantagem de buscar fidelizar o cliente. Segundo ele, é mais barato manter um cliente do que trazer novos, pois o custo que a empresa terá para alcançar novos cliente é alto.

¹ Graduado em Administração de Empresas e Especialista em Inovação em Mídias Interativas

O objeto de estudo do presente artigo, mostra quão importante é o serviço de atendimento ao cliente, principalmente no que tange o serviço de pós-venda, que vem sendo praticado visando a melhoria de seus serviços, voltando seu foco às necessidades e desejos de seus clientes, tornando cada vez mais relevante o planejamento, bem como a primordialidade em aprender sobre o segmento no qual atua.

Cada consumidor tem suas preferências, estudar o consumidor significa pesquisar seus mecanismos de aceitação e seus bloqueios, sua forma de ser, de pensar, de agir e de reagir (KARSAKLIAN, 2000).

Pretende-se, com esta pesquisa quantitativa, mostrar para as pessoas e empresas a relevância do conhecimento do marketing de relacionamento como apoio para conquistar, atender e fidelizar os clientes. Também entender e sugerir novos caminhos para futuras mudanças no atendimento ao cliente.

De acordo com Peter; Olson (2009, p.4) “o conceito de marketing propõe que uma organização deve satisfazer as necessidades e os desejos do consumidor para gerar lucros”.

Dessa forma, com o intuito de aprimorar a posição no mercado competitivo, a empresa busca conhecer seu cliente e quais ferramentas deve utilizar para garantir a sua satisfação e desenvolver sólidos vínculos, elevando o nível de satisfação, garantindo a qualidade no atendimento junto ao seu cliente.

Kotler; Keller (2006, p.151) relatam que

Quanto mais aprendem a coletar informações sobre os clientes e parceiros de negócios (fornecedores, distribuidores, varejistas) e a projetar fabricas mais flexíveis, mais as empresas aumentam sua capacidade de individualizar produtos, serviços, mensagens e mídias.

2. MARKETING

De acordo com Kotler (2009), o marketing teve início como uma extensão do departamento de vendas, em que os vendedores tinham a necessidade de pesquisar o mercado formal, surgindo a necessidade de um pesquisador de mercado. A empresa interage com o ambiente externo e interno através do composto de marketing conhecido como 4P's, que são:

- Produto;
- Preço;
- Promoção, e
- Ponto de venda ou Praça.

Segundo Cobra (2005), marketing é uma estratégia de perceber as oportunidades de mercado e desenvolver produtos e serviços, alocando tempo

e dinheiro para atingir os objetivos almejados, em torno dos potenciais clientes. Todas as teorias de marketing objetivam vender seus produtos e serviços, tentando alcançar o público e fidelizá-lo. O marketing tem a responsabilidade de aumentar os lucros, identificando, avaliando e selecionando as oportunidades que o mercado oferece, buscando formular diversas estratégias para alcançar o domínio do mercado alvo (KOTLER, 2009).

De acordo com Lindon et al, (2004), o marketing é o conjunto de meios pelo qual uma organização utiliza para promover os comportamentos favoráveis no público pelos quais se interessa para a realização dos objetivos almejados.

Para Kotler (2009, p. 36), “o marketing é o dever de casa que os profissionais de marketing empreendem para avaliar as necessidades, medindo suas extensões e intensidades, e para determinar se existe uma oportunidade rentável”.

Um plano eficiente de marketing auxilia na focalização da energia e dos recursos, porém um plano mal traçado, baseado apenas na percepção, não traz resultados almejados, o que mostra que a pesquisa de mercado, independente se é simples ou elaborada, é uma ferramenta importante (KOTLER, 2009).

Nos últimos anos o mercado passou por grandes mudanças e as organizações buscaram novas tecnologias para se adaptarem a novos mercados. O marketing engloba vários grupos que buscam satisfação e os desejos dos consumidores.

Segundo Kotler; Keller (2006, p. 34),

Marketing também significa satisfazer as necessidades e os desejos dos clientes. A orientação para marketing tem seu enfoque no atendimento real das necessidades e dos desejos do consumidor, a longo prazo. Marketing é conseguir manter os clientes. Marketing é uma função organizacional e um conjunto de processos que envolvem criação, a comunicação e a entrega de valor para os clientes.

O marketing interessa a todos, independentemente do que se ofereça, bens, serviços, eventos, experiências, lugares, propriedades, organizações ou ideias, o marketing está por toda parte.

Solomon (2002, p.37) diz que “apesar dos grandes esforços de pesquisadores, legisladores e pessoas interessadas da área industrial, às vezes os piores inimigos dos consumidores são eles próprios.”

Para Sheth (2001), o comportamento do consumidor é definido como as atividades físicas e mentais realizadas pelo consumidor, que resultam em decisões e ações, como comprar e utilizar produtos e serviços, bem como pagar por eles.

O bom marketing tem se tornado cada vez mais indispensável para o

sucesso nos negócios de hoje em dia. Um bom marketing resulta em planejamento e execução cuidadosos, pois é uma ferramenta fundamental nos tempos de hoje (KOTLER, 2006).

Falta de atendimento pós-venda ainda prevalece na maioria de nossas empresas. Poucas empresas têm um programa regular de assistência pós-venda, e estes são resumidos em ligações telefônicas aos clientes, perguntando se eles estão satisfeitos com o serviço ou produto, se o produto tem a qualidade que o cliente procurava (DANTAS; ROCHA; COELHO, 1997)

Para Martins (2006), através de suas diversas ferramentas, o marketing, tem a possibilidade de verificar o comportamento do consumidor, bem como avaliar o grau de aceitação de determinado produto ou serviço, e até mesmo a marca da empresa. Devido sua função básica, o marketing não pode ser considerado uma função separada, é um negócio oriundo do ponto de vista do consumidor, em que o sucesso da empresa depende desse ponto de vista

Ao verificar os desejos e necessidades, busca-se satisfazer-los através da compra de um serviço ou produto na qual organizações e clientes participam da troca. A essência do marketing está nesse processo de troca. Para fidelizar o cliente, a equipe de marketing questiona quais clientes querem, por quanto tempo esses clientes desejaram esse produto, e ainda qual estratégia usaram para manter esse cliente.

Assim que encontram as respostas para esses questionamentos, a equipe busca desenvolver o conceito de marketing adequado, focando nas necessidades do cliente antes mesmo de desenvolver o produto, focando nas necessidades do cliente a longo prazo (HONORATO, 2004).

No conceito moderno de marketing, é necessário conhecer o consumidor, não é admissível mediocridade, o consumidor deve ser considerado antes de tudo. É necessário estudar com profundidade as necessidades, motivações e valores do consumidor. Em contrapartida, as empresas consideram ainda os produtos seus fatores e benefícios (BISPO, 2008).

2.1 Mix de produtos

O termo produto se refere a algo palpável, físico, assim como serviços, que envolve decisões a serem tomadas quanto à sua produção, como a marca, o estilo, a funcionalidade do produto, qualidade, reparos e suporte, garantia, dentre outros como acessórios e serviços. Produto é o que a organização produz e oferece ao consumidor, podendo ser oriundo de um processo natural ou produzido por maquinário e força humana, com a finalidade de gerar a satisfação do consumidor (BISPO, 2008).

Para Bispo (2008, p 26), “é preciso pensar sempre no que é possível melhorar em relação aos produtos oferecidos”. E desde esse ponto se inicia a preocupação com o foco principal do marketing, que é satisfazer o cliente. São inúmeras e variadas as atividades de marketing, e seus domínios incluem atividades como:

- Desenho do produto, para que este seja atrativo para o consumidor, utilizando-se de pesquisa de marketing e preço;
- Promover o produto de forma a promover o conhecimento do consumidor, com propagandas e todas as formas de publicidade;
- Determinar um preço que deixem os clientes potenciais atraídos a conhecer o produto (BISPO, 2008).

Para Ratto (2009, p 86), “o modo de desenvolver produtos não muda substancialmente, mas a área de produção se concentra em criar bons produtos que atendam às necessidades do consumidor”.

É notável que um bom produto se vende, porém, também é visto que não existe mais produtos ruins em um mercado com alta competitividade. Dessa forma a equipe de vendas não almeja somente atender os clientes, mas também tomá-los fidelizados.

2.2 Vendas

Praticamente todas as empresas necessitam das vendas para sobreviverem, e no conceito de vendas, a empresa busca fazer com que a demanda dos consumidores corresponda aos produtos que ela produziu. De modo que um potencial comprador não irá comprar o produto se for deixado sozinho. É necessário abordar o cliente e convencê-lo de que ele precisa do produto (BISPO, 2008).

Diversas vezes, um vendedor tem a competência de tornar individuais os elementos de uma venda, porém a ênfase é em ajudar o consumidor a decidir se quer o produto ou numa variação dele. No mundo dos negócios, principalmente no setor de vendas, a concorrência é mais exasperada, superar a concorrência é uma questão de sobrevivência. É o desejo de vender o produto faz com que as empresas ajam mais rapidamente, porém, as empresas devem em primeiro lugar atender as necessidades dos consumidores (BISPO, 2008).

O processo de vendas pode ser explicitado da seguinte forma:

Prospecção: são as diferentes técnicas utilizadas pelos vendedores para identificar os potenciais clientes, que é alguém que possui o desejo ou a necessidade de comprar.

Pré abordagem: nessa fase as informações são coletadas a respeito do

cliente para que o vendedor se prepare para a visita. A informação é usada para qualificar o cliente em potencial, bem como para desenvolver a abordagem e a apresentação do cliente. Esse estágio comumente termina com a marcação de uma visita ao cliente.

Abordagem: esta fase está relacionada aos primeiros instantes de uma visita de vendas, cujo objetivo do vendedor é garantir uma boa impressão inicial, despertando a atenção e interesse do cliente.

Apresentação de vendas: esta é a principal fase do processo, nessa fase os vendedores apresentam seus benefícios e ofertas. O foco é aguçar o desejo do consumidor em relação ao produto.

Superar as objeções e lidar com a resistência: nesta fase, o vendedor busca lidar com as oposições e a resistência do cliente para comprar o produto oferecido, promovendo a decisão da compra.

Fechamento da venda: através de métodos esquematizados para solidificar o pedido, os vendedores iniciam as decisões dos clientes, solicitando de forma eficaz que o cliente compre o produto.

Atendimento pós-venda: após a venda ter sido concretizada, o vendedor continua a enfatizar a satisfação do consumidor. As atividades nessa fase, incluem reduzir as preocupações do cliente após a compra, assegurando a efetuação da entrega dentro do prazo, instalação e treinamento, prover manutenção e acompanhamento, bem como lidar com possíveis reclamações e questionamentos. O objetivo é constituir boa vontade e garantir futuras vendas (CASTRO e NEVES, 2005).

Chiavenato (2005, p. 88) nos mostra o que de fato o estudo do comportamento do consumidor busca alcançar, “o estudo do comportamento do consumidor visa conhecer suas características de consumo, preferências pessoais, necessidades etc.”.

Segundo Marchesini; Basta; Sá (2006), o estudo do comportamento do consumidor é de suma importância, pois permite entender o consumidor nas suas ações de compra e conhecer o papel de consumo em sua vida. Como ele busca, compra, usa, avalia e descarta os produtos que venham a satisfazer suas necessidades.

O desenvolvimento de um setor de vendas bem estruturado exige uma visão empreendedora, em que o marketing é o elemento motriz para o crescimento, visando acrescentar valor e fidelizar clientes, fornecendo uma estrutura orientadora para manter o departamento de vendas no caminho certo (CASTRO e NEVES, 2005).

Kotler (1998, pag.53) diz que: “satisfação é o sentimento de prazer ou de desapontamento resultante da comparação do desempenho esperado pelo

produto (ou resultado) em relação às expectativas da pessoa”.

Isso ocorre em função de atendimento bem realizado, cujo produto ou serviço ofertado atenda às necessidades do cliente, garantindo que suas expectativas sejam atendidas ou até superadas. Alguns requisitos básicos são essências para que se tenha um atendimento de qualidade.

São eles: ouvir – saber ouvir o que o cliente necessita para então atendê-lo de acordo com sua necessidade; falar – após ouvir o que o cliente necessita, o colaborador deve falar com uma linguagem adequada de modo a manter uma comunicação agradável entre cliente e colaborador; e, perceber – as expressões faciais, os gestos e postura dos clientes possuem inúmeras mensagens, que devem ser percebidas pelo colaborador que o atende para assim oferecer um atendimento individual e único.

2.2.1 Venda de prestação de serviços

O serviço prestado pela organização deve ser o mais concreto possível, pois essa é a forma que a organização tem de expressar sua intenção em solucionar certos tipos de problemas (GRÖNROOS, 1993).

Para Johnson e Clark (2002, p. 55), o conceito de serviço é “[...] o modo como a organização gostaria de ter seus serviços percebidos por seus clientes, funcionários, acionistas e financeiros; em outras palavras, o conceito de serviço é a proposição do negócio”.

O setor de prestação ou venda de serviços, ocupa uma posição de destaque em todos os países desenvolvidos, sendo que no Brasil esse setor se encontra em desenvolvimento com a demanda das novas tecnologias, que tornam os serviços mais acessíveis. De acordo com Frizsimmons e Frizsimmons (2000, p. 28), os serviços:

[...] são fundamentais para que a economia se mantenha sadia e funcional e estão localizados no coração dessa economia. O setor de serviços, não só facilita como torna possível às atividades de produção de bens, tanto do setor extrativista como manufatureiro, os serviços são a força vital para a atual mudança rumo à economia globalizada.

Assim, pode-se notar que quanto mais desenvolvida se encontra a economia, mais importante se torna a área de prestação de serviços, que colabora para o aumento de empregos nesse ramo.

É notório que a busca por diferenciais é uma das metas que deve ser fator motivante para as empresas que quiserem se manter competitivas no mercado. Entretanto, a venda de serviços prestados, é algo que não pode ser

estocado, o que faz com que a capacidade se torne algo vital (FRIZSIMMONS e FRIZSIMMONS, 2000).

Para Berry e Parasuraman (1995), toda a organização é responsável pela qualidade do serviço prestado, o que se torna uma cultura empresarial voltada para o cliente, buscando sempre realizar um serviço de boa qualidade, perfeitamente executado.

2.3 Motivação

A base para o aumento das vendas é o bom atendimento ao cliente, que regularmente usam suas experiências passadas como parte de suas decisões entre comprar ou não. Ao realizar a compra, o cliente adquire mais que apenas o produto oferecido, comprando também as atitudes do pessoal e o nível de serviço. O gerente da equipe de vendas deve estar não só ciente mas atento a isso, para que haja o aumento das vendas (FERNANDES, 2010).

Vender é praticar a oferta, quem oferece um produto tem o poder de fazer mais propaganda boca a boca de seus produtos ganhando uma enorme vantagem. Existem algumas atividades no processo de vendas que podem auxiliar de forma positiva, são elas:

- Melhorar as habilidades continuamente no processo de vendas, tornando-se aberto a novas ideias;
- Sinceridade ao ajudar na perspectiva do consumidor, realizar a venda deve ser um processo secundário. Esse tipo de atitude ajuda a construir relações de longo prazo;
- Contribuir mais do que apenas com o produto. Oferecer informações sobre a empresa, o fabricante, ideias criativas faz parte do serviço oferecido;
- Responder de forma clara e direta todas as perguntas do consumidor;
- Nunca mentir, não difamar a concorrência ou clientes;
- Nunca se sobrecarrega a ponto de não ter tempo para ouvir perguntas e comentários do cliente;
- Ter sempre em mãos cartão de visita com todos os dados necessários.

O bom atendimento ao cliente é o que sustenta qualquer tipo de negócio. Oferecer boas promoções atrai novos clientes, porém, o serviço diferenciado, que traz satisfação ao cliente, faz com que o negócio seja rentável por muito tempo (FERNANDES, 2010).

Para Freemantle (1994, p65), “Para ter realmente sucesso, a busca da excelência no atendimento ao cliente deve-se tornar uma obsessão eterna. A obsessão significa ter em mente ter o atendimento ao cliente como prioridade”. Nesse sentido, nota-se que a excelência no atendimento deve ser vista como fator de sobrevivência para a continuidade da organização e do próprio negócio.

2.4 Pós-Venda

Atualmente as empresas e corporações, se encontram focadas na rentabilidade a longo prazo, buscando cada vez mais a prosperidade através de clientes permanentes e da melhora constante do atendimento, mantendo esses clientes fidelizados. Com essa iniciativa de fidelização dos clientes, o serviço de pós-venda é uma ferramenta de sucesso. Diferenciar um produto tem se tornado muito difícil nos últimos tempos, diante dessa dificuldade, as empresas vêm buscando cada vez mais olhar para suporte ao cliente como uma potencial fonte de vantagem competitiva, suporte ao cliente abrange suporte técnico, serviço pós-venda.

Segundo Kotler (2009, p. 275), “elaborar uma operação de pós-venda (peças e serviços) de qualidade, pois o tempo de manutenção é oneroso; os bens duram muito e precisam de uma forte pós-venda”.

Cada negócio se empenha na expectativa de manter seus clientes, buscando as melhores ideias criativas de superar as expectativas dos consumidores, dificultando que seus concorrentes conquistem novos clientes. Dessa forma, diversas empresas dedicam-se a criar maneiras de vender seus produtos e serviços para seus clientes já existentes. O pós-venda é um esforço que as empresas e vendedores passam para garantir a satisfação do cliente e alcançar novos negócios (KOTLER, 2009).

Diversos vendedores têm medo do serviço de pós-venda, devido se preocuparem mais com os resultados a curto prazo do que à longo prazo, devido aos números. O processo de pós-venda é chamado de manutenção da satisfação do cliente, e expande os serviços oferecidos (ALESSANDRA et al, 2004).

Para Fernandes (2010, p. 147), “O profissional de vendas compreende que a pós-venda é parte integrante da venda. A pós-venda é a parte final que vai revelar se a venda realmente foi bem feita. É uma fonte de oportunidades ou de problemas; isso depende de como é realizado”.

O acompanhamento após a venda é tão importante quanto realizar a venda, pois o bom relacionamento com o cliente desenvolve e amadurece a fidelização ao produto. Não existe melhor propaganda do que um cliente satisfeito, pois o bom acompanhamento e serviço após a concretização da venda estabelecem e

mantêm a boa reputação e a boa vontade com o cliente e os negócios.

Entretanto, o ponto fraco da maioria dos vendedores, é a forma como lidam com os clientes após a venda. Os vendedores tradicionais, geralmente acreditam que sua função é trazer clientes, e não manter clientes satisfeitos, porém isso está muito longe de ser verdade, principalmente quando se trata de venda não manipulada (ALESSANDRA et al, 2004).

Construir um relacionamento à longo prazo com os clientes promove o desenvolvimento favorável do tempo inicial gasto, qualifica e realiza outras atividades de pré-venda para esse cliente em particular. Dantas (2008), afirma que a maioria das empresas não se preocupam com o pós-venda e com a manutenção dos clientes, não possuem sequer a iniciativa de fazer ligações telefônicas para perguntar se estão satisfeitos com os serviços que adquiriram (DANTAS, 2008).

O cliente é a parte mais importante do negócio, e precisa saber que a empresa valoriza seus negócios. O cliente precisa ser acompanhado a longo e curto prazo, o que fará que seja desnecessário assediá-lo para a realização de futuras vendas, pois este manterá sua preferência pela marca e pelo atendimento (COBRA, 2005).

Durante o processo de pós-venda, o vendedor passa a ser somente um funcionário da empresa disponível para orientar o cliente, devendo dar ao cliente todas as informações que ele ainda não detenha, bem como modo de uso do produto, manutenção, dentre outros como assistência técnica e garantia (RATTO, 2009).

3.0 METODOLOGIA

Para a realização da coleta de dados, foram envolvidos 110 entrevistados, sendo que 67,27% são do sexo masculino e 32,73% do sexo feminino, com idade ente 28 e 63 anos, buscando conhecer a satisfação, dessas pessoas em relação à organização, e em relação ao serviço de Pós-venda prestado.

Para a produção dos dados obtidos no presente trabalho, foi realizado uma pesquisa na qual o público alvo foram clientes da empresa. Os entrevistados foram abordados enquanto aguardavam seus veículos serem disponibilizados para a entrega após os reparos necessários serem realizados. A entrevista foi realizada através de um questionário impresso, aplicado ao cliente, o qual poderia ser respondido sem a necessidade de identificação. Buscou-se resultados qualitativos.

Como métodos e estratégias para a realização da presente pesquisa, foi necessário realizar uma entrevista juntamente com os clientes da empresa, na

cidade de Rio Verde no ano de 2016, ano da realização da pesquisa, na qual buscou-se saber diversas informações quanto ao atendimento e ao serviço de pós-venda prestados.

“Levantamento com mais profundidade de determinado caso ou grupo humano sob todos os seus aspectos” (LAKATOS; MARCONI, 2011, p. 274). Este estudo teve como objetivo discutir aspectos do comportamento do consumidor.

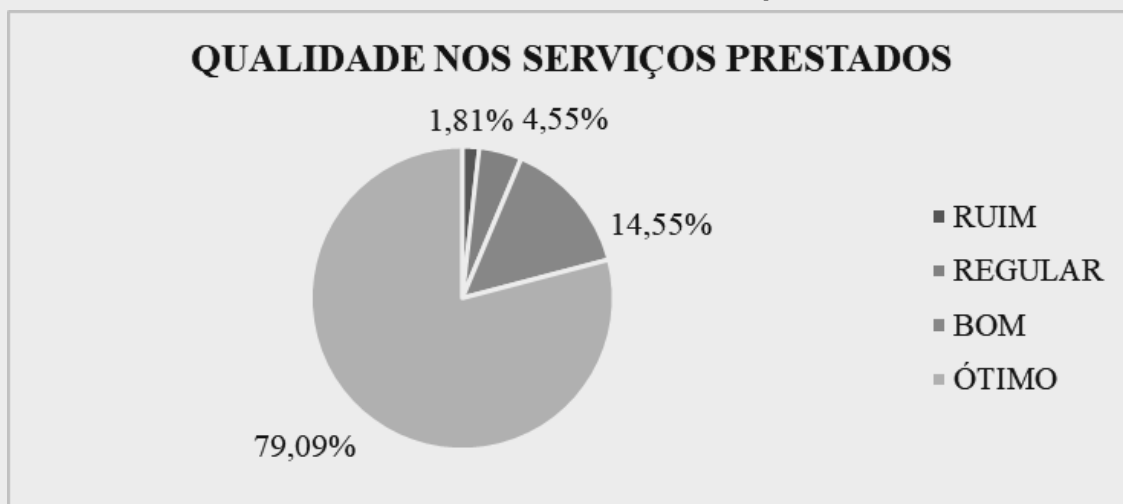
O Departamento de Pós-venda possui um papel importante dentro da empresa, contribuindo com melhoria da satisfação do cliente, e, conseqüentemente incrementando a rentabilidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Resultados

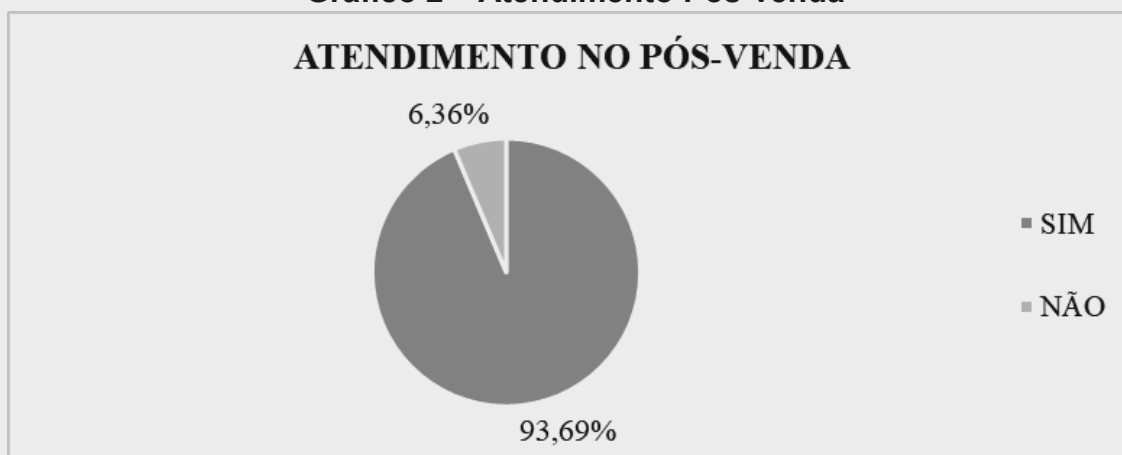
Quanto à agilidade dos serviços prestados, obteve-se um bom resultado, sendo 79,09% dos entrevistados apresentando serem satisfeitos, e 20,91% alegaram insatisfeitos. Em relação aos serviços prestados pela empresa, obteve-se os seguintes resultados:

Gráfico 1- Qualidade nos serviços prestados



FONTE: Dados elaborados pela autora, 2016.

Quanto a qualidade dos serviços, prestados, a grande maioria dos clientes se mostraram satisfeitos, sendo que 79,09% afirmaram que estava ótimo, 14,55% acharam bom, 4,55% opinaram que estava regular, e somente 1,81% opinaram que a qualidade no serviço estava ruim.

Gráfico 2 – Atendimento Pós-venda

FONTE: Dados elaborados pela autora, 2016.

Em relação ao atendimento do serviço de Pós-venda, obteve-se os seguintes resultados ao questionar se o cliente, ao necessitar do serviço foi bem atendido. Do total de entrevistados, 93,64% afirmaram ter sido bem atendido, e apenas 6,36% não tiveram suas expectativas atendidas. Dos 110 entrevistados, 90,91% indicariam a empresa a um conhecido, e 9,09% não indicariam.

4.2 Discussão

Os dados coletados foram analisados e tabulados, mostrando que a população de clientes entrevistados apresenta alto grau de satisfação, com os serviços prestados pela empresa, principalmente aqueles que vieram a precisar dos serviços prestados no Pós-venda, mostraram-se bastante satisfeitos. Entretanto, esses dados não impedem que novas pesquisas de satisfação possam vir a ser realizados, buscando constantemente melhorar a excelência na prestação de serviços.

CONCLUSÃO

As empresas não podem mais trabalhar visando apenas lucratividade com o preço de seus produtos ou vendas de prestação de serviços. Para que possam se tornar competitivas, e se manterem em um mercado tão dinâmico como é atualmente, precisam investir primordialmente, na satisfação do cliente.

A satisfação do cliente, reflete diretamente na fidelidade, e conseqüentemente no marketing, garantindo que esse cliente volte, e traga novos clientes consigo.

O serviço de Pós-venda é uma estratégia de marketing que engloba a

manutenção, pesquisa de satisfação do cliente, promoções, e diversas formas de trazer esse cliente para junto da empresa objetivando fidelizá-lo. Em alguns casos, o serviço de Pós-venda é mais importante que a venda em si, pois não basta apenas realizar uma única venda, é preciso fazer com que esse cliente volte sempre que precisar.

A busca por algo diferente no atendimento, é algo que vem se tornando comum no cotidiano das empresas. O cliente não compra somente o produto, ele compra qualidade atrelado ao preço, porém dá preferência àquela empresa que constantemente está preocupada em saber seu grau de satisfação, de hábitos de consumo e necessidades. O cliente busca a empresa que o transmite boa impressão, que não se preocupe somente em vender, mas que preste um bom atendimento, com agilidade, qualidade e que busque sempre se preocupar com ele, gerando assim valor agregado ao seu produto ou serviço oferecido.

REFERÊNCIAS

ALESSANDRA, et al. A venda não-manipulativa. São Paulo: Cultrix, 2004.

BASTA, Darci; MARCHESINI, Fernando R. A.; OLIVEIRA, José A. F.; SÁ, Luis Carlos S. Fundamentos de marketing. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BERRY, L. L.; PARASURAMAN, A. Serviços de Marketing: competindo através da qualidade. Tradução de Beatriz Sidou. 3º edição. São Paulo: Maltese, 1995.

BISPO, Anselmo Lino. Venda orientada por marketing. Brasília: SENAC-DF, 2008.

CASTRO, Luciano Thomé. NEVES, Marcos Fava. Administração de vendas: planejamento, estratégia e gestão. São Paulo: Atlas, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. Administração de vendas: Uma abordagem introdutória. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

COBRA, Marcos. Administração de Marketing no Brasil. São Paulo: Cobra Editora e Marketing, 2005.

DANTAS, Edmundo Brandão. Marketing descomplicado. Brasília: Editora Senac-DF, 2008.

DANTAS, Edmundo Brandão; ROCHA, Leny Alves; COELHO, Cláudio Ulysses F.
Gerência de Marketing. Rio de Janeiro: 1997.

FERNANDES, Walberto. Quebrando barreiras em vendas. Salto, SP: Editora Schoba, 2010.

FREEMANTLE, David. Incrível Atendimento ao Cliente. 1ª.ed. São Paulo: Makron Books, 1994.

FRIZSIMMONS, J.A.I; FRIZSIMMONS, M.J. Administração de serviços: operações, estratégias e tecnologia de informação. Tradução Gustavo Severo de Borba, 2º ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

GRÖNROOS, C. Marketing: gerenciamento e serviços: a competição por serviços na hora da verdade. Tradução de Cristina Bazán. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

KARSAKLIAN, Eliane. Comportamento do consumidor. São Paulo: Atlas, 2000.

HONORATO, Gilson. Conhecendo o marketing. Barueri: Manole, 2004.

JOHNSON, R; CLARCK, G. Administração de operações de serviços. Tradução de Ailton Bonfim Brandão; Revisão técnica de Henrique Luiz Corrêa. São Paulo: Atlas, 2002.

KOTLER, Philip. Marketing para o Século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados. São Paulo: Ediouro, 2009.

KOTLER, Philip; KEVIN, Keller. Administração de marketing. 12. ed. São Paulo: Prentice, 2006.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de marketing. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2011

LINDON, D. et al Teoria e prática do marketing. Lisboa: Publicações D. Quixote. MERCATOR XXI. 2004.

MARTINS, Leandro. Marketing. Como se tornar um profissional de sucesso. São Paulo: Universo dos Livros, 2006.

PETER, J. Paul; Olson, Jerry C. Comportamento do consumidor e estratégia de marketing. Porto Alegre: AMGH, 2009.

RATTO, Luiz. Vendas: técnicas de trabalho e mercado. Rio de Janeiro: Senac, 2009.

SHETH, Jagdish N.; MITTAL, Banwari; I. NEWMAN, Bruce. Comportamento do cliente: Indo além do Comportamento do Consumidor. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2001

SOLOMON, Michael R. O comportamento do consumidor: comprando, possuindo e sendo. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PARTICIPAÇÃO DE TODOS

Aparecido Francisco da Silva¹

RESUMO: O objetivo do presente artigo é de identificar como a inclusão na sociedade é fundamental quanto ao que pressupõe o desenvolvimento de um cidadão na sociedade. A atividade de inclusão em relação ao contexto escolar é fundamental para que a criança possa desenvolver e aprimorar as suas habilidades e competências quanto ao que presume e favorece novos olhares do que realmente faz parte da interação da criança com o seu meio. As diferenças são respeitadas e vem a somar para o que agrega e aponta as diversas medidas e formas de compreender bem como entrelaçar as variáveis para o que torna possível salientar o que de fato é significativo e operante nas determinações do acompanhamento do homem no meio que vive. A inclusão é um processo que ocorre desde a família até a formação de um cidadão que atenda as várias situações de soma e resultados do que se tem como princípio o elo e o apontamento dos valores do homem no meio que o compõe. Nas diferentes situações torna possível agregar e determinar o que de fato é operante para os resultados de um fazer quanto ao senso de justiça e valores no que propicia o desenvolvimento e a manifestação do que é considerado essencial para o bem-estar de um cidadão capaz de aprimorar as suas habilidades e competências mediante a sua característica. Em geral, a inclusão vem sendo adaptada ao que associa e possibilita atender a cada um na base e construção da aprendizagem em conjunto com os demais. A participação de toda comunidade oferece condições para que a criança aprimore o seu conhecimento e relevância do ensino quanto ao que é mantido e vivenciado. A metodologia desenvolvida é bibliográfica identificando os principais autores que o envolve. Portanto, a inclusão é muito importante para o desenvolvimento de um cidadão cada vez mais presente no meio que vive.

Palavras-chave: Social. Inclusão. Homem. Aprendizagem.

ABSTRACT

The purpose of this article is to identify the inclusion in society is essential as to what requires the development of a citizen in society. The inclusion activity in relation to the school context is fundamental for the child to develop and enhance their skills and expertise as to what is assumed and favors new looks that really is part of the child's interaction with their environment. The differences are respected and comes to add to what adds and points out the different measures and ways of understanding and entangle the variables for which makes it possible to highlight what really is significant and active in human monitoring determinations among living . Inclusion is a process that takes place from the family to the formation of a citizen who meets the various situations of sum and results than you have as a principle the link and the pointing of human values in the middle that compose it. In situations makes it possible to aggregate and determine what is in fact working for the results of a do about the sense of justice and values in that enables the development and manifestation of what is considered essential to the welfare of a capable citizen hone their skills and competencies through their characteristic. In

1 Mestrando em Educação Holística.

general, the inclusion has been adapted to serve and allows that associates each of the learning base and construction together with the other. The participation of the whole community provides conditions for the child to enhance their knowledge and relevance of education as to what is maintained and experienced. The methodology is literature identifying the main authors that surrounds it. Therefore, the inclusion is very important for the development of a people are increasingly present in the medium living.

Key- words: Social. Inclusion. Man. Learning.

1 INTRODUÇÃO

A forma de atender e possibilitar novos horizontes quanto ao que vem a contribuir nos valores e ações do desenvolvimento de um cidadão que atenda e possibilite associar bem como apontar a vigência e o reconhecimento do homem é o que é apontado como um reconhecimento das diferenças junto ao meio que ocupamos.

A educação inclusiva é apontada em toda sociedade como recompensa das atividades que o homem ocupa quanto as inúmeras formas de fazer a diferença e possibilitar uma nova medida e acompanhamento de um cidadão que é capaz de desenvolver suas habilidades e competências ao que assiste e faz a diferença quanto ao que é vivenciado nas diversas situações.

A educação inclusiva nos últimos anos no sistema educacional possui o propósito de integrar família-escola, com isso, relatar a vivencia do conhecimento para o exercício da cidadania de modo que a preparação dos profissionais, a interação da família seja fonte de familiarização de cada um para com aqueles que procurem a transformação da sociedade para a adaptação do homem de acordo com suas necessidades e meio.

Assim, as escolas e profissionais vem adaptando por meio de práticas pedagógicas que atendam a legislação e as recompensas em relação a superação das dificuldades de aprendizagem. O ambiente escolar é o meio da construção significativa da aprendizagem de qualidade.

A educação inclusiva é um componente que envolve a todos de modo a assistir e contribuir para as diretrizes do que acompanha e possibilita a mediação bem como o que é fonte de presença e mudanças ao que favorece e permite o desempenho do homem na sociedade.

A cultura, o social e as práticas pedagógicas precisam ser evidenciadas para que se tenha a atividade de inclusão que valida as reais perspectivas e ações de melhorias quanto ao exercício da atividade no ambiente escolar.

Portanto, as diversas formas que caracteriza a aprendizagem dá se no todo, onde a criança com necessidade especial possa desenvolver e acrescentar

as suas habilidades de um cidadão que é capaz de manifestar e interagir com os demais.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação para o aluno especial vai sendo incorporada aos poucos pelas unidades de ensino de modo que os ajustes e a qualificação determinada atendam aos novos pressupostos de modalidade do ensino, sendo que, cada um com suas características deve ser atendido quanto ao que se tem como consequência e desenvolvimento dos meios e fontes de recursos para a sua integração.

A educação especial propõe as mudanças quanto ao ensino e a prática desenvolvida para que o preconceito seja eliminado do meio a que faz parte com o intuito de favorecer e acrescentar as mudanças que determine a participação da criança ao seu meio que favorece a organização de um sistema de ensino que atenda a criança com necessidade especial.

A Constituição Federal de 1988, aborda o papel que a atividade da inclusão representa para a sociedade com o intuito de assegurar as melhorias e evidências de uma prática dinâmica que reluta com novas formas e percepções do sujeito atuar na sociedade, ou seja, que esta venha a aceitar as diferenças presentes ao seu meio, pois a pessoa com necessidade especial muitas vezes é rejeitada e discriminada do meio a que pertence.

A Constituição da República de 1988, “prevê o pleno desenvolvimento do cidadão, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; garante o direito à escola para todos; e coloca como princípio para a Educação o “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”.

A educação inclusiva reside na integração de todos os membros da sociedade com o objetivo de obter o conhecimento, a aprendizagem mediante a capacidade de criar, estabelecer critérios que o faz crescer de acordo com a sua potencialidade e a prática da cidadania centrada nos valores de conformidade na participação do sujeito, de modo que cada um também aprenda com as suas diferenças.

A LDB 9393/96 em seu art. 58 destaca que a educação especial de inclusão deverá ser ministrada no ensino regular para os educandos que são portadores de necessidade especial.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, percebe-se uma evolução qualitativa para o ensino especial. A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

em seu artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades, assegura assim a educação básica com oportunidades da qualidade de ensino bem como a conclusão do mesmo (PASSOS, BASTOS, GOMES; apud, BRASIL, 1996).

A sociedade, bem como a escola e os demais profissionais envolvidos devem apresentar especialidade para atender aos desejos de seus componentes, desenvolver as suas habilidades, por meio de atividades, currículos específicos para o seu desempenho do cotidiano.

A escola, bem como a família, precisam encontrar capacitados para atuarem com a exploração das habilidades dos portadores de necessidades especiais, bem como oferecer aos mesmos recursos que os fazem crescer e aprimorar as suas habilidades para a sistematização de um ensino que o compreenda no exercício de uma cidadania voltada para os valores e conhecimento de cada ação enfocada por parte do grupo.

É na interatividade de técnicas e demais recursos pertinentes para a concretização das mudanças, ou seja, que a atividade de inclusão seja trabalhada com o educando de modo que reconheça as suas competências e habilidades, não apenas um cumprimento da legislação, porque este exige a atuação do profissional, a elevação de práticas que o faz acreditar e ser capaz de criar, inovar-se e apresentar as habilidades presentes dentro do ser de cada um.

A habilidade, criatividade por parte do educando deve ser explorada de acordo com os critérios estabelecidos para que se tenha a seguridade do bem-estar do homem quanto ao meio que convive, determinando as ações claras e objetivas para a concretização dos fatos na sociedade.

IV – “educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade”, neste, contexto a atividade de integração visa salutar recursos e ações que beneficie o desenvolvimento do homem para a superação de suas habilidades, pois cada um é capaz de criar e determinar os elos de sua formação de modo a garantir o desenvolvimento social, cognitivo, afetivo, psicológico, dentre outros para a melhoria de ações que os faz crescer de acordo com a sua necessidade e interação para a composição de mudanças eficazes nas suas habilidades.

O educando que faz parte do sistema de educação especial precisa ser inserido no ambiente escolar e este deve oferecer a qualidade do ensino mediante o exercício de esforços que venham a contribuir para o desenvolvimento pleno do sujeito com necessidade especial.

O Plano Nacional de Educação PNE, Lei nº 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção

de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. Os objetivos e metas para o sistema de ensino deve atender ao ensino de qualidade proposto e referenciado quanto as mudanças de uma prática que contribui para a dinamização do ensino proposto quanto ao desenvolvimento de mudanças para o papel da inclusão (BRASIL, 2001).

A educação inclusiva exige que o referenciado de mudanças e práticas para a constituição de uma nova cultura acrescente e evidencie as práticas de um ensino para aqueles que tenham alguma “diferença” tenha seus direitos e deveres garantidos em relação a sociedade a que pertence.

É com a integração do deficiente no ensino regular das unidades de ensino que a educação obtém novos olhares e práticas das mudanças em relação a educação especial onde todos passam a obter acesso para a prática de valorização do ensino aprendizagem na efetivação e conquistas de mudanças efetivas quanto a interação do homem e o seu meio.

A atuação e dinamização do homem quanto aos recursos e práticas de valores contribui para que as mudanças e perspicácias de uma cidadania cada vez mais justa e acentuada ao seu meio permita que o ensino valorize a potencialidade do ser presente na sociedade.

As mudanças na educação especial, ou seja, a adoção de métodos e o desenvolvimento do currículo são práticas efetivas que asseguram a sua participação, eficácia, contribuição para que o sujeito acredite na sua capacidade e não tenha medo de desvendar o meio que o cerca.

A Declaração de Salamanca de 1994, em seu contexto destaca que não tem efeito de lei, diz que também devem receber atendimento especializado todas as crianças que apresentam necessidade especial. As crianças portadoras de necessidade especial devem ser atendidas no mesmo ambiente de ensino como todas as demais.

A legislação é clara e determinante de que a inclusão faz parte da sociedade a que encontramos inseridos com o propósito de salutar as melhorias vigentes de conquistas do cidadão, por isso possui todo direito de frequentar a sala de aula como as demais crianças ditas “normais”.

A dinamização da prática da inclusão ainda é uma questão de relutância devido as várias resistências encontradas por parte de professores, famílias e escolas que não acreditam na potencialidade do sujeito e, especialmente, não conhecer a deficiência apresentada por parte do sujeito e, conseqüentemente, a sua interatividade e mudanças para a preparação do profissional.

Para se incluir crianças com necessidades especiais no ensino regular, deve-se pensar em uma preparação para os profissionais que irão estar envolvidos nesse processo, principalmente, o educador que irá contatar diretamente

com essas crianças; desta forma, o desenvolvimento de seus conhecimentos e habilidades facilitarão a sua prática pedagógica na identificação de suas necessidades, avaliação e estimulação do sujeito para a sua formação.

A atividade da inclusão no ambiente escolar também é assimilada com a socialização, por isso, a necessidade de mudar a concepção das diferenças, o que o faz crescer em um ambiente que assemelha uns aos outros e o orienta para ser capaz de construir as suas habilidades. Neste contexto, a interação com a comunidade e a família favorece as mudanças de concepções quanto ao exercício da cidadania de mudanças que favoreça a compreensão da eficácia de recursos que melhora a participação de cada um.

O trabalho em grupo enriquece a prática da afetividade quanto ao papel desenvolvido por parte da inclusão porque este de alguma forma procura dinamizar, atuar com fontes propulsoras do conhecimento que valida o seu real papel.

O envolvimento dos alunos para a aprendizagem do trabalho é muito importante sendo que, depende da democratização do grupo e o desejo de aprender, mediante as situações vivenciadas, é preciso propor alternativas nos projetos de trabalho que atendam às necessidades da criança.

O trabalho em equipe é um fator essencial para a inclusão, pois os profissionais encontram entrelaçados e assim, obtêm resultados favoráveis para a equipe, os conflitos são solucionados e a criança valorizada.

A participação dos trabalhos na escola é essencial para que o educador conheça as atividades ali presentes e integrantes a sua realidade de modo que esta venha atender as suas necessidades, assim as competências fazem parte da direção e coordenação dos trabalhos.

A informação atualmente é um dos principais pressupostos para o homem e, na educação inclusiva não é diferente. Para a escola, é preciso que os pais mantenham informados sobre o desenvolvimento da criança, por isso, este faz parte de uma educação que insere toda a equipe pedagógica e os pais.

O uso dos novos recursos tecnológicos auxilia o homem na integração da criatividade e os novos recursos tecnológicos de modo que os problemas sejam solucionados com clareza e formação do espaço para o uso dos novos recursos tecnológicos.

Os recursos tecnológicos de alguma forma proporcionam o bem-estar os ajustes para que contribua na formação de um sujeito ativo que nos faz crescer diante de mudanças que exigem a compreensão e os fatos de valores de uma sociedade que marginaliza o desempenho do sujeito quanto ao seu potencial.

É por meio dos recursos da tecnologia que torna possível a qualidade do ensino.

Quando o docente estiver mobilizado, acolhido e apoiado, compreendendo que ele, com suas atitudes, fará a diferença no atendimento educacional, será quebrado o circuito interminável de desmotivação, queixa, preconceito e fracasso, sem que o corpo docente tem encontrado no dia a dia quanto à construção dessa escola: a baixa qualidade de ensino, a falta de infraestrutura, o baixo salário dos professores e o espaço escolar cheio de barreiras (físicas e atitudinais) (URBANEK, ROSS, 2011, p. 78).

Para que a inclusão de fato ocorra no ambiente escolar faz necessário acrescentar as mudanças e vigências de um novo olhar de todos (família, comunidade, escola) quanto ao exercício de uma sociedade que desenvolve a educação inclusiva que atenda a todos os seus membros participantes, ou seja, que o aluno seja favorecido quanto a obtenção de atividades que complementam o exercício da aprendizagem de qualidade e a formação deste para a sociedade a que pertence.

É com a dinamização de atividades e recursos que os resultados ocorrem nas mudanças do ambiente que proporciona o bem-estar do sujeito e, principalmente uma formação de qualidade na sociedade que se encontra inserido.

Compreender como a inclusão foi inserida na sociedade é fator que foi adaptado de acordo com as circunstâncias e o meio vivenciado que ao longo de sua interação tende a agregar e possibilitar bem como dimensionar o que faz parte do exercício da cidadania quanto ao que identifica e favorece a participação bem como a demonstração e a fonte de riqueza quanto aos princípios e o que aprimora para o reconhecimento de cada um com suas diversas características e práticas da educação especial.

Conforme destaca Monte e Santos (2005, p. 19)

As crianças com qualquer deficiência, independentemente de suas condições físicas sensoriais, cognitivas ou emocionais, são crianças que têm as mesmas necessidades básicas de afeto, cuidado e proteção, e os mesmos desejos e sentimentos das outras crianças. Elas têm a possibilidade de conviver, interagir, trocar, aprender, brincar e serem felizes, embora algumas vezes, de forma diferente.

As diferenças pressupõem um novo olhar, atuar da família, da creche, da escola e dos profissionais que ali se encontram para orientar a criança em toda a esfera de seu conhecimento e manifestação para com o ensino e o desejo que dela é apregoado no âmbito de garantir a satisfação da manifestação de um conhecimento prático e eficaz.

Ainda conforme aponta Monte e Santos (2005, p. 29)

Para que as crianças com necessidades educacionais especiais possam participar com sucesso desse programa em creches e pré-escolas há necessidade de professores empenhados na interação, acolhida e escuta dessas crianças, interessados em compreender suas necessidades e desejos, e disponíveis para interpretar suas formas de expressão e comunicação, muitas vezes diferentes daquelas das demais crianças da mesma faixa etária. E, principalmente, é preciso que os professores desejem querer ajudar as crianças a crescer e conhecer o mundo.

A relação de mudanças para com o ensino é de facilidade para que o aluno obtenha todas as orientações necessárias em relação à prática pedagógica quanto ao inserir do desenvolvimento da criança e a sua devida formação para que a criança obtenha todas as orientações necessárias em sua formação.

A criança com necessidade especial precisa ser acompanhada e atendida nas várias ações e determinações de um ensino pautado de acordo com sua deficiência e melhorias em relação ao que presume a inclusão das crianças com deficiência no ambiente educacional.

Conforme destaca Góes e Laplane (2000, p. 158)

Independentemente das diferenças de cada um dos alunos, temos de passar de um ensino transmissivo para uma pedagogia ativa, dialógica e interativa, que se contrapõe a toda e qualquer visão unidirecional de transferência unitária, individualizada e hierárquica do saber.

O professor é um dos principais contribuidores para que o educando sinta motivado a exercer suas atividades e proporcionar as consonantes mudanças em relação a inclusão e os resultados quando a sociedade adota a aprendizagem como uma relação de convivência com as diferenças.

A inclusão em suas diferentes situações aponta para as perspectivas do homem e os ajustes das evidências de que é possível termos uma sociedade mais justa de acordo com o que é vivenciado no cotidiano e que perfaz o desenvolvimento e as mudanças de equilíbrio do homem.

Vygotsky (1993) destaca que o desenvolvimento das pessoas dá-se de acordo com a sua capacidade e interação com o meio que vive, portanto, possui o objetivo de salutar as melhorias da unidade de ensino e a família para propiciar ao deficiente as condições do seu desenvolvimento e exercício para uma cidadania cada vez mais justa, ou seja, pela valorização das diferenças.

A inclusão faz parte de toda sociedade, pois desde a integração e a participação da família em conjunto com a escola é possível dinamizar todos os recursos que atendam ao bem-estar e promoção da efetivação de uma cidadania que o faz sentir integrado ao grupo que é parte de seu cotidiano.

Segundo Lúcia (1997, p. 6)

É importante que se estabeleça uma relação de confiança mútua e de parceria entre pais e profissionais, pois os pais, embora leigos em questões teóricas, convivem mais tempo com a criança e podem trazer dados importantes para o bom desenvolvimento do trabalho técnico.

É por meio das evidências dos fatos que se têm resultados satisfatórios para as atividades da inclusão na sociedade, ou seja, uma nova visão de como a mesma deve ser integrada e atuar com os resultados para o desempenho da qualidade e adaptação de recursos e práticas pedagógicas que atendam as necessidades do educando.

A Unidade de Ensino e a equipe escolar precisam adaptar as condições do deficiente, ou seja, enfatizar as evidências dos fatos mediante o currículo escolar, caso este não abranja concretamente o que é elemento essencial da inclusão, que a escola adapte a sua realidade.

Aflexibilidade faz parte do ambiente escolar. Assim, as várias denominações para a inclusão foram criadas e atualmente, faz parte da maioria das escolas e, por meio da legislação a inclusão é assegurada a todos os deficientes. A Constituição da República Federativa do Brasil (1988), define, no art. 205, a educação como um direito de todos e, no art. 208, III, o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino.

A educação especial exige a presença de um profissional que compreenda as atividades da inclusão. São várias as modalidades de deficiência: falta de atenção, dificuldade de aprendizagem, transtorno, hiperatividade, dentre outros. De acordo com Ramos (s.d) ao detectar alguma alteração faz necessário realizar um diagnóstico para que se tenha o conhecimento do que pode provocar e gerar tais mudanças.

A inclusão é um processo que favorece o educando a conviver com os demais que fazem parte de seu ambiente com o intuito de gerir a socialização e o desempenho do mesmo de acordo com o uso de sua criatividade.

O desafio da inclusão de acordo com Pacheco, Mantoan e Farell (2008) a evolução é fator crescente no Brasil e, esta por sua vez valoriza o aluno especial mediante as suas características e o que ele contribui para a convivência na sociedade, portanto, é preciso aceitar as diferenças individuais, valorizar cada pessoa, aprendizagem por meio da cooperação.

O progresso das diversas áreas do conhecimento são fontes de participação e consolidação para o exercício de atividades para que a qualidade da aprendizagem favoreça o processo de construção do conhecimento.

A avaliação diagnóstica como processo pedagógico, psicológico e psicopedagógico favorecem o educador a alcançar resultados que fazem parte

de sua existência para a valorização do que promove ao grupo a prática eficaz em relação à inclusão.

A legislação garante o desenvolvimento de um sujeito que por meio de suas habilidades e competências faça a diferença junto ao que é vivenciado e mantém a articulação dos princípios do que é considerado fundamental em toda a esfera de participação do mesmo.

O ser humano necessita de ser atendido em toda composição e satisfação do que operacionaliza e atende as variadas formas de compreender como é fundamental atender a cada um com suas necessidades.

A inclusão é fator que faz parte da sociedade e que exige a preparação do educador, e da própria escola para que torne possível inserir as práticas de um sistema educacional que demonstre os resultados que o beneficiem quanto à socialização do grupo.

Assim, ele possa crescer com as suas habilidades e demonstração dos objetivos que são realizados para serem acrescidos na relação de conquistas para a promoção do sujeito. É na integração de todos quanto ao favorecimento de um ambiente de aprendizagem e conquistas que o homem possui o desenvolvimento de suas habilidades e construção de uma educação inclusiva que beneficie a todos com os mesmos direitos e a capacidade de relacionar-se como o meio para que a aprendizagem de fato ocorra.

A participação de todos faz parte do reconhecimento de um cidadão capaz de buscar e internalizar o que é significativo e mantém a fonte de equilíbrio para o que ocorre nas entrelinhas do reconhecimento de um cidadão que permite determinar a aprendizagem de cada um no seu meio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em geral, a educação inclusiva em toda sua amplitude favorece e atende as diferentes manifestações e relutância do que ocorre como determinação e apontamento o que compreende e mantém a vivência bem como a articulação e a demonstração dos resultados quanto ao que é atribuído para a atividade inclusiva.

A amplitude de todo processo sistemático do homem no seu universo faz com que seja possível atender as necessidades e mensurar o que realmente é interligado para o que acompanha e faz a diferença do homem na sociedade que vive.

As diversas interpretações do que vem a ser a inclusão envolve o desempenho e as relações de um cidadão capaz de internalizar e compor o que realmente é fundamental para com a criança que possui deficiência.

A participação de todos (família, escola, comunidade) auxilia a criança a desenvolver e aprimorar as suas habilidades e competências no que valoriza e relaciona as diversas formas de buscar o reconhecimento e os apontamentos do homem no meio que vive.

O grande desafio para a sociedade bem como para a escola é de dar sustentação para as crianças e para o profissional, o qual, às vezes, não se encontra preparado para a situação de inclusão no seu cotidiano. Pode-se dizer que as barreiras enfrentadas são inúmeras, devido às atitudes preconceituosas que permeiam as práticas sociais, bem como o cumprimento da legislação que faz parte de nossa sociedade.

Portanto, a atividade de inclusão é fundamental para o que envolve e mantém as diferentes mediações e relutância do que acompanha o desenvolvimento de um cidadão cada vez mais presente e atuante no meio que se encontra.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL, Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. Brasília. MEC/SEESP, 2001.

GÓES, Maria Cecília Rafael de e LAPLANE, Adriana Lia Frizman de (orgs.). Políticas e práticas da educação inclusiva. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2000.

LUCIA, Maria Cica Cortez. Importância do trabalho com a família das pessoas

com deficiência Mental. IN.: Anais do II Congresso Brasileiro e I Encontro Latino Americano sobre Síndrome de Down, 1997.

MONTE, Francisca Roseneide Furtado do & SANTOS, Ide Borges dos. Saberes e práticas da inclusão: introdução/coordenação geral. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

PACHECO, Jose, MANTOAN, Maria Teresa Eglér e FARELL, Michael. A escola flexível. Revista Pátio. n. 48, nov. 2008.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

FATORES QUE PODEM INFLUENCIAR A PRODUTIVIDADE DO MILHO DE SEGUNDA SAFRA NA REGIÃO DE RIO VERDE GOIÁS

Raimundo Nonato Hermenegildo*¹
Aurélio Ferreira Melo²
Renata Ferreira Chavaglia³

RESUMO: Objetivou-se com este estudo, descrever sobre os fatores que podem influenciar diretamente na produtividade de milho de segunda safra, na cidade Rio Verde, Estado de Goiás. Avaliaram-se três fatores principais no processo de produção do milho: fatores climáticos, fatores genéticos e mão de obra utilizada no processo de produção, desde o plantio até colheita. Fatores climáticos afetam diretamente o processo de produção, visto que a planta do milho necessita de uma temperatura média de 25°C a 30°C para que se tenha resultados positivos, e temperaturas abaixo de 10°C e acima de 40°C podem ocasionar perdas significativas na produtividade. No quesito genética, atualmente, há no mercado uma grande variedade de sementes melhoradas, que de acordo com a região e o perfil do solo, o produtor pode escolher a que melhor se encaixa no que necessita, e associando um manejo adequado, com a adoção de insumos eficientes, pode alavancar sua produtividade. Diante de um clima propício, insumos de qualidade, sementes adaptadas para o solo e para a região, há um fator determinante na produtividade, a mão de obra. Operador sem qualificação, pode acarretar uma produtividade negativa ou mesmo abaixo do esperado dentro da produção, visto que, ainda tendo máquinas e implementos, tecnologias de precisão tão avançadas e com baixo índice de erros, a regulação e manutenção dessas tecnologias necessitam do ser humano para serem feitas, e diante disso, o fator mão de obra se torna principal dentro do processo produtivo, tendo um clima favorável, sementes de qualidade e um manejo certo.

Palavras-chave:Fatores. Produtividade. Mão de obra. Genética. Milho

FACTORS THAT MAY INFLUENCE THE PRODUCTIVITY OF SECOND SAFRA CORN IN THE REGION OF RIO VERDE GOIÁS

ABSTRACT: The objective of this study was to describe the factors that can directly influence the yield of second harvest corn in the city. Three main factors were evaluated in the maize production process: climatic factors, genetic factors and labor used in the production process, from planting to harvesting. Climatic factors directly affect the production process, since the maize plant requires an average temperature of 25 ° C to 30 ° C for positive results, and temperatures below 10 ° C and above 40 ° C can cause losses in productivity. On the genetic level, there is currently a large variety of improved seeds in the market, which according to the region and the soil profile, the producer can choose the one that

1 Acadêmico do Curso de Tecnologia em Agronegócio da Faculdade Almeida Rodrigues – FAR. E-mail: rayhermenegildo20@gmail.com

2 Professor do Curso de Tecnologia em Agronegócio da Faculdade Almeida Rodrigues – FAR. E-mail: aurelioferreiramelo1@hotmail.com

3 Professora Administração e Coordenadora do NICOM da FAR Graduada em Tecnologia de Agronegócio e Especialização em Gestão Estratégica Empresarial pela Faculdade Almeida Rodrigues – FAR. E-mail: renata_chavaglia@hotmail.com.

best fits the needs, and associating appropriate management with the adoption of efficient inputs, can leverage your productivity. Given a favorable climate, quality inputs, seeds adapted to the soil and the region, there is a determinant factor in productivity, labor. Unqualified operator can lead to a negative or even below-expected productivity in production, since, even with machines and implements, such advanced and low-error precision technologies, the regulation and maintenance of these technologies requires the human being to the labor factor becomes main in the productive process, having a favorable climate, quality seeds and a certain management.

Keywords: Factors. Productivity.Labor.Genetics. Corn

1 INTRODUÇÃO

O milho (*Zeamays L.*), por seu potencial produtivo, sua composição química e seu valor nutritivo, entre outros fatores, constitui-se em um dos mais importantes cereais cultivados e consumidos no mundo (FANCELLI; DOURADO NETO, 2000), sendo utilizado tanto para a alimentação humana quanto para a animal.

Em se tratando de produção, segundo a Embrapa Milho e Sorgo - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (2016), os três maiores produtores de milho mundial são EUA em primeiro lugar, seguida da China, em segundo, e em terceiro lugar o Brasil. Quando se refere a nível nacional, temos Mato Grosso, Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

A elevação produtiva se deu em função do aumento de área e às boas produtividades médias da atual safra, que não sofrerão influência das más condições climáticas do ano passado. Houve um aumento de 3% na área total em relação à safra anterior, chegando a 60,1 milhões de hectares cultivados com cereais no país.

Atualmente, sendo considerado o cereal mais importante das Américas e no mundo, o milho que teve segundo historiadores e estudiosos sua origem no México, e após isso, passando pelas Américas, e a cada dia mais vem tomando e ganhando espaço no cenário mundial, sendo um dos cereais mais utilizados de diversas formas como na alimentação: humana, animal, e sendo utilizado em indústrias de alta tecnologia.

Seu consumo proporciona vários benefícios à saúde, sendo ricos em fibras, que é um dos componentes muito importantes no ritmo intestinal, como também rico em proteínas, carboidratos e minerais.

Embora seja um alimento bastante diversificado nos pratos brasileiros, como principalmente em canjica e pamonha, segundo a Embrapa (2016), apenas 5% de toda produção nacional é consumida pelos seres humanos, e

do montante que é produzido no país, 65% é destinado a produção de rações para a alimentação de animais, o restante, 30% é destinados a outros fins, como remédios, cosméticos, combustíveis, entre outros.

Diante do avanço da tecnologia e a descoberta de novos meios de produção e manejo, alguns fatores podem contribuir positivamente para o aumento da produtividade, assim como, em contramão a isso, podem diminuir a produção do cereal.

Dentre os diversos fatores que influenciam na produtividade da cultura, os principais são: a busca por sementes com genótipos de qualidade, como também fatores climáticos e um dos principais, a mão de obra qualificada.

Diante do contexto, o presente estudo tem como objetivo avaliar os fatores que podem influenciar na produtividade do milho em área determinada na cidade de Rio Verde Goiás.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O milho é caracterizado como uma planta com um metabolismo C4, que apresenta uma melhor adaptação à alta radiação e que tem certa afinidade com dióxido de carbono CO₂ (PEREIRA, 2014). Tendo assim o número de grãos e da produtividade definidos pela temperatura e também pela radiação solar, que ocorre desde a germinação até o processo de espigamento, sendo obtidas maiores produtividades em locais onde há uma maior relação entre temperatura e a radiação solar.

A planta do milho é uma monocotiledônea, sendo uma planta herbácea, anual, com um ciclo completo que dura entre quatro e cinco meses após o período de germinação, que pode variar de 3 a 4 dias, dependendo da cultivar plantada.

Apresenta sistema radicular peculiar como das gramíneas, tipo fasciculado ou como é chamando popularmente de cabeleira que pode atingir entre 1,5 a 3,0 m de comprimento, que se alojam nos primeiros 30 cm de profundidade, o que nos deixa claro sua limitada tolerância à deficiência hídrica, segundo (FORNASIERI 1992).

A duração do período vegetativo da planta pode variar de acordo com a cultivar, como também fatores climáticos, gera em torno de 40 a 100 dias.

2.1 Ranking de Produção Mundial

De acordo com Peixoto (2014), atualmente os maiores produtores mundiais de milho são os Estados Unidos, china, Brasil e Argentina, produzindo juntos,

pouco mais de 70% da produção mundial, com uma produção equivalente a 200 milhões de toneladas, e esse número vai só crescendo, graças aos produtos, manejo e o avanço em tecnologia.

2.2 Ranking Nacional

De acordo com a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) 2016, o estado do Mato Grosso produziu 20 milhões de toneladas de milho na safra 2015/2016, seguido do estado do Paraná com 16.2 milhões/t, Mato Grosso do Sul com 8.3 milhões/t, Goiás com 7.7 milhões/t, Minas Gerais com 7 milhões/t e Rio Grande do Sul com 6 milhões/t.

2.3 Ranking Regional

No estado de Goiás, os maiores produtores de milho da região são: Jataí com 1.593.000 t. e Rio Verde com 1.512.900 t., ficando Jataí, com a segunda maior produção de milho do país, atrás somente de Sorriso (MT), Rio Verde é o terceiro maior produtor do cereal no país de acordo com a (CONAB 2016).

Alguns fatores fizeram com que em 10 anos passássemos de 35 milhões de toneladas, numa área de aproximadamente 12,3 milhões de hectares, para 82 milhões de toneladas em pouco mais de 15,2 milhões de hectares, uma área de 30% e um aumento na produção em 200%. Fatores como a utilização de tecnologias no campo, um manejo mais eficiente e a busca de informações por parte dos produtores, fizeram com que a nossa produção aumentasse positivamente.

Alguns anos atrás, quando se falava em milho, produtores logo deixavam o assunto de lado, pois na cabeça deles, o milho era utilizado mais para um incremento na produção da sua propriedade, usado mais para rotação de culturas, que tinha como foco principal, evitar pragas e doenças e deixar no solo, resíduos para serem utilizado mais à frente, no plantio da cultura da soja.

Com o passar dos anos o milho, começou a ser avaliado e ganhar seu espaço no cenário global e assim, mudando a visão dos produtores em relação ao cereal.

2.4 Importância Socioeconômica

Sua importância é caracterizada pelas suas variadas formas de como é comercializada, que vai desde alimentação humana e de animais até a indústria de cosméticos e farmacêuticos. Sendo que o uso desse cereal na alimentação

animal chega aproximadamente 70% de tudo é produzido mundialmente. Nos EUA, 50% são destinados para esse fim, e no Brasil, equivale a 60% a 80%, de acordo com os dados de cada região.

Mesmo sendo pouco utilizados na alimentação humana, os derivados de milho constituem fatores importantes de uso desse cereal em regiões com baixa renda (EMBRAPA 2010), são regiões caracterizadas pelo consumo de alimentos substitutos, como por exemplo, cuscuz, flocos de milho, que são alimentos derivados do milho.

Por ter várias possibilidades de aplicação, a cultura do milho alcançou uma grande importância socioeconômica, que além de gerar diversos empregos no meio rural, o milho serve como base da alimentação no fornecimento de nutrientes para famílias que vivem da agricultura de subsistência, ou seja, a agricultura familiar, e ainda é matéria-prima indispensável para muitos outros complexos agroindustriais, de acordo com (FANCELLI E DOURADO NETO 2000).

Segundo Viegas (1990), a produtividade brasileira só é afetada pela baixa produtividade da agricultura familiar nas regiões: Norte e Nordeste, onde as técnicas utilizadas na produção ainda são muito rudimentares, com baixa ou nenhuma utilização de insumos, e os solos não disponibilizam o mínimo necessário para o plantio, para que possam produzir com qualidade e ter uma produção significativa.

2.5 Fatores Climáticos

O território brasileiro é dividido entre o Hemisfério Sul, 93% e o restante 7% no Hemisfério Norte, isso significa que o território brasileiro está situado na zona intertropical do planeta, com exceção do Sul conforme citado por (Freitas 2017), sendo o clima da região de Goiás, tropical, com períodos climáticos bem definidos.

Segundo Sampaio (2015), a temperatura global aumenta em média, torno de 0,74°C por século, e ao final do século XX poderá chegar ao limite de 2°C, podendo aumentar até o final do século XXI, algo em torno de 2 a 6,4°C, Isso implica diretamente nos processos de produção de diversas culturas que são essenciais ao desenvolvimento humano e mundial.

A cultura do milho necessita que os fatores climáticos, principalmente a temperatura, a precipitação pluviométrica e o foto período, estejam em níveis aceitáveis pela cultivar, para que seu potencial de produção atinja o máximo.

A temperatura tem uma relação direta quando se trata de produção, e influencia diretamente no desempenho da cultura em seus diferentes estágios.

Dependendo da incidência e variação dessa temperatura a planta pode sofrer, vindo a um declínio e até mesmo alavancar no quesito produção.

Segundo Empraba (2016), a temperatura ideal para o desenvolvimento da planta do milho, que compreende o período de emergência a floração, varia entre 25°C e 30°C, e temperaturas abaixo dos 10°C e acima de 40°C, ocasionam prejuízos na cultura.

A temperatura e umidade são fatores determinantes na emergência das plântulas e da taxa de aparecimento de novas folhas, como todo o processo de produção e enchimento dos grãos, segundo Bergamaschi e Maztezanauer (2014), atualmente é um dos problemas que vem ocasionando perdas dentro da produtividade devido a essa escassez hídrica e a incidência de altas temperaturas no período em que a planta necessita de água para sua reprodução.

Quando se fala em umidade, a planta do milho é muito exigente e necessita de uma grande quantidade de água, podendo ser produzida em regiões em que as precipitações vão de 250mm a 5000mm anuais, sendo que a planta necessita de 600mm durante seu ciclo para que se tenha uma ótima produção.

2.6 Melhoramento Genético

O atual progresso do melhoramento genético da cultura do milho, fez com que essa cultura tenha maiores potências de produção, com ciclos variados que possibilitam um melhor gerenciamento por parte do produtor dentro da sua janela de produção.

O melhoramento trouxe consigo cultivares com maior resistência e com vantagens que o produtor pode adquirir de acordo com a demanda de sua propriedade.

De acordo com Cruz e Pereira Filho (2008), o primeiro grande passo na produção de uma cultura, é a escolha da cultivar adequada para sua propriedade.

De uma visão geral, a cultivar compreende 50% de todo o rendimento final, sendo os outros 50% divididos em manejo e clima, o que deve ser bem avaliado pelo produtor rural, visto que, em tempos modernos como os atuais, os padrões de qualidade são muito bem rigorosos, e os termos de qualidade e procedência são requisitos básicos exigidos pelas empresas fornecedoras.

Atualmente, a adoção de uma grande variedade de sementes melhoradas, manejo e insumos adequados, faz com que o rendimento das lavouras cresça gradativamente. Advinda da melhor seleção em múltiplos ambientes, levou ao desenvolvimento de genótipos com maior eficiência e que tenha condições de melhorias no ambiente cultivado, tornando possível a mudança de patamar de produtividade das cultivares lançadas pela indústria de sementes, tornando cada

vez melhor os processos de produção (CRUZ e PEREIRA FILHO,2008).

2.7 Mão de obra

Segundo Chiavenato (2009), qualidade dos recursos humanos dentro de uma empresa é um dos fatores principais do seu sucesso ou fracasso.

Quando se trata da mão de obra, refere-se ao pessoal responsável por todo o processo de produção, sejam eles em uma empresa de alimentos, cosméticos, educação.

Esses profissionais em suas diversas áreas são responsáveis por tudo aquilo que conhecemos, vestimos, consumimos. Hoje, com a globalização, o avanço de estudos e das tecnologias, as pessoas precisam se reciclar, para tentar dar o melhor dentro da sua área de atuação, seja num restaurante, telefonista, vendedor de picolé.

De acordo com Motta (2000) falta de qualificação pode influenciar diretamente num processo de produção, pois, sem o conhecimento necessário para execução, esse processo pode não sair conforme o planejamento feito, e assim interferir na produtividade.

Em se tratando de produção agrícola, os profissionais que executam essas tarefas devem ser bem qualificados, visto que, um erro durante os processos, pode afetar a produtividade e conseqüentemente, chegar a prejuízos enormes. O processo de plantio do milho começa muito antes do depósito das sementes na área a ser plantada. O processo se inicia com a revisão das máquinas e equipamentos que serão utilizados para plantio, como também a colheita.

No do plantio do milho, máquinas e equipamentos devem estar devidamente ajustados, diferente disso, podem ocorrer erros com as falhas ou mesmo alinhamento das linhas das cultivares, fato que acarreta transtorno no período de colheita.

A velocidade das máquinas no plantio pode influenciar no número populacional do milho. A produtividade só é afetada quando a população de plantas com espigas, é reduzida pelo incremento de velocidade, segundo Garcia et.al; (2006), ou seja, se o profissional que atuar no plantio, não tiver as qualificações necessárias para tal feito, essa produtividade pode ser afetada, ocasionando transtorno para o produtor.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o objetivo principal de cumprir a carga horária de 200 horas de estágio obrigatório, que é necessário para a conclusão do curso de Tecnologia

em agronegócio, esse projeto foi analisado e desenvolvido por meio de estudo de caso. O estudo foi fundamentado através da avaliação de um problema atual, como também através de informações adquiridas e vivenciadas e coletadas pelo estagiário, no intuito de observar, analisar e registrar os fatos, oriundos de um acompanhamento no processo de produção de milho em uma empresa de pequeno porte e de origem familiar que atua no ramo do agronegócio na cidade de Rio Verde – GO.

Conforme Barros (2000), estudos de caso são fluxos de informações sobre diversos casos detalhados, sendo assim, relatórios críticos, de forma organizado e bem avaliados. Com o intuito de solucionar problemas e desenvolver melhorias nesse processo.

3.1 Caracterização da Empresa

A pesquisa foi desenvolvida em uma empresa está situada na região de Rio Verde-Goiás na zona rural, sendo uma empresa que atua no ramo do agronegócio e que trabalha com a produção e comercialização de grãos.

A empresa é de origem familiar, sendo o diretor geral o próprio dono. Atualmente trabalham 15 funcionários, entre gerente geral, operadores de máquinas e caseiros.

Tendo um escritório gerencial situado no ambiente urbano que trata de toda a parte de administração e manutenção de máquinas e implementos.

A empresa trabalha atualmente com 2.300 hectares que estão distribuídos entre as regiões de Rio Verde, Montividiu e Paraúna Goiás.

3.2 Organograma

No topo da hierarquia da empresa temos o dono e diretor geral, que coordenar e decide todas as atividades com o gerente geral, que fica responsável por transmitir e fiscalizar as diretrizes que foram planejadas.

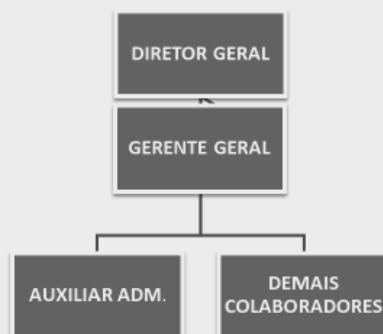


FIGURA 1 – Organograma
FONTE: Elaborado pelo autor 2017

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante desse estudo pode-se concluir que, são vários os fatores que implicam negativamente e positivamente na produção do milho. Alguns desses fatores podem ser planejados e terem a interferência do conhecimento humano, assim como outros são advindos da natureza. Fatores mecânicos e sociais podem ser administrados de acordo com planejamento, já os fatores climáticos e ambientais, têm um certo estudo, mas a certeza não equivale a 100%.

Concluiu-se através desse projeto que o quesito qualificação de mão de obra se torna o mais importante e necessário dentro desse processo de produção, e nele tem uma relevância positiva se bem avaliado, e negativo se caso não levado como um investimento na produção. Visto que, medidas como: acompanhamentos com relatórios de temperatura e fatores climáticos como a chuva, podem dar ao produtor uma projeção da melhor época para o plantio, assim como, a utilização de sementes registradas, e com tecnologias agregadas para cada tipo de solo e região, não afetam a produtividade se forem bem avaliados e organizados conforme necessidade.

Uma importante melhoria para esse processo de produção quando refere – se, principalmente a tecnologia e ao fator mão de obra, é de forma direta a busca do produtor, assim como dos colaboradores, as maneiras de adequar e qualificar a mão de obra existente na propriedade rural, com cursos de qualificação relacionados a cada etapa do processo de plantio e produção de milho, e o acompanhamento de desses processos. Esses cursos devem ser periódicos, já que as tecnologias atuais mudam constantemente, e um acompanhamento das inovações tecnológicas se faz necessário em um meio de produção em que erros mínimos podem acarretar grandes perdas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse estudo é possível identificar a importância do líder no desenvolvimento de equipe, buscando atender as necessidades e crescimento da organização, com colaboradores motivados. Líderes são agentes de mudança e inspiração de coragem para seus seguidores, mostrando assim coerência, energia, honestidade e carisma.

O resultado da pesquisa identificou que a forma de agir do líder influencia o grupo tanto de forma positiva quanto negativa. O segredo está nas mãos de quem lidera, que deve ser competente nas funções, cumprindo as missões para o sucesso.

Conhecer a equipe e a manter motivada, valorizada, isso permitirá o

crescimento da empresa e do gestor como líder. Dar autonomia, valorizar a independência dos colaboradores, fazendo com que cada um se sinta dono daquilo que lhe cabe.

A boa comunicação começa pelo âmbito de ouvir, de compreender o que o outro pretende, de saber elucidar o que o outro quer, a frequência desses diálogos e a confiança nos liderados favorecem condições para que eles também tenham confiança na liderança. Tão importante quanto a comunicação, é saber calar no momento certo e estar disponível para escutar.

O feedback importante para o auxílio e avaliação motivacional, saber como seu trabalho influencia nos resultados da empresa é um fator muito forte de motivação.

REFERÊNCIAS

BARROS, Aild. Fundamentos de Metodologia Científica: Um guia para a iniciação científica. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000

BERGAMASCHI, Homero; MATZENAUER, Ronaldo. O milho e o clima. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 2014. 84 p. il.

CHIAVENATO, I. Recursos humanos: o capital humano das organizações. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CONAB. Levantamentos de Safra. Disponível em <http://www.conab.gov.com.br> Acesso em 9 de setembro

CRUZ S. C. S.; PEREIRA F. R. S.; BICUDO S. J.; ALBUQUERQUE A. W.; SANTOS J. R.; E MACHADO C. G.; Nutrição do milho e da Brachiariadecumbens cultivados em consórcio em diferentes preparos do solo, Acta Sci. Agron. Maringá, v. 30, supl., p.733-739, 2008

CRUZ, J. C.; PEREIRA F. I. A. P. A cultura do milho. Sete Lagoas, Embrapa Milho e Sorgo, 2008, 517p

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. produção do milho.: EMBRAPA/MILHO E SORGO, 2016. Disponível em <https://www.embrapa.br/>

milho-e-sorgo>, acesso em 09 de Setembro de 2017

FANCELLI, A. L.; DOURADO N. D. Produção de milho. Guaíba, Ed. Agropecuária.2000. 360p.

FREITAS E., "Clima brasileiro"; Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/brasil/clima-brasileiro.htm>>. Acesso em 09 de setembro de 2017.

FORNASIERI F., D.A cultura do milho. Jaboticabal: FUNEP, 1992. 273p

LUIZ C. G.; JASPER R.; JASPER M.; FORNARI A. J.; BLUM B.A INFLUÊNCIA DA VELOCIDADE DE DESLOCAMENTO NA SEMEADURA DO MILHO Eng. Agríc. Jaboticabal, v.26, n.2, p.520-527, maio/ago. 2006

MOTTA, PAULO ROBERTO. Transformação Organizacional - A teoria e a prática de inovar, Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

PEIXOTO, M.C., O milho no Brasil, sua importância e evolução,2014. Disponível em <<http://www.pioneersementes.com.br/media-center/artigos/165/o-milho-no-brasil-sua-importancia-e-evolucao>> Acesso em 09 de Setembro de 2017.

PEREIRA I. P. L. Aspectos morfológicos e agrônômicos de plantas de milho em diferentes populações de plantas direcionamento de plantio. Viçosa, MG, 2014.

SAMPAIO, G. Projeções climáticas para o Brasil no século XXI: impactos na precipitação, temperatura e distribuição de biomas. Cadernos Temáticos. Rio de Janeiro. 2015. 19 p.

VIEGAS, G. P. Utilização do milho no Brasil. São Paulo, Seta, 1990.

PERDAS NA COLHEITA MECANIZADA DA CANA-DE-AÇÚCAR SOB DIFERENTES VELOCIDADES DE CORTE

Adriana Barros de Oliveira¹
Lucas Roberto de Carvalho²
Antônio Florentino de Lima Junior
Juliano Queiroz Santana Rosa
Roberto Barbuio
Juracy Mendes Moreira³

RESUMO: O processo de colheita mecanizada da cana-de-açúcar tem-se mostrado bastante eficiente no corte da cana e com menor custo operacional. Contudo, as perdas observadas durante esse processo aumentaram significativamente. Este trabalho teve como objetivo avaliar as perdas observadas em kg/ha na cultura da cana-de-açúcar crua sob quatro velocidades de cortes das máquinas colhedoras da John Deere durante o processo de colheita mecanizada nos canaviais. O experimento foi implantado e conduzido em um delineamento inteiramente casualizado na fazenda da usina destilaria Nova União (Denusa), município de Jandaia – Goiás, em cana de primeiro corte. Foram realizados levantamentos com sequências de amostras onde as máquinas colhedoras passaram com as velocidades de 2,5 km/h, 4 km/h, 7 km/h e 9 km/h. Os resultados indicaram que quanto maior a velocidade de corte das colhedoras, maiores são as perdas de cana de açúcar. As velocidades de 2,5 km/h e 4 km/h são aquelas que contribuíram para uma menor perda do produto.

Palavras-chave: Cana de açúcar. Colheita mecanizada e Plataforma de corte.

ABSTRACT: The mechanical harvesting process of sugarcane has a very efficient effect on sugarcane cutting and with lower operating costs. In spite of this, when seen during this process they increased significantly. This study aimed to evaluate the losses in kg / ha in the sugarcane crop along four harvest speeds of the machines harvested at John Deere during the mechanized harvesting process in the sugarcane plantations. The experiment was implemented and conducted in a completely randomized design on the Nova União distillery farm (Denusa), in the municipality of Jandaia - Goiás. Sampling sequences were collected on harvester machines at speeds of 2.5 km / h, 4 km / h, 7 km / h and 9 km / h. The results indicate that the highest harvester harvesting speed is greater as loss of sugarcane. As speeds of 2.5 km / h and 4 km / h are those that contributed to a greater loss of the product.

Keywords: Machinery harvesting. Sugar cane. Speed harvesting machine.

1 INTRODUÇÃO

No cenário brasileiro, a agricultura representa grande influência na economia, e as perdas causadas pela mecanização na cultura da cana-de-

1 Engenheira Agrônoma. E-mail: julianogsr@gmail.com

2 Prof. Faculdade Montes Belos E-mail: juramendes94@gmail.com

3 Autor para correspondência. E-mail: juramendes94@gmail.com

açúcar são bastante expressivas. A colheita da cana-de-açúcar no Brasil se iniciou com o corte manual e queimadas. Nos anos de 1950 e 1960, iniciou-se a mecanização da cultura com máquinas importadas da Austrália e dos EUA. O setor canavieiro teve grandes avanços tecnológicos no último século, pois com a mudança radical que se deu da colheita manual até a colheita mecanizada, com as inovações apareceram também novos problemas com o processo, um deles é a perda de cana-de-açúcar no decorrer do trajeto. Devido à transição do corte manual para o corte mecanizado sem queima (cana crua), resultou inicialmente em grandes perdas de produção as quais podem chegar até 15 %, sendo estas perdas gerada em forma de impurezas minerais ou vegetais, que é levado junto com a cana a 5 caminho do beneficiamento da matéria prima até a indústria, essas impurezas são de origem mineral ou vegetal. No entanto, ainda era necessária a queimada da palhada, sem a devida preocupação com o meio ambiente, com mão de obra sem qualificação, as colheitas tinham alto custo de produção e as perdas eram altamente significativas.

As impurezas vegetais são rejeitos como (folhas verdes, palhas e ponteiros), na cana crua é bem maior, pois se fosse com a cana queimada logicamente esta parte de resíduos seria carbonizada, ficando somente o gomo da cana-de-açúcar, de modo que essa matéria se descarte deve ser jogada para fora da máquina, na qual a colhedora passa a cana por um processo de separação e descarte sendo de grande necessidade passar o mínimo possível de impurezas para os seguintes processos. Se por ventura ainda após esta exclusão de material ainda passar um volume significativo de impurezas para os reservatórios ou gaiolas transportadoras, acarretarão sérios problemas com altos volumes, custos onerosos de transportes e aumento de risco de quebra ou incêndio, devido volume de fibrosos desidratados com seus aparelhos transportadores, além de que esses resíduos trazem inúmeros prejuízos.

As condições da cultura e do terreno influenciam diretamente na velocidade de deslocamento das máquinas colhedoras da cana-de-açúcar, sendo assim, em maiores velocidades, a capacidade operacional será maior, em contrapartida, levam a um aumento de perdas por conter um maior número de massa a ser processada pela colhedora. As máquinas alcançam uma velocidade de até 9 km/h, segundo especificações do fabricante, mas geralmente trabalham até a 6 km/h, provavelmente pela falta de sistematização dos talhões, por isso, a velocidade deve ser ajustada em função das características do talhão.

Segundo BEAUCLAIR & SCARPARI (2006), tendo a cana-de-açúcar um sistema radicular profundo, com ciclo vegetativo econômico de quatro anos e meio ou mais, e intensa mecanização, o preparo do solo deve ser profundo e esmerado. Os autores salientaram, também, que as unidades sucroalcooleiras não seguem

uma linha uniforme de preparo, em função do tipo de solo predominante e da disponibilidade de máquinas e implementos. Para a instalação do canavial, todos os preceitos de boas técnicas agrônômicas devem ser considerados, tais como: preparo do solo; mudas de qualidade (sadias e bem manipuladas); tratamento fitossanitário do solo e das mudas; adubação, entre outros (RIPOLI & RIPOLI, 2004).

Em 2007 foi criado pelo governo de São Paulo o protocolo ambiental que tinha como objetivo de premiar as boas práticas ambientais do setor sucroalcooleiro com um certificado de conformidade. Diante dos impactos causados pela cultura da cana-de-açúcar, o protocolo propõe o fim da queima da palhada, proteção das nascentes e de matas ciliares, controle das erosões, melhores práticas do uso do solo e destino final correto das embalagens de agrotóxicos.

A colheita mecanizada da cana-de-açúcar por colhedoras específicas aumenta a cada dia no Brasil, principalmente em áreas com acesso livre, sem obstáculos naturais e com declividade inferior a 12% (NEVES, 2003). A colheita mecanizada da cana-de-açúcar tem relevância em todo o processo produtivo da cultura, inclusive na qualidade do produto final entregue para o processamento na usina. A agricultura é uma importante fonte de emprego da população de baixa escolaridade no Brasil, e por causa da mecanização houve a necessidade da capacitação de profissionais e programas educacionais para os mesmos (NEVES, 2004). A colheita mecanizada de cana-de-açúcar crua apresenta vantagens e desvantagens sobre a colheita semimecanizada. Dentre as vantagens, destacam-se: menor agressão ao meio ambiente, maior acúmulo de material orgânico sobre o solo e redução do quadro de funcionários. As desvantagens estão relacionadas principalmente com a redução na qualidade da matéria-prima (impurezas), necessidade de mão de obra especializada. Dentre as perdas quantitativas na colheita mecanizada de cana-de-açúcar crua, são destacadas as perdas do tipo: toco, rebolo repicado, pedaço fixo, pedaço solto, lasca, cana-ponta, cana inteira e estilhaço, sendo o somatório dessas contabilizado em perdas totais. Qualitativamente, são avaliados os danos causados às soqueiras após a colheita da cana-de-açúcar pela máquina, bem como o arranquio dessas.

A mecanização nos canaviais é uma preocupação das usinas de açúcar e álcool a fim de se obter melhores resultados, controlar os custos, não perder a qualidade e diminuir significativa a perda de cana-de-açúcar no campo. Em função disso, que são realizadas as avaliações de perdas pelas colhedoras da cana picada, para obter o gerenciamento da operação pelas usinas (MELLO, 2003). Dentre as atividades do processo de implantação e de condução da cultura da cana-de-açúcar, sejam elas manuais ou mecanizadas ou semimecanizadas,

destacam-se: preparo do solo, plantio, tratos culturais e colheita, fechando o ciclo da safra com o enleiramento de palha em áreas de colheita mecanizada. O cultivo da cana-de-açúcar é considerado uma das primeiras atividades de importância nacional, ocupando posição de destaque na economia brasileira. Tal atividade tem grande relevância na geração de renda, empregos e divisas, principalmente quando se relaciona à exploração da referida cultura com a produção de açúcar, de álcool e de aguardente.

Há dois tipos de perdas na colheita mecanizada da cana-de-açúcar, as perdas visíveis e as invisíveis. As visíveis são de fácil identificação e que podem ser estimadas no campo. Ex: quantidade de matéria-prima na forma de cana inteira, toca, tolete e pedaço de cana que é deixado no campo após a passagem da máquina pela linha de colheita. As perdas invisíveis são de difícil identificação e impossibilitadas de serem contabilizadas no campo, portanto, são enviadas ao laboratório para realizar a caracterização das partículas deixadas pelos processos que acontecem no interior das máquinas. Exemplo: quantidade de matéria-prima extraviada na forma de caldo, serragem e pequenos estilhaços. Segundo BARBOSA & SILVEIRA (2006), o cultivo da cana-de-açúcar é considerado uma das primeiras atividades de importância nacional, ocupando posição de destaque na economia brasileira. Considerando a produção de açúcar, álcool e aguardente, essa atividade transparece com grande relevância na geração de divisas.

Segundo VOLPATO (2002), a cana-de-açúcar tem a qualidade tecnológica reduzida quando é colhida mecanicamente, pelo fato de que os cortadores de bases possuem os rebolos que foram divididos em partes menores, o que permite a contaminação e incorporação de terra em sua composição. Isso ocorre quando as lâminas dos discos dos cortadores trabalham em contato ou abaixo da superfície do solo ou mesmo do sistema radicular das soqueiras arrancadas forem carregados juntamente com a cana-de-açúcar. Segundo dados da CONAB (2008), a produção de cana-de-açúcar no Estado do Rio Grande do Norte crescerá em torno de 16,0% na safra 2008/2009, chegando ao mês de fevereiro com 4 milhões de toneladas colhidas, sendo 1,83 milhão de toneladas voltadas para a transformação em açúcar, gerando 235,8 mil toneladas do produto, havendo acréscimo de 9,2% em relação à safra passada. Contudo, a participação do açúcar no total de cana colhida caiu de 51,0 para 45,4% nesse levantamento, dando mais espaço para a produção de álcool e de outros produtos.

O objetivo deste trabalho foi avaliar a perda da colheita mecanizada de cana-de-açúcar sob diferentes velocidades de corte.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O experimento foi conduzido na usina de produção de álcool Destilaria Nova União (Denusa), no mês de novembro da safra 2017/2018. Os talhões avaliados eram do município de Indiara no Estado de Goiás, em uma área com altitude de 550 e declividade menor que 5%.

A variedade de cana-de-açúcar utilizada no experimento foi a IACSP96-2042, que possui porte semiereto, alta produção de toneladas de cana por hectare, boa brotação de soqueira sob palha, indicada para ambientes médio-favoráveis, com perfis estáveis, é isenta de florescimento e indicada para colheita a partir da 2ª Quinzena de Julho a Novembro. O Experimento foi realizado no primeiro corte do canavial e a colhedora utilizada foi a John Deere 3520, que pode trabalhar numa velocidade de até 9.6 km/h. Para realização deste experimento, as colhedoras foram programadas a trabalhar nas velocidades de 2,5; 4; 7 e 9 km/h, a fim de levantar os dados necessários a realizar este trabalho. O experimento para avaliação das perdas foi realizado em canas de primeiro corte, espaçamento entre linhas de 1,5 metros e a coleta das amostras da colheita mecanizada foi feita durante o dia.

Para realização do experimento foram utilizados gabaritos de 10m² com cordas e estacas de ferro, podão, trena, balança marine sports fish scale para pesca 25 kg, bastão de madeira, prancheta plástica, sacola plástica para pesagem, caneta. Os gabaritos foram montados fixando as estacas de ferros nos quatro cantos no chão, batendo com uma marreta até que se firme completamente, pegando duas linhas de cana. Posteriormente a equipe da auditoria delimitou o espaço de 10m² e iniciou a catação das perdas desde o mínimo pedaço de cana até a cana inteira dentro de cada amostra, ocasionada pela colhedora, a qual a velocidade da mesma influência no processo de perda.

Em cada etapa de velocidade do experimento foram realizadas 70 amostras com pontos aleatórios, utilizando um bastão de madeira, que é lançado depois de contados vinte passos da amostra anterior para definir o local da próxima amostra. O podão foi utilizado para cortar as perdas que ficaram fixas no solo e para medir o local onde deve ser feito o corte. A pesagem foi realizada utilizando a balança e sacola plástica, pelo fator de ser um material leve sem necessidade de tirar a tara da mesma. Posteriormente pegamos a prancheta e anotamos em uma ficha de campo o peso da perda de cana-de-açúcar em cada amostra para calcular a média.

Foram tomados todos os cuidados de praxes durante a amostragem, tais como não fazer amostras próximas a curvas de níveis, carregadores, deixarem bordaduras dentro dos talhões (para início de cada ponto foram contados vinte passos afastados das bordas dos talhões), próximos a formigueiros, solos desnivelados, áreas de pedreiras.

Os dados foram submetidos à análise variância utilizando o Software estatístico R (R Development Core Team, 2018).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao verificar os resultados do experimento (tabela 1) realizado, foi demonstrado que a perda total na velocidade de 2.5 km/h e 4 km/h foram menores que as demais e diferiram estatisticamente pelo teste de Scott-Knott a 5%. As perdas nas velocidades de 7 km/h e 9 km/h, por sua vez, diferiram estatisticamente, com a perda aumentando com o aumento da velocidade de corte. Além da análise estatística pelo teste de Scott-Knott foi realizada comparação percentual entre as perdas (tabela 01), para tanto, a perda na velocidade de 2,5 km/h foi considerada como 0%. A partir disto, descobriu-se que na velocidade de 4 km/h houve aumento de 25% na perda total; na velocidade de 7 km/h houve aumento de 74% na perda total; e na velocidade de 9 km/h houve aumento de 216% na perda total. Dessa forma, percebe-se que realmente nas velocidades de 7 km/h e 9 km/h as perdas aumentam drasticamente.

Foi realizada também análise de variância, que se mostrou significativa para regressão quadrática com coeficiente de determinação de 0,97, como observado no gráfico 1. O ponto de mínimo calculado a partir da equação foi de 3,4, ou seja, a velocidade ideal (menor perda total) de trabalho para a colhedora John Deere 3520 é de 3,4 km/h, nas condições do experimento. O gráfico 1 corrobora com tabela 1, reforçando que as menores perdas são encontradas entre 2,5 e 4 km/h.

Tabela 1. Perda total na Colheita Mecanizada da Cana-de-açúcar sob diferentes velocidades de corte. Indiará – Goiás. 2018.

Velocidade (km/h)	Perda (kg/ha)	Comparação (%)
2,5	1.986,14 c	0,0%
4,0	2.498,91 c	25%
7,0	3.462,58 b	74%
9,0	6.283,37 a	216%

CV = 5,74%

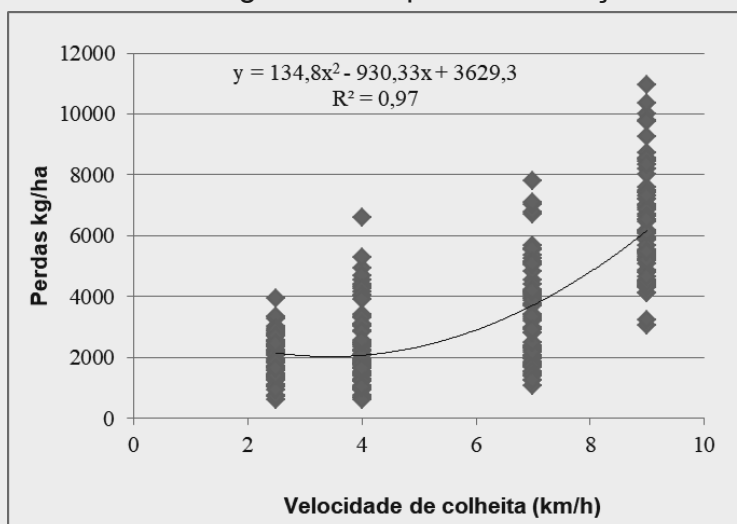
Médias seguidas pela mesma letra não diferiram pelo teste de Scott-Knott a 5%.

SALVI (2007) realizou um experimento focado nas velocidades com intuito de estudar as perdas que ocorrem na colheita mecanizada sob duas velocidades. A primeira velocidade com a colhedora transitando foi de 8 km e a segunda de 6,5 a 7 km. Ele utilizou a utilizou a da colhedora John Deer. Com os resultados obtidos, as perdas foram analisadas e comparadas às médias finais,

onde foi comprovado que a colhedora operando com maior velocidade, tem maior quantidade de perda.

MAGALHÃES (2006) analisou em estudo da colheita mecanizada, o desempenho operacional e econômico da colheita mecanizada, e constatou que um dos principais fatores que influenciam o nível de perdas no campo é a velocidade de deslocamento das máquinas colhedoras. MORAES (2007), utilizou duas colhedoras Claas, modelos Ventor e CC300, para realizar testes em campo com a variedade de cana-de-açúcar RB 83-5089, em cana crua e área de produtividade média de 126Mg ha⁻¹, operando com quatro velocidades de translação (0,47; 0,92; 1,50 e 2,08 m s⁻¹), e obtiveram a conclusão de que além do custo da tonelada de cana colhida diminuir, as capacidades operacionais e efetivas de campo aumentaram com o aumento da velocidade das máquinas, assim com as perdas e o índice de impureza vegetal não aumentaram com as colhedoras trabalhando em velocidades maiores. RIPOLI (2004) utilizou uma colhedora Brastoft A 7700 e chegou às mesmas conclusões, trabalhando com quatro velocidades de translação (0,36; 0,75; 1,47 e 2,14 m s⁻¹), em cana crua, processando a mesma variedade de cana e em uma área com 14,5 Mg ha⁻¹ de produtividade.

Gráfico 1. Análise de regressão da perda em função da velocidade.



NEVES (2006) realizou a quantificação das perdas invisíveis que ocorrem durante a colheita da cana-de-açúcar no conjunto do sistema que compõe a máquina, como nos rolos transportadores, rolos síncronos; ventiladores e elevador, e no sistema de corte de base.

Esse estudo demonstrou que os resultados mostram que as perdas invisíveis dependem do estado em que as facas do cortador de base se encontram e da variedade de cana-de-açúcar, onde constataram que as perdas

foram significativas na ordem de 2,1 a 5,4%. Nesse ensaio, os autores utilizaram cana-de-açúcar sem palha e mantiveram fluxo constante de cana em todos os testes.

O trabalho de ARAÚJO (2013) acompanhou o trabalho da colhedora, buscando perdas invisíveis, que são aquelas que não se pode notar no campo de trabalho, e também o ar e a eficácia dos extratores na hora da limpeza da cana, os testes foram feitos em condições monitoradas. Resultou-se então que as acelerações do ar dos extratores não influenciam nas perdas. Foram utilizadas as acelerações médias dos extratores, de 12.0 m/s no primário e no secundário foi de 9.2 m/s. (velocidade de translação). RAVENELI (2008) analisou se a prática do desponte interfere na colheita de cana. As pesquisas foram feitas em um laboratório. Foram utilizadas variedades de cana que tem maturação precoce, e todas elas estavam no seu segundo corte, as máquinas não estavam utilizando o despontador, sem a prática do desponte, as colheitas foram feitas na época de maio a setembro. Após todas as análises feitas no laboratório, foi possível afirmar que a prática do desponte, melhora a qualidade dos toletes, e não resultam em perda na produtividade. MANHÃES (2013) Analisou as perdas e os estragos às soqueiras, foi utilizada uma máquina colhedora da marca Case, modelo A8800, as devidas perdas foram coletadas e comparadas as médias, as perdas encontradas com maior frequência foram as de lascas e pedaços, no total foram analisados 42% das soqueiras.

4 CONCLUSÃO

Conclui-se que a velocidade de trabalho em que a colhedora John Deere 3520 apresenta menor perda total na colheita é de 3,4km/k. Velocidades superiores a 4 km/h podem aumentar as perdas em mais de 70%. Com a presente pesquisa notou-se que o assunto não é tão abordado, mas também é possível notar-se que nos últimos anos há um pequeno crescimento nos trabalhos abordando a questão de perdas e tomando a verdadeira importância que o assunto requer. Sugere-se para trabalhos futuros, que se faça uma revisão de literatura bem detalhada para uma melhor percepção quanto a perdas durante a colheita mecanizada de cana-de-açúcar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, E. S.; SANTOS, J. A. P. O desenvolvimento da cultura de cana-de-açúcar no Brasil: E sua relevância na economia nacional. 2013. XX f. Trabalho apresentado ao curso de Administração de Empresas, FACIDER, Colíder, MT,

2013.

BARBOSA, M. H. P.; SILVEIRA, L. C. I. Cana-de-açúcar: variedades, estabelecimento e manejo. In: Simpósio sobre manejo estratégico de pastagem, 3., 2006, Viçosa. Anais...Viçosa: Universidade Federal de Viçosa , 2006. p.245-276.

BEAUCLAIR, E. G. F.; SCARPARI, M. S. Noções Filotécnicas. In: RIPOLI, T.C.C.; RIPOLI, M.L.C.; CASAGRANDE, D.V.; IDE, B.Y. (Org.). Plantio de cana-de-açúcar: estado da arte. Piracicaba: Livro CERES, 2006. v.1, p.80-91.

CONAB. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Safra de cana de 2008/2009 - estimativa: 1º levantamento, maio 2008. Brasília, 2008. 12 p.

MANHÃES, C. M. C. Perdas quantitativas e danos às soqueiras na colheita de cana de açúcar no Norte Fluminense. Vértices, Campos dos Goytacazes, v. 15, p. 63-74, 2013.

MELLO, R. C.; HARRIS, H. Desempenho de cortadores de base para colhedoras de cana-de-açúcar com lâminas serrilhadas e inclinadas. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental, Campina Grande, v. 7, n. 2, p. 355-358, 2003.

MAGALHÃES, P.S.G. Colheita de cana-de-açúcar e palha para a produção de etanol. In: WORKSHOP - COLHEITA, TRANSPORTE E RECUPERAÇÃO DE PALHA, 2., 2006, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 19 p. 2006.

MORAES, M.A.F.D. O mercado de trabalho da agroindústria canavieira: desafios e oportunidades. Revista de Economia Aplicada, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 605-619. 2007.

NEVES, J.L.M.et al. Avaliação de perdas invisíveis de cana-de-açúcar nos sistemas da colhedora de cana picada. Engenharia Agrícola, Jaboticabal, v.23, n.3, p.539-46, 2003.

NEVES, J.L.M.; MAGALHÃES, P.S.G.; OTA, W.M. Sistema de monitoramento de perdas visíveis de cana-de-açúcar em colhedora de cana picada. Engenharia Agrícola, Jaboticabal, v.24, n.3, p.764-770, 2004.

NEVES, J.L.M. Avaliação de perdas invisíveis na colheita mecanizada em dois

fluxos de massa de cana-de-açúcar. *Engenharia Agrícola*, Jaboticabal, v.26, n.3, p.787-94, 2006.

RAVANELI, G. C.; MUTTON, M. Â.; MUTTON, M. J. R. Efeitos do desponte e das épocas de colheita sobre parâmetros tecnológicos em cana-de-açúcar. *Científica*, v. 32, n. 2, p. 185- 190, 2008.

R Development Core Team: a language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing, versão 2.13.1. Vienna, Austria, 2018. Disponível em: <<http://www.R-project.org>>.

RIPOLI, T. C. C.; RIPOLI, M. L. C. Biomassa de cana-de-açúcar: colheita, energia e ambiente. Piracicaba: Ed. Autor, 2004. 309 p.

SALVI, J.V.; MATOS, M.A.; MILAN M. Avaliação do desempenho de dispositivo de corte de base de colhedora de cana-de-açúcar. *Engenharia Agrícola*, Jaboticabal, v.27, n.1, p.201-9, 2007.

VOLPATO, C.E.S.; BRAUNBECK, O.A.; OLIVEIRA, C.A.A. Desenvolvimento e avaliação de um protótipo de cortador de base para colhedoras de cana-de-açúcar. *Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental*, Campina Grande, v.6, n.2, p.345-8, 2002.

AS DOENÇAS MENTAIS QUE AFETAM O PROFESSOR (A): SÍNDROME DE BURNOUT, O ESTRESSE E A DEPRESSÃO

Luciane Carvalho De Castro Guimarães¹

RESUMO: Este artigo analisa o comportamento humano vinculado as doenças do professor (a) do século XXI e as disfunções caracterizadas pelo esgotamento psicológico em virtude da sobrecarga negativa que ocasionam sintomas como o estresse, a síndrome de burnout e a depressão. Entretanto, foi nas últimas décadas que os temas ganharam maior espaço nas ciências psicológicas, psiquiátricas e nos meios de comunicação. Percebe-se uma popularização do tema depressão nos últimos anos estampada, principalmente, nos artigos de revistas, jornais, programas de televisão e em inúmeros sites da internet. A depressão é um assunto complexo e por essa razão é abordado por pontos de vista diferenciados, e, suscita grande número de pesquisas e especulações presentes na sociedade contemporânea vividas por crianças até na fase senil. Em especial entre professores, pois estas doenças se alastram e estão relacionadas com a prática profissional, junto à sensação de exaustão diretamente ligada ao excesso de trabalho que provocam sintomas físicos, psíquicos e comportamentais, tais como a falta de motivação, a perda do interesse pelas atividades do cotidiano, onde o ser humano compartilha sinais e sintomas da doença do século – a depressão. Essas síndromes afetam o psicológico, pois nas suas relações de trabalho, o professor se encontra muito próximo de pessoas em sofrimento e vários problemas familiares, onde absorve uma energia negativa daqueles alunos problemáticos e maldosos que querem justificar o seu fracasso, junto a cobranças das políticas públicas, pressão e outras insatisfações adquiridas no cotidiano, podendo identificar e vincular-se afetivamente às mesmas. Portanto são discutidos aspectos conceituais e causais das síndromes, das relações de trabalho em saúde mental e, especificamente, estudado no exercício profissional da Psicologia, considerando a realidade do Brasil, onde a Educação não tem voz, assim como em outros países que não valorizam o professor.

Palavras-chave: Estresse, Síndrome de burnout, Prática profissional.

ABSTRACT: This article analyzes the human behavior associated with the diseases of the 21st century teacher and the dysfunctions characterized by the psychological exhaustion due to the negative overload caused by symptoms such as stress, burnout syndrome and depression. However, it has been in the last decades that themes have gained more space in the psychological sciences, psychiatry and in the media. A popularization of the subject of depression in recent years has been popularized mainly in articles from magazines, newspapers, television programs and numerous internet sites. Depression is a complex subject, and for this reason it is approached from different points of view, and it raises a great number of researches and speculations present in contemporary society experienced by children and found even in the senile phase. Especially among teachers, as these diseases spread and are related to professional practice, along with the sensation of exhaustion directly linked to overwork that cause physical,

¹ Mestranda em Educação Holística. Graduada em Letras Modernas. Especialista em Língua Portuguesa e Literatura pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patrocínio-MG

psychic and behavioral symptoms, such as lack of motivation, loss of interest in activities of everyday life, where the human being shares signs and symptoms of the disease of the century - depression.

These syndromes affect the psychological, because in their work relationships, the teacher is very close to people in distress and various family problems, where it absorbs a negative energy of those problematic and malicious students who want to justify their failure, along with collections of policies public, pressure and other dissatisfactions acquired in the daily life, being able to identify and affectively bond with them. Therefore, conceptual and causal aspects of syndromes, work relations in mental health and specifically studied in the professional practice of Psychology are discussed, considering the reality of Brazil, where Education has no voice, as well as in other countries that do not value the teacher.

Keywords: Stress, burnout syndrome, Professional practice.

1. INTRODUÇÃO

O grande problema do trabalho docente é a sobrecarga de aulas comparado ao trabalho escravo devido a baixa remuneração, este profissional, que ocupa um papel central na vida das pessoas, sendo um fator relevante na formação da identidade e na inserção social das mesmas. Mas este professor doente não realiza o trabalho com louvor e a sua falta gera tumulto na escola, pois a saúde e a doença estão presentes no cotidiano das pessoas. Neste contexto, considera-se que o bem-estar adquirido pelo equilíbrio entre as expectativas em relação à atividade profissional e à concretização das mesmas é um dos fatores que constituem a qualidade de vida. Está proporcionada pela satisfação de condições objetivas tais como renda, emprego, objetos possuídos e qualidade de habitação, de condições subjetivas como segurança, privacidade e afeto (Wilheim & Déak, citado em Cardoso, 1999), bem como motivação, relações de autoestima, apoio e reconhecimento social.

O professor é um ser que pertence à sociedade e forma todas as profissões. Portanto, influencia e é influenciado, constrói saberes, incentiva e encoraja os alunos, onde motiva e estimula a sua autoestima. Modificam vidas, é exemplo e admirado, encanta e desencanta os seus alunos. Assim uma relação satisfatória com a atividade de trabalho é fundamental para o desenvolvimento nas diferentes áreas da vida humana e esta relação depende, em grande escala, dos suportes afetivos e sociais que os indivíduos recebem durante seu percurso profissional. Precisa gostar do que faz, sentir amor pela profissão para distribuir conhecimento, aperfeiçoar suas habilidades e exercer seu papel social. A afetividade provém do relacionamento com pessoas as quais é possível compartilhar preocupações, amarguras e esperanças, de modo que sua presença possa trazer sentimentos de segurança, conforto e confiança. O suporte social aplica-se ao quadro de

relações gerais que se estabelecem, naturalmente, entre colegas de trabalho, vizinhos e conhecidos, o que também pode favorecer o aprofundamento de relacionamentos que, mais tarde, venham a fazer parte do vínculo afetivo. Pois, o trabalho é uma auto realização e diante de tantas doenças surgidas neste século XXI e o descaso no contexto das políticas públicas que visam, “todos tenham direito à Educação” e poucas ações são desenvolvidas em privilegiar o bem estar dos docentes, apesar de elevado número de estudos ressaltando agravos à saúde mental do professor.

2. AS DOENÇAS MENTAIS QUE AFETAM O PROFESSOR (A): SÍNDROME DE BURNOUT, O ESTRESSE E A DEPRESSÃO

A realização de um trabalho como “sacerdócio” que predispõe o docente a se submeter a riscos e sobrecarga de trabalho, pressão de políticas públicas pedagógicas e hierarquias impostas, cobrança de aprovação e esquecimento da qualidade de ensino, o perigo e a violência que rondam as escolas, o desrespeito por parte de alunos e alguns pais, a desvalorização pessoal e salarial. Vive-se constantemente na correria, perdem-se horas de sono, compromissos sociais e familiares, alimenta-se mal, não tem condições e nem horário para ir ao médico, não se reserva um tempo para o lazer e uma qualidade de vida merecedora, em virtude disso pode ter como consequência o estresse que afeta os profissionais da educação neste século XXI, como consequência a Síndrome de Burnout, a Depressão e outras doenças ocupacionais são desenvolvidas em trabalhadores independentes da atividade que exercem, mas em especial ao desgaste físico e psicológico dos professores. Estas doenças são divididas em grupos, de acordo com as causas, são chamados de agentes agressores, que podem ser:

Físicos: bursite, tendinite e lombalgia e o esporão do calcâneo;

Ergonômicos: edema nas cordas vocais;

LER, (lesão por esforços repetitivos), Fadiga muscular, ocasionando muita dor, calo nas cordas vocais e rouquidão;

Emocionais: ansiedade, tensão, alta exigência, frustração e batimentos cardíacos acelerados, causado pelo estresse;

Químicos: Alergias diversas, tais como: rinite, faringite, infecções das vias áreas superiores, laringite, dermatite entre outras, geralmente causadas por utilização de giz, ventiladores ou ar condicionado sujo.

A falta de autoridade, apoio e punição de algumas autoridades pedagógicas na escola, o elevado número de alunos por turmas, sem limites, cheio de razões e tira a autoridade do professor, faz com que a doença ocupacional pode ocasionar ou agravar problemas já existentes. É necessário considerar que o

professor, trabalhando sobre pressão pode acentuar uma patologia de origem ergonômica e também o stress, o grau de desgaste total causado pela vida. Como afirma Saichard (apud Rio) “toda agressão de caráter neuropsíquico ou somático aumenta o tônus muscular” (1989, p. 88).

O que leva o professor ao stress ocupacional são diversos fatores que constituem como fonte de stress, o ruído excessivo como afirma Lipp:

Sala de aula com temperatura elevada, principalmente nos meses mais quentes do ano, nos quatro cantos do Brasil, iluminação inadequada e barulho interno intenso. As turmas são formadas com um número excessivo de alunos para o espaço destinado (em média de 35-45 por classe); há simultaneamente atividade extraclasse, como ensaios de quadrilha no pátio da escola, aulas de educação física na quadra ou em terreno baldio ao lado da janela que está em atividade de aula, carros de propaganda com autofalantes que circulam próximos a escola (2002, p. 17).

Atualmente os estímulos desencadeadores do stress são diversos, podemos citar: a competitividade social, a competência profissional, a sobrevivência econômica, o fracasso, a monotonia, a insatisfação no trabalho, a privação e a submissão contrariada. Os sintomas do stress são de natureza geral e inespecífica, surgem em qualquer pessoa indistintamente. Trata-se de um desequilíbrio do sistema nervoso, o qual atinge diretamente o sistema emocional, (LIPP, 2000).

Lipp, afirma também que o stress dificilmente é causado por uma única fonte; na maioria das vezes sofremos o efeito cumulativo de inúmeros estressores que se somam para criar o estado de tensão mental e física. Quando não conseguimos eliminar a fonte principal, já ajuda se conseguirmos eliminar outras fontes, mesmo que não são tão importantes, porque a carga tensional a elas associadas é subtraída da quantidade total do stress que estamos experimentando.

O estresse do professor vem aumentando (...) em decorrência das profundas mudanças sociais, pessoais e econômicas em sua situação. Até a década de 1960, ser professor significava ter status social e ganhos razoáveis. Com o passar dos anos estes aspectos, foram se perdendo e, atualmente a condição de professor tornou-se difícil, sua remuneração é sempre questionável, precisando ministrar um número cada vez maior de horas-aula para conseguir manter um padrão de vida compatível com a exigência e pressões existentes, pois para que um professor possa oferecer uma boa formação para seus alunos ele precisa também estar bem formado. Afirma Lipp (2004, p. 96).

Segundo Reinhold apud (Lipp, 2004, P.98), (...) Os principais estressores para o professor são:

- Condições de trabalho (falta de tempo, sobrecarga, ausência de recursos);
- Falta de colaboração e comunicação entre os colegas;
- Fatores interpessoais (situações de vida, momento, família etc...);
- Imagem profissional negativa (uma profissão o que esperar);
- Os próprios alunos (desmotivados, difíceis, classes numerosas, alunos com problemas escolares, emocionais ou comportamentais e a grande violência);
- Pais de alunos (expectativas exageradas sobre os filhos e, como consequência a cobrança ao professor);
- Fatores administrativos (oportunidades limitadas de promoção burocracia);
- Excessiva falta de apoio, atitudes diretivas e excesso de cobrança.

Todo sentimento de desilusão, de desencantamento, com a profissão e insatisfação diante da imposição e necessidade de aprovação de alunos sem condições, mas para fazer o gráfico superávit e apresentar para as Secretarias Municipais, Estaduais e a mídia. Isso deixa-nos a sensação de incapacidade e como se tivéssemos cometido um crime.

Para Gazzotti e Vasques-Menezes (1999), a fragilidade emocional provocada pela falta dos suportes afetivo e social traz grande sofrimento, uma vez que o reflexo dessa situação não fica restrito à vida privada, ampliando-se para o campo das relações de trabalho. O trabalhador, ao sentir-se sem alternativa para compartilha.

O trabalho do professor não se restringe ao exercício de função dentro da sala de aula, exige atualização e preparação constante para ser realizado de modo satisfatório. Ensinar é altamente estressante. Muitas tarefas são realizadas sem a presença dos alunos, fora de sala de aula, como: planejamento do trabalho executado, correção de prova e produção escrita, pesquisa e avaliação do desempenho do aluno. Onde todo cansaço e excesso de carga horária, trabalhadas em três turnos, causam o nervosismo e relacionamento mental psíquico com queixas que geram doenças como: ataques cardíacos, ansiedade, gastrite nervosa, mal-estar, dores musculares, tendões inflamados, depressão, bursite, inchaço constantemente nas mãos, ombros e pernas, dores nas pernas e no corpo, rouquidão, cansaço mental hipertensão, obesidade, diabetes e demais doenças degenerativas que afetam o aparelho respiratório, aparelho locomotor, problemas psicológicos e psiquiátricos em destaque, que tem afetado a saúde mental e encaminhado tanto o professor aos profissionais da saúde.

3. AS DOENÇAS OCUPACIONAIS DO PROFESSOR(A)

3.1. A SÍNDROME DE BURNOUT: A TRANSFORMAÇÃO DO SOFRIMENTO EM ADOECIMENTO

Todo o processo é consequência do esgotamento daquelas pessoas que em decorrência de sua profissão, mantêm um contato direto e contínuo com outros seres humanos, como o professor, onde a exaustão é caracterizada por um sentimento muito forte de tensão emocional que produz uma sensação de esgotamento, de falta de energia e de recursos emocionais próprios para lidar com as rotinas da prática profissional e representa a dimensão individual da síndrome. A despersonalização é o resultado do desenvolvimento de sentimentos e atitudes negativas, por vezes indiferentes e cínicas em torno daquelas pessoas que entram em contato direto com o profissional, que são sua demanda e objeto de trabalho. Num primeiro momento, é um fator de proteção, mas pode representar um risco de desumanização, constituindo a dimensão interpessoal de burnout. Por último, a falta de realização pessoal no trabalho caracteriza-se como uma tendência que afeta as habilidades interpessoais relacionadas com a prática profissional, o que influi diretamente na forma de atendimento e contato com as pessoas usuárias do trabalho, bem como com a organização (Maslach, 1998). Trata-se de uma síndrome na qual o trabalhador perde o sentido da sua relação com o trabalho, de forma que as coisas não lhe importam mais e qualquer esforço lhe parece inútil. Finalmente, a Síndrome de Burnout tem sido negativamente relacionada com saúde, desempenho e satisfação no trabalho, qualidade de vida e bem-estar psicológico (Rabin, Feldman, & Kaplan, 1999).

Para Codo e Vasques-Menezes (1999), burnout consiste na “síndrome da desistência, pois o indivíduo, nessa situação, deixa de investir em seu trabalho e nas relações afetivas que dele decorrem e, aparentemente, torna-se incapaz de se envolver emocionalmente com o mesmo. No entanto, autores discutem a possibilidade de males como fadiga, depressão, estresse e falta de motivação também apresentarem a desistência como característica marcante. Dessa forma, pode-se pensar que estudos sobre desistência e, conseqüentemente, sobre burnout se iniciaram juntamente com os estudos de Pavlov. Este pesquisador constatou que cães submetidos a uma tarefa progressivamente difícil de realizar, como por exemplo, diferenciar um círculo de uma elipse, apresentavam um rompimento no comportamento que foi denominado, por Pavlov, de neurose experimental” (Codo & Vasques-Menezes, 1999). Essa ruptura no comportamento não seria uma resposta frente a uma dificuldade tão grande que só restaria ao cão desistir da atividade e entrar em neurose experimental? Por analogia, os seres

humanos poderiam entrar em burnout ao se sentirem incapazes de investir em seu trabalho, em consequência da incapacidade de lidar com o mesmo (Codo & Vasques-Menezes, 1999).

Para Cherniss (citado em Roazzi, Carvalho, & Guimarães, 2000) burnout é uma forma de adaptação que pode resultar em efeitos negativos tanto para a própria pessoa quanto para seu local de trabalho. Portanto, é consequência de uma tentativa de adaptação própria das pessoas que não dispõem de recursos para lidar com o estresse no trabalho. Essa falta de habilidade para enfrentar o estresse é determinada tanto por fatores pessoais como por variáveis relativas ao trabalho em si e à organização. Entretanto, a mais influente definição de burnout foi desenvolvida por Maslach e Jackson em 1986. Sua definição multidimensional inclui três componentes: exaustão emocional, despersonalização e redução da realização pessoal (Mills & Huebner, 1998; Codo & Vasques-Menezes, 1999).

Conforme referido anteriormente, a síndrome de burnout consiste em uma resposta ao estresse ocupacional crônico, afetando profissionais que se ocupam em prestar assistência a outras pessoas. Entre os profissionais de saúde, eventos potencializados de estresse podem surgir, dependendo do tipo de atividade exercida. Entretanto, existe uma evidência crescente demonstrando que os profissionais da área da saúde mental, por fatores relacionados à natureza de sua profissão, apresentam-se particularmente vulneráveis ao estresse e a seus efeitos (Rabin, Feldman, & Kaplan, 1999). Entre os fatores específicos, destacam-se: a) o manejo, por um longo período de tempo, com pessoas com transtornos mentais; b) a responsabilidade para com a vida do paciente; c) a inabilidade para estabelecer limites em suas interações profissionais e d) a atenção constante aos problemas e necessidades dos pacientes de uma forma não recíproca (Moore & Cooper, 1996; Rabin, Feldman, & Kaplan, 1999). Moore e Cooper (1996) propõem que talvez haja um vácuo entre as expectativas idealizadas e seus resultados na prática dos profissionais de saúde mental. Os profissionais dessa área idealizam que sua prática servirá para ajudar as pessoas e, na realidade, poucas mudanças são experiências vividas por pacientes crônicos. Essa contradição indica que talvez seja mais gratificante, para o profissional, encarar sua prática como uma intervenção de apoio aos pacientes, ao invés de uma busca de cura. Essa situação pode ser uma ilustração do burnout e está relacionada com a realidade vivenciada pelos profissionais de saúde mental que são treinados para reconhecer e concordar com a realidade de seus pacientes... O local de trabalho, portanto, influencia sensivelmente o grau de realização pessoal no trabalho e a possibilidade de se desenvolver burnout e estresse a partir de um ambiente que exerça pressão nos indivíduos.

Por fim, ao se constatar que o estresse ocupacional e, especialmente, a síndrome de burnout podem afetar a prestação do serviço e a qualidade do cuidado oferecido, julga-se necessário pesquisar essas síndromes em psicólogos brasileiros, considerando o contexto socioeconômico a que estão sujeitos esses profissionais, já que a maioria das pesquisas existentes, por ocorrerem em países desenvolvidos, não levam em conta essas variáveis.

3.2. O ESTRESSE: PARCEIRO CONSTANTE DO PROFESSOR

O professor é um ser humano que se cobra muito, vive sobrecarregado e recebe cobranças de diferentes hierarquias, se autoavalia em cada aula ministrada, absorve a carga negativa e às positivas de cada aluno em diferentes opiniões, vive noites mal dormidas, alimenta-se mal, devido a correria, possui pouco tempo para ir ao médico cuidar da saúde e a maioria dos docentes, não tem qualidade de vida adequada para aliviar esse estresse e até mesmo o salário não permite um gasto supérfluo do seu cotidiano familiar. Possui forte envolvimento com os problemas externos que os alunos refletem na sala de aula e dividem por confiar e desabafar as suas angústias, vindas das famílias na maioria das vezes, desestruturadas e o aluno reflete a sua carência em forma de tumulto e indisciplina. Quando não consegue resolver leva consigo as frustrações.

Considerando as diferentes definições da palavra estresse, Lazarus (1993) descreve quatro pressupostos essenciais que devem ser observados: 1) um agente causal interno ou externo que pode ser denominado de estressor; 2) uma avaliação que diferencia tipos de estresse (dano, ameaça e desafio); 3) os processos de coping utilizados para lidar com os estressores e 4) um padrão complexo de efeitos na mente ou no corpo, frequentemente referido como reação de estresse.

Apesar do estudo dos eventos estressores contar com um considerável desenvolvimento histórico, a maior parte da literatura empiricamente validada surgiu somente nas últimas duas décadas (Briere, 1997). Nas formulações iniciais preponderava o foco sobre o evento estressor, mas atualmente existe grande consideração nas diferenças individuais e nas variáveis cognitivas e motivacionais (Lazarus, 1993). Sendo assim, é importante considerar não só a imensa quantidade de fatores potencializados de estresse, mas também os aspectos individuais, a maneira como cada um reage às pressões cotidianas, bem como os aspectos culturais e sociais aos quais os sujeitos estão submetidos. Fatos como problemas familiares, acidentes, doenças, mortes, conflitos pessoais, dificuldade financeira, desemprego, aposentadoria, problemas no ambiente de trabalho podem ser experiências de maneira diversa por dois indivíduos

diferentes, em um mesmo contexto histórico, cultural e social, por exemplo, assim como problemas críticos na ordem social de um país podem potencializar o estresse patológico em diversos indivíduos (Helman, 1994; Ladeira, 1996).

Em suas sociedades, os indivíduos tentam atingir metas definidas, níveis de prestígio e padrões de comportamento que o grupo cultural impõe e espera de seus integrantes (Helman, 1994), de maneira que uma frustração na realização desses aspectos pode desencadear o estresse. Cardoso (1999) afirma que, para a Organização Mundial de Saúde (OMS), a saúde pode ser lesada não apenas pela presença de fatores agressivos (fatores de risco, de “sobrecarga”), mas também pela ausência de fatores ambientais (fatores de “sobrecarga” como a falta de suficiente atividade muscular, falta de comunicação com outras pessoas, falta de diversificação em tarefas de trabalho que causam monotonia, falta de responsabilidade individual ou de desafios intelectuais). Portanto, pode-se verificar que algum estresse é importante para a realização de qualquer atividade e que sua total ausência, assim como seu excesso, podem ser prejudiciais à saúde. Entretanto, o prolongamento de situações de estresse pode repercutir num quadro patológico, originando distúrbios transitórios ou mesmo doenças graves, como o estresse ocupacional.

3.3. A DEPRESSÃO: A DOENÇA DO SÉCULO XXI

A temática da depressão, por si só, é complexa e torna-se mais densa quando se busca entendê-la no ambiente de trabalho e os problemas vividos no cotidiano em especial o professor que traz consigo o acúmulo de estresse e algumas outras insatisfações adquiridas no dia a dia. Sabe-se que o país enfrenta dificuldades de toda ordem, seja no âmbito social, econômico ou educacional. Vive-se num contexto competitivo e conflituoso que atinge os trabalhadores, independentemente da área em que atuem. O ambiente de trabalho hoje é um local de competição exigindo dos trabalhadores qualidades, onde o professor às vezes faz tripla jornada de trabalho, vive sobre pressão de todos os lados, tem excesso de aluno em sala de aula, desvalorização pessoal e salarial, exaustão emocional, nervosismo, estresse, excesso de trabalho na escola e em casa para o planejamento na busca da máxima perfeição nas atividades, porque o nosso aluno merece, correção contínua de atividades, está sujeito à violência física ou verbal, ausência do incentivo para a qualificação, sofre falta de apoio e respeito, dores corporais e envelhecimento precoce, perdas auditivas, problemas vocais, dores constantes nos membros superiores e dorso por esforço físico. E mesmo diante dos fatos mencionados, ama o que faz e persiste de esperança que a educação tem as respostas para todos os idealistas.

Especificamente sobre a subjetividade no trabalho, encontram-se nas elaborações de Dejours², relativas à psicodinâmica do trabalho, a associação entre organização, forças produtivas, aspectos psicológicos e elementos sociais do trabalho. Em seus escritos, Dejours buscava primordialmente compreender de que maneira os trabalhadores mantinham certo equilíbrio psíquico, ainda que submetidos às condições de trabalho degradantes que resultavam em intenso sofrimento e adoecimento. Segundo Dejours³, o sofrimento psíquico teria origem na mecanização e robotização das tarefas que se expressam por meio de um fazer ausente de sentido, determinado, a priori, pela lógica de administração científica do trabalho. Assim, as pressões e imposições exercidas pelas organizações de trabalho, associadas às exigências de adaptação à cultura e valores organizacionais, levariam o trabalhador ao sofrimento e exaustão para atender à sobrecarga de trabalho própria do modelo administrado de trabalho.

Evidencia-se que a definição de depressão divulgada nos meios de comunicação de massa aumenta o conhecimento dos trabalhadores sobre questões relacionadas à depressão contribuindo para diminuir o estigma social da doença mental. Contudo, esse conhecimento adquirido, além de ter seu enfoque na doença, no biológico e na eficiência dos psicofármacos, torna normal a expressão dos sintomas depressivos assim como do uso excessivo de medicamentos para combater a tristeza ameaçadora. Acredita-se que o trabalhador que apresenta sintomas depressivos, ou que já possua um diagnóstico de depressão, não pode ser entendido isoladamente como uma pessoa problemática que poderá ficar bem caso receba uma medicação adequada. Ele não é somente um órgão doente, pois possui subjetividade e vivencia a depressão na sua singularidade. Além disso, ele faz parte de uma família, de uma comunidade, de uma cultura e de um contexto de trabalho que devem ser considerados de maneira efetiva e não apenas de modo complementar na interpretação do seu adoecimento.

Dados comprovam as principais doenças relacionadas ao adoecimento dos professores e profissionais da Educação em Rio Verde- Goiás, desde 2017 até os dias atuais:

- Transtorno Afetivo Bipolar, Hipomaníaco, Depressivo leve ou moderado, Depressivo sem sintomas, Ansiedade e Depressão (F-31.0, F-31.1, F-31.2, F-31.3, F-31.4, F-32.0, F-32.1, F-32.2, F-32.3, F-32.4, F-32.5, F-32.6, F-32.7, F-32.8, F-32.9)
- Transtornos depressivos moderado, de humor e mentais (F-33.0, F-33.1, F-33.2, F-33.3, F-33.4, F-33.5, F-33.6, F-33.7, F-33.8, F-33.9)

2 Dejours C, Abdoucheli E, Jayet C. Psicodinâmica do trabalho. São Paulo: Atlas; 1994. 125 p.

3 Dejours C. O fator humano. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; 1997. Ferreira MC, Mendes

- Episódio Depressivo leve moderado (F-32. 1)
- Bursite na mão, outras Bursites no joelho e quadril (M-70. 1, M-70.5, M 70.7)
- Abscesso de bolsa sinovial (M- 70.5)
- Capsulite adesiva do ombro (M- 75)
- Tendinite Calcificante do ombro (M – 75.3)
- Síndrome de colisão do ombro (M-75. 4)
- Transtorno de disco cervical com mielopatia (M 5.0)
- Outro deslocamento de disco cervical de disco cervical (M- 50.2)
- Periarterite do punho (M – 77.2)
- Outra entesopatia do pé (M- 77.5)

CONCLUSÃO

Considerando-se a realidade do exercício profissional e o contexto socioeconômico a que estão sujeito os profissionais da Educação, vividos por sintomas psíquicos como nervosismo, exaustão emocional, problemas com aluno em sala de aula, desvalorização e desrespeito do profissional, constantes calos nas cordas vocais e rouquidão com acompanhamento do fonoaudiólogo, ortopedista e gastroenterologista para o tratamento de gastrite nervosa, os transtornos psicológicos e psiquiatra com os remédios para insônia, ansiedade e depressão. Já os sintomas físicos como dores corporais, bursites, lombalgia, desgastes ósseos, esporão e dores de cabeça são rotinas vividas no cotidiano do professor que trabalha até de atestado médico para não ausentar da sua obrigação e deixar uma sala de aula às vezes lotada com aproximadamente ou mais de 40 alunos. Diante desse panorama apresentado, o resultado é o aumento do adoecimento do professor e os atestados médicos mal vistos pelas autoridades públicas e a indesejável aceitação na escola. Considerando-se à realidade do exercício profissional, observa-se uma mudança em termos de maiores atuação do psicólogo e psiquiatra em nosso cotidiano com o aumento das doenças crônicas surgidas nas últimas décadas, tais como: a Síndrome de Burnout, o Estresse e a depressão.

Estamos expostos a vários problemas sociais, entre eles doenças e violência no cotidiano, mas a nossa missão como professor (a) é combater tudo isso, não ser um herói, mas ser o mentor na vida de cada aluno (a).

REFERÊNCIAS

Antoniuzzi, A. S., Dell’Aglio, D. D., & Bandeira, D. R. (1998). O conceito de coping:

Uma revisão teórica. *Estudos de Psicologia*, 3, 273-294.

Bastos, A. V. B. & Achcar, R. (1994). Dinâmica profissional e formação do psicólogo: Uma perspectiva de interação. Em R. Achar (Org.), *Psicólogo brasileiro: Práticas emergentes e desafios para a formação* (pp. 245-271). São Paulo: Casa do Psicólogo / Conselho Federal de Psicologia.

Bock, A. M. B. (1997). Formação do psicólogo: Um rebate a partir do significado do fenômeno psicológico. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 17(2), 37-43.

Branco, M. T. C. (1998). Que profissionais queremos formar? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 18(3), 28-35.

Briere, J. (1997). *Psychological assessment of adult posttraumatic states*. Washington, DC: American Psychological Association.

Cardoso, W. L. C. D. (1999). Qualidade de vida e trabalho: Uma articulação possível. Em L. A. M. Guimarães & S. Grubits (Orgs.), *Saúde Mental e Trabalho* (pp. 89-116). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Codo, W., & Vasques-Menezes, I. (1999). O que é burnout? Em W. Codo (Org.), *Educação: Carinho e trabalho* (pp. 237-255). Rio de Janeiro: Vozes.

Conselho Federal de Psicologia. (1988). *Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo: Edicon.

Covolán, M. A. (1996). Stress ocupacional do psicólogo clínico: Seus sintomas, suas fontes e as estratégias utilizadas para controlá-lo. Em M. A. Lipp (Org.), *Pesquisas sobre stress no Brasil* (pp. 225-240). São Paulo: Papyrus.

Farber, B. (1985). Clinical psychologists' perceptions of psychotherapeutic work. *Clinical Psychologist*, 38, 10-13.

Folkman, S., & Lazarus, R. S. (1988). Coping as a mediator of emotion. *Journal of Personality and Social Psychology*, 54, 466-475.

Freudenberger, H. J., & Richelson, G. (1991). *Estafa: O alto custo dos empreendimentos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Gasparini, A. C. L. F., & Rodrigues, A. L. (1992). Uma perspectiva psicossocial em psicossomática: Via estresse e trabalho. Em J. Mello Filho (Org.), *Psicossomática hoje* (pp. 93-107). Porto Alegre: Artes Médicas.

Garcia, M. S. O., Cabeza, I. G., & Fernandez, L. M. (1998). burnout en profesionales de salud mental. *Anales de Psiquiatria*, 14(2), 48-55.

Gazzotti, A. A., & Vasques-Menezes, I. (1999). Suporte afetivo e o sofrimento psíquico em burnout. Em W. Codo (Org.), *Educação: Carinho e trabalho* (pp. 261-266). Rio de Janeiro: Vozes.

Helman, C. G. (1994). *Cultura, saúde e doença*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Houaiss, A., Villar, M. de S., & Franco, F. M. de M. (Orgs.). (2001). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Houaiss, A., Villar, M. de S., & Franco, F. M. de M. (Orgs.). (2001). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva

Ladeira, M. B. (1996). O processo de stress ocupacional e a psicopatologia do trabalho. *Revista de Administração*, 31(1), 64-74.

Lazarus, R. S. (1993). From psychological stress to the emotions: A history of changing outlooks. *Annual Review of Psychology*, 44, 1-21.

Leite, S. (1997). Psicólogo e algumas práticas no serviço público estadual de saúde. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 17(1), 35-39.

León, L. M., & Iguti, A. M. (1999). Saúde em tempos de desemprego. Em: L. A. M. Guimarães, & S. Grubits (Orgs.), *Série Saúde Mental e Trabalho*. (pp. 239-258). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Lipp, M. N., & Rocha J. C. (1994). *Stress, hipertensão arterial e qualidade de vida: Um guia de tratamento ao hipertenso*. Campinas: Papirus.

Maslach, C. (1998). A multidimensional theory of burnout. Em: C. L. Cooper (Org.), *Theories of organizational stress* (pp.68-85). Manchester: Oxford University.

Mills, L. B., & Huebner, E. S. (1998). A prospective study of personality characteristics, occupational stressors, and burnout among school psychology

practitioners. *Journal of School Psychology*, 36, 103-120

Moura, E. P. G. (1999). A psicologia (e os psicólogos) que temos e a psicologia que queremos: Reflexões a partir das propostas de diretrizes curriculares (Mec/Sesu) para os cursos de graduação em psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 19(2), 10-19.

Moore, K. A., & Cooper, C. L. (1996). Stress in mental health professionals: A theoretical overview. *International Journal of Social Psychiatry*, 42(2), 82-89.

Rabin, S., Feldman, D., & Kaplan, Z. (1999). Stress and intervention strategies in mental health professionals. *British Journal of Medical Psychology*, 72, 159-169.

Roazzi, A., Carvalho A. D., & Guimarães, P.V. (2000). Análise da estrutura de similaridade da síndrome de burnout: Validação da escala "Maslach Burnout Inventory" em professores. Trabalho apresentado no V Encontro Mineiro de Avaliação Psicológica: Teoria e prática & VIII Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e contextos, Belo Horizonte, MG.

Selye, H. (1959). *Stress: A tensão da vida*. São Paulo: IBRASA.

Williams, L. C. A. (1999). A atuação do psicólogo em um mundo globalizado: A experiência de uma década de trabalho no Canadá. *Psicologia: Ciência e Profissão* 19(3), 32-39

Yamamoto, O. H., & Campos, H. R. (1997). Novos espaços, práticas emergentes: Um novo horizonte para a psicologia brasileira? *Psicologia em Estudo*, 2, 89-111